

**Universidade do Minho**  
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

**As construções de relativização no Português de Moçambique**

Francisco Mateus António Wache

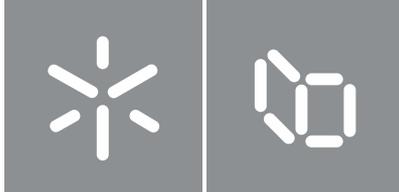
**As construções de relativização no  
Português de Moçambique**

Francisco Mateus António Wache

UMinho | 2023

março de 2023





**Universidade do Minho**

Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Francisco Mateus António Wache

**As construções de relativização no  
Português de Moçambique**

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em Ciências da Linguagem  
Especialidade em Linguística Portuguesa

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria do Pilar Barbosa**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial**  
**CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão, primeiro, para a Professora Pilar Barbosa, minha supervisora, pelas longas horas de orientação da presente tese e pela indicação de importantes fontes para este trabalho. Com ela aprendi o rigor na manipulação de dados científicos. Através da Professora Pilar, queria agradecer à Professora Maria do Carmo com quem aprendi a manipular os dados do corpus no ficheiro Excel e a fazer as tabelas dinâmicas.

Em segundo lugar, endereço os meus agradecimentos à minha esposa Graça Filipe Nhamunda e aos meus filhos Noémia e Wanga, por amor e carinho que me proporcionaram durante a redação desta tese. Wanga chegou tarde à família, esperei por ele por longos 41 anos da minha vida. A sua chegada aumentou a minha responsabilidade e a necessidade de ver esta etapa terminada. Com ele, aprendi a linguagem dos pais. Aprendi a acordar de madrugada para cantar qualquer coisa para fazê-lo dormir. Aprendi a interpretar o seu balbucio, o seu sorriso angelical e o seu choro de fome e de irritação.

Em terceiro lugar, agradeço ao meu irmão, Paulo Wache, pelo encorajamento que me deu durante a elaboração da presente tese. Por meio dele, gostaria de alargar os meus agradecimentos aos restantes irmãos, nomeadamente: Ermelinda, Albertina, Mediano, Florentina e Atália, por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

Em quarto lugar, gostaria de endereçar os meus profundos agradecimentos aos meus pais, Angelina Agostinho e Mateus Wache pela procriação e pelo amor incondicional que me têm proporcionado. O meu pai, reformado, é um mecânico sem um grau elevado de escolaridade. Ele tem apenas 5.<sup>a</sup> classe, mas desde cedo sabia o valor de escolarizar os seus filhos. Sempre nos disse que “a melhor forma de vencermos a pobreza absoluta a que estávamos sujeitos era ir à Escola.” Obrigado, pai, pelas valiosas lições da vida.

Finalmente, em quinto lugar, endereço meus votos de agradecimento à Universidade Púnguè pelo apoio financeiro concedido no âmbito do meu doutoramento. À professora Emília Nhalivilo, minha Reitora, pelo encorajamento durante o percurso do doutoramento. Ao Professor Lourenço Lindonde, por me ter aconselhado a prosseguir com os estudos, quando, num primeiro momento, por falta de financiamento, pensei em desistir do curso. Nesta Universidade conheci um menino interessante, um linguista em miniatura, Ossiteni Armindo Nicolau, a quem também agradeço pelas observações e comentários aos meus manuscritos.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Mais declaro que conheço e respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## RESUMO

### *AS CONSTRUÇÕES DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE*

Na presente tese procura-se compreender como é que se operacionaliza a relativização em orações relativas restritivas no português escrito em Moçambique. O modelo teórico adotado é a teoria dos Princípios & Parâmetros (Chomsky 1982, 1995). O corpus em análise está estratificado em função da variável Escolaridade, o que permite traçar a evolução dos padrões de produção de orações relativas ao longo do processo de escolarização. Foram contemplados quatro níveis de escolaridade: Nível A (8.<sup>a</sup> classe); Nível B (12.<sup>a</sup> classe); Nível C (1.<sup>o</sup> ano da universidade) e Nível D (3.<sup>o</sup> ano da universidade). Cada nível produziu 120 textos. Os resultados globais revelam que os informantes produziram 89% de orações relativas convergentes com o português europeu (PE). De um total de 815 entradas de orações relativas, foram apenas atestadas 92 (11%) ocorrências de orações relativas que podem ser consideradas divergentes da variedade culta europeia. Estes resultados mostram que há uma forte tendência para a manutenção do cânone nas construções de relativização, na escrita. No que diz respeito à forma, as relativas de *cujo* são as que mais desfavorecem a convergência com a norma, seguidas das relativas de *onde*. Os dados disponíveis sobre as relativas restritivas resuntivas no PE mostram que estas construções ocorrem com o morfema *que*. No PM, o leque de morfemas que introduzem estas orações é alargado aos morfemas *cujo* e *onde*. Registaram-se orações relativas genitivas em que o morfema *cujo* ocorre com determinante definido e com o pronome possessivo. Estes fenómenos também são atestados no PE, pelo que não é possível afirmar que configurem um processo de mudança típico do PM. Trata-se antes de problemas que decorrem do facto de as relativas de *cujo* pertencerem a um registo formal da língua sendo exclusivamente aprendidas em contexto escolar, fortemente associadas à língua escrita. Os problemas detetados decorrem, assim, de processos gerais, que afetam diferentes variedades do português de modo semelhante. O morfema *onde*, no corpus, pode desempenhar as funções sintáticas de sujeito, complemento direto e genitivo, funções com as quais não está associado no PE. No corpus, a pró-forma *cujo* pode desempenhar as funções sintáticas de sujeito e de complemento direto. Propõe-se que os morfemas *cujo* e *onde*, em casos em que não são genitivo e locativo, sejam tratados como complementadores. Uma vez que, no PE, o morfema *onde* aparece exclusivamente associado

a construções locativas, é plausível colocar a hipótese de a ocorrência do morfema *onde* como relativizador genitivo possa vir a ser uma característica do emergente PM. De uma forma geral, pode-se dizer que a escola, no contexto moçambicano, desempenha um papel preponderante na aquisição e conservação da variedade culta do português, sendo que quanto mais aumenta o nível de escolaridade, mais aumenta a possibilidade de produção de orações relativas. O processo de consolidação da aquisição de orações relativas só ocorre no ensino superior, através da escolarização.

Palavras-Chave: relativas restritivas, processos de relativização, português de Moçambique.

## ABSTRACT

### *THE CONSTRUCTIONS OF RELATIVIZATION IN MOZAMBICAN PORTUGUESE*

The present thesis seeks to understand how the relativization process is operationalized in restrictive relative clauses in written Portuguese in Mozambique. The theoretical model adopted is the theory of Principles & Parameters (Chomsky 1982, 1995). The corpus under analysis is stratified according to the variable Schooling, which allows tracing the evolution of the production patterns of relative clauses along the schooling process. Four levels of schooling were considered: Level A (8th grade); Level B (12th grade); Level C (1st year of university) and Level D (3rd year of university). Each level produced 120 texts. The overall results reveal that the informants produced 89% of relative clauses convergent with European Portuguese (EP). From a total of 815 entries of relative clauses, only 92 (11%) occurrences of relative clauses that could be considered divergent from the European polite variety were attested. These results show that there is a strong tendency to maintain the canon in relativistic constructions in writing. As far as form is concerned, *whose* relative clauses are the most unfavourable for convergence with the norm, followed by *where* relative clauses. The available data on restrictive resunctive relative constructions in EP show that these constructions occur with the morpheme *que*. In PM, the range of morphemes that introduce these clauses is extended to the morphemes *whose* and *where*. Genitive relative clauses have been recorded in which the morpheme *whose* occurs with the definite determiner and with the possessive pronoun. These phenomena are also found in EP, so it is not possible to claim that they represent a typical switching process in PM. These are problems that result from the fact that the relative *whose* belongs to a formal register of the language and is exclusively learned in a school context, strongly associated with the written language. The problems detected are thus due to general processes that affect different varieties of Portuguese in a similar way. The morpheme *where*, in the corpus, can perform the syntactic functions of subject, direct complement and genitive, functions with which it is not associated in EP. In the corpus, the pro-form *whose* can perform the syntactic functions of subject and direct complement. It is proposed that the morphemes *whose* and *where*, in cases where they are not genitive and locative, be treated as complements. Since, in EP, the morpheme *where* appears exclusively associated with locative constructions, it is plausible to hypothesize that

the occurrence of the morpheme *where* as a genitive relativizer may be a feature of the emerging PM. In general, it can be said that the school, in the Mozambican context, plays a predominant role in the acquisition and preservation of the cultic variety of Portuguese, and that the higher the level of education, the more the possibility of producing relative clauses increases. The consolidation process of the acquisition of relative clauses only occurs in higher education, through schooling.

Keywords: restrictive relative, relativization processes, Mozambique Portuguese.

## ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS .....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE .....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vii
ÍNDICE .....	ix
ÍNDICE DE ESQUEMAS.....	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xiii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xiii
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xv
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I: AS CONSTRUÇÕES DE RELATIVIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	5
1.1. Introdução.....	5
1.2. As construções de relativização .....	5
1.2.1. As construções relativas de nome e as construções relativas de frase .....	8
1.2.2. As construções relativas com antecedente nominal explícito e com antecedente implícito .....	10
1.2.3. Construções relativas restritivas e relativas explicativas .....	12
1.2.4. O antecedente das orações relativas restritivas .....	12
1.2.5. As orações relativas explicativas .....	15
1.3. O sistema de pronomes relativos no Português Europeu.....	15
1.3.1. O pronome <i>que</i> .....	16

1.3.2. A locução pronominal <i>o que</i> .....	18
1.3.3. O pronome <i>quem</i> .....	19
1.3.4. O sintagma <i>o qual</i> .....	20
1.3.5. A pró-forma <i>onde</i> .....	22
1.3.6. O pronome <i>cujo</i> .....	23
1.3.7. O pronome <i>quanto</i> .....	24
1.3.8. Os pronomes <i>como</i> e <i>quando</i> .....	25
1.4. Em síntese .....	27
<b>CAPÍTULO II: O MODELO DA GRAMÁTICA GENERATIVA</b> .....	<b>28</b>
2.1. Introdução .....	28
2.2. A Gramática Universal.....	28
2.3. Ponto de partida: a Teoria Standard .....	29
2.4. A Teoria Standard Alargada.....	31
2.5. O modelo de Princípios e Parâmetros.....	32
2.6. Ponto de chegada: o Programa Minimalista .....	33
2.7. Em síntese .....	36
<b>CAPÍTULO III: MODELOS DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS</b> .....	<b>37</b>
3.1. Introdução .....	37
3.2. O modelo transformacional .....	37
3.3. O modelo clássico da análise de núcleo externo com movimento-QU (ANE) .....	38
3.4. Análise da Elevação do Núcleo (AEN).....	45
3.5. O modelo de análise Matching (AM).....	48
3.6. Motivação para a escolha da análise ANE.....	49
3.6.1. Limitações do modelo AEN.....	49
3.6.2. Representações sintáticas no modelo clássico .....	53
3.7. Em síntese .....	54
<b>CAPÍTULO IV: SUBTIPOS MAIS RELEVANTES DE ORAÇÃO RELATIVA - ESTUDOS PRÉVIOS E ANÁLISE</b> ..	<b>55</b>
4.1. Introdução .....	55

4.2. Relativas de que: estatuto do morfema <i>que</i> .....	55
4.3. As construções relativas genitivas.....	58
4.4. As relativas locativas de onde .....	62
4.5. Relativas livres .....	65
4.6. Relativas não canónicas.....	69
4.6.1. As construções relativas resuntivas .....	69
4.6.2. As construções relativas cortadoras.....	70
4.7. Estudos sobre relativas cortadoras e resuntivas em variedades do português.....	72
4.8. Em síntese .....	78
 CAPÍTULO V: METODOLOGIA DO TRABALHO.....	 80
5.1. Introdução .....	80
5.2. Sujeitos .....	80
5.3. A idade dos informantes .....	81
5.4. A escolaridade dos informantes.....	81
5.5. As línguas faladas pelos informantes .....	82
5.6. O corpus .....	85
5.7. Procedimentos de recolha dos dados .....	85
5.8. Procedimentos de tratamento dos dados.....	88
5.9. A análise de dados.....	88
5.10. Em síntese .....	89
 CAPÍTULO VI: ANÁLISE DOS DADOS .....	 90
6.1. Introdução .....	90
6.2. Resultados globais.....	90
6.2.1 Análise estatística .....	94
6.2.2. O antecedente nominal.....	98
6.3. As construções relativas com preposição no PM.....	99
6.3.1. Relativas com preposição.....	99

6.4. As construções relativas resuntivas .....	104
6.4.1. O elemento introdutor das orações relativas resuntivas.....	108
6.4.2. Elementos resuntivos .....	110
6.5. Construções relativas locativas envolvendo o morfema <i>onde</i> .....	111
6.5.1. Construções relativas introduzidas pelo morfema <i>onde</i> : entradas convergentes .....	113
6.5.2. Construções relativas introduzidas pelo morfema <i>onde</i> : entradas divergentes .....	113
6.5.2.1. Introdução .....	113
6.5.2.2. As relativas de duplo morfema .....	115
6.5.2.3. As relativas de <i>onde</i> com antecedente temporal .....	117
6.5.2.4. Onde em relativas de sujeito.....	118
6.6. As falsas relativas .....	120
6.7. As construções relativas genitivas.....	121
6.7.1. As relativas cortadoras genitivas.....	124
6.7.2. As relativas de genitivo introduzidas pelo pronome <i>onde</i> .....	125
6.7.3. As relativas genitivas de <i>cujo</i> .....	126
6.7.4. As relativas de <i>cujo</i> com determinante artigo .....	127
6.7.5. As orações genitivas de <i>cujo</i> resuntivas .....	130
6.7.6. Relativas de sujeito e de complemento direto introduzidas pelo pronome <i>cujo</i> .....	131
6.8. Em síntese .....	132
CONCLUSÃO .....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	136
APÊNDICE .....	140
APÊNDICE 1: FICHA SOCIOLINGUÍSTICA .....	140
APÊNDICE 2: AMOSTRA E DADOS SOCIOLINGUÍSTICOS DOS INFORMANTES DE GONÇALVES (2010)	
.....	141

## ÍNDICE DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1: NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO .....	33
ESQUEMA 2: NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO DO MODELO DE P&P.....	34
ESQUEMA 3: SISTEMA COMPUTACIONAL.....	35

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS DO GRUPO BANTU EM MOÇAMBIQUE .....	83
FIGURA 2: TEXTO PRODUZIDO POR ALUNO DO NÍVEL A .....	86
FIGURA 3: TEXTO PRODUZIDO POR ALUNO DO NÍVEL A .....	86

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS IDADES DOS INFORMANTES POR FAIXAS ETÁRIAS.....	81
GRÁFICO 2: ENTRADAS CONVERGENTES E DIVERGENTES .....	91

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: PRÓ-FORMAS RELATIVAS .....	16
--------------------------------------	----

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: CORPUS DE ENTREVISTAS ORAIS DE TARALLO (1983) .....	73
TABELA 2: PRIMEIRAS LÍNGUAS DOS INFORMANTES .....	84
TABELA 3: ENTRADAS GERAIS DE RELATIVAS CONVERGENTES E DIVERGENTES .....	91
TABELA 4: FUNÇÃO SINTÁTICA X ESCOLARIDADE .....	92
TABELA 5: FUNÇÃO SINTÁTICA X ELEMENTOS INTRODUTORES DA ORAÇÃO RELATIVA.....	93
TABELA 6: FUNÇÃO .....	95
TABELA 7: ESCOLARIDADE .....	95
TABELA 8: FORMA .....	95
TABELA 9: FUNÇÃO SINTÁTICA X ESCOLARIDADE (RELATIVAS CONVERGENTES).....	96
TABELA 10: FORMA X ESCOLARIDADE (RELATIVAS CONVERGENTES).....	97
TABELA 11: ENTRADAS COM ANTECEDENTE IMPLÍCITO E EXPLÍCITO .....	99
TABELA 12: ESCOLARIDADE .....	100

TABELA 13: PREPOSIÇÃO .....	100
TABELA 14: RELATIVAS CORTADORAS .....	100
TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DE ORAÇÕES RELATIVAS CORTADORAS POR PREPOSIÇÃO EM FUNÇÃO DO GRAU DE ESCOLARIDADE .....	101
TABELA 16: FUNÇÕES SINTÁTICAS AFETADAS PELO CORTE DE PREPOSIÇÃO .....	103
TABELA 17: CONSTRUÇÕES RESUNTIVAS NO CORPUS .....	105
TABELA 18: MORFEMAS QUE INTRODUZEM A ORAÇÃO RELATIVA EM CONTEXTOS RESUNTIVOS .....	106
TABELA 19: CRUZAMENTO DAS VARÁVEIS FUNÇÃO E ESCOLARIDADE .....	107
TABELA 20: CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS FUNÇÃO E FUNÇÃO SINTÁTICA .....	108
TABELA 21: DISTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS ENVOLVENDO O MORFEMA <i>ONDE</i> .....	112
TABELA 22: DISTRIBUIÇÃO DAS ORAÇÕES RELATIVAS LOCATIVAS DIVERGENTES E CONVERGENTES .....	112
TABELA 23: DISTRIBUIÇÃO DAS ENTRADAS CONVERGENTES POR FUNÇÕES SINTÁTICAS .....	113
TABELA 24: FUNÇÕES SINTÁTICAS EM ORAÇÕES DIVERGENTES .....	114
TABELA 25: RELATIVAS DE DUPLO MORFEMA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FUNÇÃO SINTÁTICA .....	115
TABELA 26: DISTRIBUIÇÃO DAS FALSAS RELATIVAS .....	120
TABELA 27: TIPOLOGIA DE MORFEMAS QUE INTRODUZEM AS FALSAS RELATIVAS .....	121
TABELA 28: DISTRIBUIÇÃO DAS ORAÇÕES RELATIVAS GENITIVAS NO CORPUS .....	121
TABELA 29: PROPORÇÃO DE RELATIVAS CONVERGENTES E DIVERGENTES EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE .....	122
TABELA 30: OS MORFEMAS RELATIVOS ATESTADOS NO CORPUS .....	123
TABELA 31: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE ENTRADAS NÃO CONVERGENTES NO CORPUS POR ESCOLARIDADE .....	124
TABELA 32: RELATIVAS GENITIVAS DE <i>CUJO</i> .....	126

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACUS	Acusativo
AEN	Análise da elevação do núcleo
AM	Análise de matching
ANE	Análise de núcleo externo
A_P	Sistema articulatorio-percetual
C_I	Sistema concetual-intencional
COMP	Complementador
DAT	Dativo
DL	Deslocação à esquerda
DP	Sintagma determinante
ESP	Especificador
FP	Forma fonética
FL	FL- Forma lógica
Gen.	Genitivo
GG	Gramática generativa
Gu	Gramática universal
IP	Sintagma flexional
INFL	Flexão verbal
FI	FI
L1	Primeira língua
L2	Língua segunda
LCA	Axioma da correspondência linear
LOC	Locativo
LP	Língua portuguesa
N	Nome
NOM	Nominativo
OBL	Oblíquo
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
Op	Operador nulo
P	Preposição
PB	Português do Brasil
PE	Português europeu
PM	Português de Moçambique
Pmi	Programa minimalista
P&P	Princípios e parâmetros
POM	Português oral de Maputo
Sadv	Sintagma adverbial
Scomp	Sintagma complementador
SN/NP	Sintagma nominal
SPREP	Sintagma preposicional
SU	Sujeito
SV	Sintagma verbal
TRL	Teoria da regência e da ligação
V	Verbo
SN/NP	Sintagma nominal
SPREP	Sintagma preposicional
VP	Sintagma verbal

## INTRODUÇÃO

As construções de relativização constituem uma área fértil de estudo, uma vez que as teorias existentes sobre como se processa a relativização ainda suscitam fortes debates. Um exemplo sintomático desta afirmação é o facto de, no âmbito dos estudos de Gramática Generativa (GG), existirem pelo menos três teorias que procuram explicar como é que se processa a relativização, nomeadamente o modelo clássico de Chomsky (1977), o modelo da análise de elevação do núcleo (AEN), com origem em Kayne (1994), e o modelo da análise de *matching* (AM) desenvolvido por Sauerland (1998, 2003), Citko (2001).

Em Moçambique, os problemas decorrentes da análise das construções de relativização são mais interessantes ainda se se tomar em conta que esta é uma variedade em formação que ocorre num contexto em que o português convive com línguas da família bantu, as quais depositam, naturalmente, as suas características na língua em uso, o que, com certeza, contribui para que a variedade do português que se fala neste país seja bastante distante do padrão, que é o PE. Apesar de existirem já estudos que procuram descrever e explicar os processos de formação de relativas no português de Moçambique (PM) (cf. Gonçalves, 1986, 1996, 1998; Lindonde, 2002, 2018; Brito, 2001; Chimbutane, 1995; Diniz, 1986), há ainda necessidade de se fazer mais estudos desta natureza, a fim de se captarem, descreverem e explicarem os fenómenos específicos decorrentes do processo de relativização no PM. O presente trabalho, intitulado *As Construções de Relativização no Português de Moçambique*, surge nesse contexto.

A escolha deste tema deve-se ao meu interesse, como linguista, em estudar os vários fenómenos linguísticos relacionados com as construções relativas no português escrito em Moçambique, já que, como disse, ainda não existem estudos consistentes que mostrem, por exemplo, quais são as estratégias de relativização, para além das canónicas, que são usadas pelos moçambicanos, na escrita. Considera-se que um estudo desta natureza se reveste de muita importância sobretudo na área da educação e no âmbito da delimitação e definição de políticas linguísticas a ser adotadas no PM. Na educação, o estudo pode ajudar os professores da língua portuguesa a sinalizarem esta área como crítica, tratando os fenómenos linguísticos em estudo nesta tese como base de trabalho para desenhar estratégias concretas de reflexão sobre o funcionamento da língua. Na planificação linguística, este estudo pode fornecer dados importantes sobre as construções relativas em uso em Moçambique, que, por essa via,

poderão passar a ser tidas como parte integrante do possível padrão do PM.

O modelo teórico aqui adotado, GG, possui a grande vantagem de, para além de proporcionar a descrição e explicação das regras gerais de funcionamento das línguas, se preocupar em descrever e explicar os fenómenos linguísticos que ocorrem em línguas particulares. E o PM, sendo uma variedade em formação, possui, naturalmente, algumas regras universais e aquelas que são particulares, que são fruto não só das longas transformações históricas e socioeconómicas de Moçambique, como também do contato com as línguas, a maioria das quais da família bantu, com que o português convive. As frases de (1), (2) e (3), exemplificam fenómenos típicos do português escrito em Moçambique, embora, em alguns casos concretos, possam ter paralelo em outras variedades do português:

(1)

a. este trabalho, | onde | fundamentar-se-á no capítulo que se segue,

b. último, a avaliação é feita tendo em vista colher o ponto | onde | se atingiu com o cumprimento dos objectivos previamente traçados

(2)

a. Os praticantes do acto | cujo | a pena sobre o acto tinha que ser muito pesada de modo a desencorajar a outros praticantes do mesmo

b. O avaliado | cujo | seu principal papel é ouvinte

(3)

a. ler aquele livro | que | estava esperar há meses no estante, se dedicar ao antigo projecto de pintar você mesmo, a parede

b. fomos de Camiao | que | meu pai trabalha.

As construções em (1) envolvem o morfema *onde*, o qual, no português padrão, é usado exclusivamente em contextos em que o antecedente é um locativo e desempenha a função sintática de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial. Nas construções em causa, o referido morfema desempenha funções sintáticas de sujeito (1a) e complemento direto (1b).

Em (2), o morfema *cujo* ocorre com o determinante *a* em (2a), uma construção que não é convergente com a norma padrão do português, já que se concebe que o morfema *cujo* alberga o determinante do nome de que depende. Em (1b), o morfema *cujo* ocorre com o morfema *seu*, o qual é um pronome possessivo, tal como é o morfema *cujo*. Sendo assim, o exemplo evidencia uma redundância, divergindo, portanto, do português padrão.

Já em (3a), na frase relativa, há corte da preposição *de* que é regida pelo verbo *esperar*.

Em (3b), foi cortada a preposição *com* que devia ocorrer obrigatoriamente com o morfema *que*. O corte das preposições nas duas construções resulta em frases que recebem o nome de orações relativas cortadoras. São, portanto, entre outros, todos estes fenômenos linguísticos que são objeto de estudo no presente trabalho.

Tendo em conta este domínio empírico, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como é que se operacionaliza o processo de relativização em orações relativas restritivas no português escrito em Moçambique, de modo a

1. descrever os diversos tipos de construções relativas restritivas do PM;
2. identificar as construções relativas típicas do PM;
3. caracterizar as variantes de construções relativas do PM que podem concorrer para o Padrão;
4. analisar o desenvolvimento do processo de produção das orações relativas em função dos anos de escolaridade.

As construções analisadas neste trabalho correspondem a uma variedade culta do português escrito em Moçambique. Os textos analisados foram produzidos por alunos da 8.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> classes, bem como estudantes do 1.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> anos do ensino superior, sendo assim representativos de estádios de desenvolvimento do português escrito em Moçambique. Por conseguinte, os dados recolhidos permitirão traçar a evolução do modo como se operacionaliza a relativização no português culto de Moçambique.

Em termos estruturais, este trabalho comporta VI capítulos, para além desta introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. No primeiro capítulo, discutem-se as construções de relativização na língua portuguesa, a noção de relativização, a tipologia das construções relativas no PE e trata-se igualmente do sistema de pronomes relativos no PE.

No segundo capítulo, caracterizam-se as três fases da evolução da GG chomskiana, nomeadamente: a fase da *Teoria Standard*, a *Teoria Standard alargada* e, por fim, a fase da *teoria de Princípios e Parâmetros*, a qual, num período posterior, foi transformada em *Programa Minimalista (Pmi)* (Chomsky, 1995).

No terceiro capítulo, discutem-se alguns modelos de análise de orações relativas, o primeiro dos quais é o chamado modelo tradicional. É um modelo que nasce com a própria Gramática Generativa e postula a existência, na estrutura profunda de uma oração relativa, de duas frases, com um NP idêntico, um dos quais é substituído, na estrutura da superfície, por um pronome relativo, depois de se aplicar a transformação do nome, por adição dos

traços [+Wh ] e [+Pron.]. O segundo modelo é o clássico, o qual foi proposto por Chomsky (1977). Este modelo preconiza que o sintagma que contém o morfema-QU é gerado na posição argumental da relativa (IP), de onde é movido para Spec, CP, onde encabeça a oração relativa e é co-referente com o NP/DP alvo da relativização. O terceiro modelo é o de *elevação do núcleo*, no qual o alvo da relativização é movido por elevação para a posição inicial da oração, local em que encabeça a oração relativa. Neste modelo, contrariamente ao modelo clássico, em que o relativizador sofre movimento, a oração relativa é tida como complemento do Determinante. O quarto modelo é o modelo *matching*, o qual retoma o modelo transformacional. Nesta análise, assume-se que o pronome relativo é um determinante, que seleciona um NP, que é sujeito a apagamento sob identidade com o NP que constitui o núcleo externo da oração relativa.

No quarto capítulo do trabalho, faz-se a análise crítica dos modelos de relativização e discutem-se as razões que nos levam a adotar o modelo clássico, em que a oração relativa é um adjunto do NP e envolve movimento-Qu no seu interior.

Já no quinto capítulo desenha-se a metodologia que norteou o estudo e procura-se descrever os dados da pesquisa, a natureza do *corpus* e todos os processos que foram observados para a realização do trabalho. Nesta parte, também se descreve como foram manipulados os instrumentos de recolha de dados.

Por fim, no sexto capítulo faz-se a apresentação dos dados e respetiva discussão e análise. Começa-se por apresentar os dados gerais, dando-se destaque às entradas gerais de orações convergentes com o PE e divergentes. Depois estudam-se as relativas cortadoras, resuntivas, as construções locativas introduzidas pelo morfema *onde*, as falsas relativas e, finalmente, as construções genitivas.

## CAPÍTULO I: AS CONSTRUÇÕES DE RELATIVIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL

### 1.1. Introdução

Nesta parte da tese, descrevem-se as construções de relativização na língua portuguesa. Discute-se a noção de relativização na Secção 1.2, recorrendo ora a gramáticas pedagógicas, tais como as de Cunha e Cintra (1999), Bechara (1999) e Vilela (1999) ora recorrendo a gramáticas e trabalhos descritivos tais como de Raposo et al. (2013), Peres e Mória (1995), Wache (2018), Mateus et al. (2003) entre outros. Na Secção 1.3, trata-se do sistema de pronomes relativos no PE. Discutem-se, nesta parte, as propriedades semânticas e sintáticas dos pronomes *que*, *quem*, *onde*, *cujo*, *quando*, *quanto*, *como*, *o que* e *o qual*. Finalmente, no Subcapítulo 1.4 faz-se a síntese do capítulo.

### 1.2. As construções de relativização

Como se disse, as construções relativas são também designadas adjetivas pelo facto de poderem ser transformadas em adjetivos, como se pode notar em (1).

(1)

a. Ofereceste-me uma camisa *que estava rasgada*.

b. Ofereceste-me uma camisa *rasgada*.

Como se pode depreender, a frase em itálico em (1a) corresponde ao adjetivo qualificativo, também em itálico, em (1b).

Veloso (2013, p. 2061) também possui o mesmo entendimento ao considerar que “as orações relativas têm a mesma função semântica dos adjetivos qualificativos” e, na sequência, explica que essa função semântica “consiste em atribuir uma propriedade adicional ao conjunto denotado pelo nome ou grupo nominal modificado e, desse modo, restringir esse conjunto.” (ibidem, p. 20161)

Em Vilela (1999, p. 388), este tipo de construções recebem o nome de *frases relativas* e são definidas como sendo “frases subordinadas introduzidas pelo pronome ou advérbio relativo”. Este pronome ou advérbio relativo, afirma o autor, “representa sintacticamente um elemento frásico da frase subordinada e é semanticamente preenchido pelo recurso a um elemento frásico da frase de referência.” (ibidem, p. 388). Mais adiante, Vilela (1999, p. 388)

afirma que “o traço semântico-funcional geral de todas as frases relativas é o de caracterizarem indivíduos, grupos ou classes de indivíduos ou estado de coisas por meio de descrições de estados de coisas.” Nesta definição, percebe-se que, tal como em Cunha e Cintra (1999), Veloso (2013), e Bechara (1999), este tipo de construções funciona como modificadores nominais, tal como os adjetivos qualificativos.

Como já se fez referência, qualquer uma destas definições dá ênfase ao facto de este tipo de construções ser sempre introduzido pelos *pronomes* ou *advérbios* relativos e ao facto de estas frases desempenharem uma função semântica semelhante à de um modificador adjetival. O sintagma relativo remete para um NP ou uma frase, que recebe o nome de *antecedente*, na nomenclatura gramatical luso-brasileira.

Relativamente a possibilidades de relativização, Alexandre (2000, p. 16) explica que “há uma diversidade nas línguas do mundo.” No caso concreto do PE, a autora refere que disponibiliza todas as posições sintáticas, mas línguas como basco já não aceitam que ocorra a relativização de constituintes que tenham o Caso Genitivo<sup>1</sup>, por exemplo, e outras línguas, tal como o malgache, apenas admitem relativizar a posição do sujeito.

Quanto à variação tipológica, Alexandre (2000) entende que o PE se enquadra no grupo de línguas nas quais o *movimento-Qu* explícito é obrigatório para se formarem as orações relativas, distinguindo-se, desta forma, das línguas em que o *movimento-Qu* é opcional, tais como o hebreu, persa, entre outras. O português distingue-se igualmente daquelas cujo movimento não existe na sintaxe explícita, tais como basco, chinês, japonês, entre outras línguas.

Para além deste facto, as orações relativas convergentes do PE envolvem *pied piping* se o elemento deslocado for um DP (2) ou um PP (3) com um pronome relativo. Tanto no PE como no PB não se manifesta *preposition stranding*, ao contrário do inglês, como se depreende em (2).

(2) O livro [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> cuja capa]<sub>i</sub> a criança arrancou <sub>t<sub>i</sub></sub>] era uma raridade.<sup>2</sup>

(3) A peça de teatro [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> de que]<sub>i</sub> tu estás a falar <sub>t<sub>i</sub></sub>] já acabou.

(4)

a. \*A peça de teatro [<sub>CP</sub> que tu estás a falar <sub>det<sub>i</sub></sub>] ...

---

<sup>1</sup> Leia-se a propósito a dissertação de Valente (2008).

<sup>2</sup> Os exemplos desta parte do trabalho são de Comrie (1981) e foram adaptados por Alexandre (2000).

b. The play [<sub>CP</sub> which you are talking *about*ti] ...

Relativamente a tipologia de relativas, Comrie (1981) propõe a existência de 4 tipos, sendo, nas palavras de Alexandre (2000), ordenados em função da dificuldade crescente de processamento:

- i. *Relativas sem redução* – o antecedente da relativa ocorre no interior da própria oração relativa, como é o caso do Diegueño (5).

(5)

[Tənaɪ ?wa :?/wu :w]-pu -Lʸ ?ciyawx.  
Ontem **casa** 1SG-ver DEF LOC 1SG-cantar  
'Eu cantarei na casa que eu vi ontem.'

- ii. *Relativas com retenção do pronome* – o antecedente da relativa surge repetido no interior da oração relativa sob a forma de um pronome, como se verifica em Persa, principalmente na posição de Objeto Indireto (OI), como se depreende em (6):

(6)

Man zan-i-rā [ke Hasan be u sibe zamini dād] mišenāsam.  
1SG mulher-ACUS COMP Hasan a **3SG-FEM** batata dar 1SG-conhecer  
'Eu conheço a mulher a quem o Hasan deu a batata.'

- iii. *Relativas com pronomes relativos* – o elemento que introduz a oração relativa é sempre um pronome relativo, com marcas de Caso e precedido ou não de preposição, que se encontra ligado a uma categoria vazia deixada na posição de origem do movimento-*Qu*. Este é o caso das línguas românicas e do Inglês, nas relativas de OI (7), de Oblíquo (OBL – cf. (8)) e de GEN (9), e do Russo (10).

(7)

- a. A rapariga [<sub>CP</sub> *a quem* dei o livro].  
b. La niña [<sub>CP</sub> *a quien* dé el libro].  
c. La jeune femme [<sub>CP</sub> *à qui* j'ai donné le livre].

d. The girl [<sub>CP</sub> *to whom* I gave the book].

(8)

a. A pessoa [<sub>CP</sub> *de quem* tu falaste].

b. La persona [<sub>CP</sub> *de quien* tu has hablado].

c. La personne [<sub>CP</sub> *avec qui*’ai parlé].

d. The person [<sub>CP</sub> *about which* I talk].

(9)

a. A pessoa [<sub>CP</sub> *cujo* pai está doente].

b. La persona [<sub>CP</sub> *cuyo* padre está enfermo].

c. La personne [<sub>CP</sub> *dont* le père est malade].

d. The person [<sub>CP</sub> *whose* father is sick].

(10)

a.

Devuška, [<sub>SU</sub> **kotoraja** prišla].

rapariga que-NOM chegar.

‘A rapariga que chegou.’

b.

Devuška, [<sub>OD</sub> **kotoruju** ja videl].

rapariga que-ACUS eu ver

‘A rapariga que eu vi.’

c.

Devuška, [<sub>OI</sub> **kotoroj** ja dal knigu].

rapariga que-DAT eu dar livro

‘A rapariga a quem eu dei o livro.’

### 1.2.1. As construções relativas de nome e as construções relativas de frase

Em português, as construções relativas podem ter como antecedente um NP/DP, como em (11a) ou uma frase, como em (11b).

(11)

a. A Maria comeu *o bolo* que estava na mesa.

b. A *Lurdes Mutola ganhou uma medalha de ouro*, o que me deixa muito feliz.

As construções relativas como as patentes em (11a) são designadas, na nomenclatura gramatical luso-brasileira, orações relativas de *nome* e as construções relativas patentes em (11b) recebem o nome de construções relativas de *frase*.

Um reparo importante sobre as orações relativas de frase é feito por Vilela (1999, p. 338). O autor considera que a transformação destas orações pode ser compreendida como sendo uma combinação “quase coordenativa”: Assim, para ele, uma frase como a patente em (11b) pode, nesse processo, ser transformada da seguinte forma:

(12) A Lurdes Mutola ganhou uma medalha de ouro e isso deixa-me muito feliz.

Peres e Mória (1995, p. 274) chamam à atenção para o facto de, em frases como a patente em (13)

(13) Os jovens interessam-se cada vez mais pelas questões ecológicas, *facto que é muito positivo*.

(Peres & Mória, 1995, p. 274)<sup>3</sup>

A expressão *facto que é muito positivo* constitui um aposto nominal à oração precedente, que é, neste caso, a frase *os jovens interessam-se cada vez mais pelas questões ecológicas*, de tal forma que a oração relativa *que é muito positivo* não é uma oração relativa de frase, apesar das semelhanças existentes entre as duas construções. Na verdade, esta construção possui como antecedente a expressão nominal *facto*. Em Peres e Mória (1995), tanto a construção em (11b), como a patente em (13), comungam o facto de serem frases que exprimem uma propriedade acerca da oração principal junto da qual ocorrem, com a principal diferença de a frase em (11b) o fazer de forma direta, através da simples relação do pronome relativo (*o que*) com o antecedente (a frase anterior) ao passo que a frase em (13) o faz indiretamente, através, nas palavras dos autores, “de uma cadeia mais complexa formada pelo pronome relativo (*que*), pelo seu antecedente nominal (*facto*) e pela estrutura precedente (que constitui como que o antecedente remoto do pronome relativo)” (Peres & Mória, 1995, p. 274). Na sequência, os autores concluem que “Por razões de clareza, podemos designar estas

---

<sup>3</sup> O itálico é nosso.

orações relativas de nome especiais por *orações relativas de aposto (de frase)*<sup>4</sup> (Peres & Mória, 1995, p. 275).

As orações relativas de frase nunca ocorrem como *restritivas*<sup>5</sup>, porque elas não têm como função restringir o espaço denotativo a partir do qual se identifica um referente.

### **1.2.2. As construções relativas com antecedente nominal explícito e com antecedente implícito**

Quanto à natureza do antecedente, as construções relativas podem ser classificadas em relativas com antecedente *explícito*, como as patentes em (14) e as relativas com antecedente *implícito*, como as patentes em (15).

(14)

- a. O Paulo, *que é um bom estudante*, reprovou de classe.
- b. Os meninos *cujos pais faleceram* vivem no orfanato.
- c. Os meninos *que roubaram a tua camisa* estão presos.

(15)

- a. *Quem quer a paz* prepare-se para a guerra.
- b. *Onde há fumo*, há fogo.

Nas frases em (14) temos como antecedente os sintagmas *o Paulo*, em (14a), e *os meninos*, em (14b) e em (14c). Já em (15a) e (15b) os nomes que devem ser antecedentes não ocorrem explicitamente na frase. Peres e Mória (1995, p. 227) referem que tal fenómeno fica a dever-se ao facto de “o antecedente ser um categoria nominal sem matriz fonética, cujos traços semânticos”, [+humano] em (15a) e [+lugar] em (15b) são transmitidos a uma forma abstrata do pronome relativo, resultando, deste modo, a forma concreta do pronome da combinação daqueles traços com a forma abstrata.

A propósito das orações relativas com antecedente implícito, Veloso (2013, p. 2118) entende que “em determinadas circunstâncias discursivas, as orações relativas de antecedentes implícitos são mais naturais e económicas do que as orações correspondentes com um antecedente explícito.” A autora explica também que este tipo de antecedente ocorre

---

<sup>4</sup> O itálico é nosso.

<sup>5</sup> Cf. Veloso (2013).

geralmente quando

o falante considera que a informação específica sobre o antecedente é irrelevante; quando não tem informação adicional sobre o antecedente para além daquela que é codificada nos traços semânticos; quando essa informação é evidente no contexto discursivo ou situacional; ou ainda quando o falante tem a intenção de criar um sentido de quantificação universal, como, p.e., em 'quem não comeu a sopa não come a sobremesa', que se pode parafrasear, utilizando uma variável lógica, como "para todo o x, tal que x não come sopa, então x não come sobremesa. (Velo, 2013, p. 2118)

Para Velo (2013), há, em português, outras orações semelhantes às orações relativas de antecedente implícito, mas com propriedades diferentes, como as que se ilustram em (16).

(16) Informo a turma de que [os [-] que não quiserem fazer a prova] vão reprovar de classe.

Nestas construções, há elipse do nome que funciona como antecedente da oração relativa, o qual pode ser recuperado pelo contexto.

Móia (1992, p. 9) entende que os pronomes relativos que introduzem orações relativas sem antecedente exposto "constituem apenas um subgrupo dos morfemas relativos existentes, não coincidente com o dos morfemas que podem ocorrer nas orações relativas com antecedente exposto". Mais adiante, o autor afirma que

não encontramos orações relativas sem antecedente exposto encabeçadas pelos seguintes três morfemas relativos que podem surgir nas relativas com antecedente exposto: *que* (forma invariável, não-marcada, de pronome relativo), *o qual* (forma variável em género e número) e *cujos* (forma também variável em género e número, tipicamente associada a complementos nominais genitivos). É possível, entretanto, ter relativas sem antecedente exposto encabeçadas por um dos seguintes seis morfemas, pelo menos: *quem*, *o que*, *quanto*, *onde*, *como* e *quando*. Trata-se de uma distribuição específica deste subtipo de orações relativas, que obviamente carece de explicação. Sem avançar por ora qualquer proposta no sentido de apresentar tal explicação, salientarei dois factos concomitantes nesta distribuição: a impossibilidade de termos os morfemas relativos *que* e *o qual*, não marcados com qualquer traço sintáctico-semântico inerente, e o facto de todos os morfemas passíveis de utilização nestas relativas serem marcados com um traço deste tipo: *quem* [+Humano], *o que* e *quanto* [-Humano], *onde* [+Locativo], *como*

[+Modo], *quando* [+Tempo]. (Móia, 1992, p. 9)

Como se pode depreender, há morfemas que, pela sua natureza, não podem encabeçar as orações relativas sem antecedente, porque não possuem traços inerentes, tal é o caso dos morfemas *que*, *o qual*. Móia (1992) abstém-se de falar do morfema *cujo*, que, mesmo tendo traços inerentes, não pode, no português contemporâneo, encabeçar relativas sem antecedente expreso.

### **1.2.3. Construções relativas restritivas e relativas explicativas**

Em português, as construções relativas de nome costumam ser, tendo em conta a relação que se estabelece com o antecedente, *explicativas*, como a patente em (14a) ou *restritivas*, como a que se ilustra em (14b). Nas orações relativas *restritivas* discrimina-se parte de todo. Na frase em (14b), entende-se que, do conjunto dos meninos, apenas vivem no orfanato aqueles cujos pais faleceram, sendo que aqueles cujos pais vivem não estão a viver no orfanato. Já na frase em (14a), a oração *é um bom estudante* funciona como uma entidade independente, de tal forma que a tradição gramatical luso-brasileira ensina que esta frase pode ser suprimida sem, no entanto, distorcer o conteúdo proposicional da oração principal.

### **1.2.4. O antecedente das orações relativas restritivas**

A diferença semântica entre as duas estruturas frásicas presentes em (14a) e (14b) faz com que a natureza dos antecedentes seja diferente. Nas orações relativas restritivas em (14b), o antecedente é apenas o grupo nominal que precede a oração restritiva. Brito e Duarte (2003, p. 668) revelam que o antecedente das orações relativas restritivas é um NP determinado ou quantificado, cujo núcleo é um nome comum, ou seja, nas orações relativas restritivas não podem ocorrer como antecedentes os nomes próprios ou pronomes pessoais.

Para Veloso (2013) é possível que nomes próprios e pronomes pessoais assumam a posição de antecedente em construções relativas restritivas, mas em circunstâncias especiais. Por exemplo, o uso de um pronome de 2.<sup>a</sup> pessoa numa oração relativa restritiva só é possível se existirem diversos alocutários a quem o locutor se dirige, dentro das quais quer restringir uma parte. Nestes casos, toda a construção relativa tem o valor de vocativo, como se pode notar em (17).

(17) (o) tu que estás a dormir, vai lavar a cara!

O facto de os pronomes pessoais constituírem sintagmas nominais referenciais autónomos, faz com que não aceitem facilmente que outros modificadores contribuam para o seu valor referencial, como em orações relativas restritivas. No caso concreto do pronome da 1.ª pessoa do singular, tal como em Brito e Duarte (2003), Veloso (2013) entende que não permite, geralmente, a modificação através de uma oração relativa restritiva. Para ela, este fenómeno fica a dever-se ao facto de não haver qualquer ambiguidade na identificação do locutor. Mesmo assim, a modificação é possível se o locutor quiser individualizar características da sua personalidade, sendo que, nesse caso, o pronome é utilizado como um nome comum, desencadeando concordância de 3.ª pessoa, o que é comprovado pela presença de especificadores apropriados, como ilustra o exemplo em (18).

(18) O meu eu que odeia Dali não me deixa gostar de PinkFloyd.

(Veloso, 2013)

Com orações relativas restritivas, Veloso (2013) entende que é possível que o nome próprio seja antecedente da construção relativa, sobretudo quando refere o individuo ou indivíduos que constituem a interseção do conjunto das pessoas (ou locais) que têm a propriedade de se chamarem tal ou tal e o conjunto das pessoas (ou locais) com a propriedade atribuída pela oração relativa, como em (19).

(19)

a. As Anas que eu conheço são todas muitas simpáticas.

b. A Maria que cresceu comigo é mais simpática que a Maria que mora no 3.º andar!

O uso de uma oração relativa restritiva com um nome próprio também é possível, na perspectiva de Veloso (2013), quando serve para designar fases diferentes (estádios) da vida de uma pessoa, como em (20a) ou, simplesmente, para introduzir uma perspectiva sobre a pessoa, através da qual se deve interpretar a predicação, como se ilustra em (20b).

(20)

a. A Isabel que cresceu comigo é muito diferente da Isabel que acabou de ser nomeada ministra.

b. A Filipa que eu conheço não namorava com aquele rapaz!

(Veloso, 2013)

Os antecedentes das orações relativas restritivas podem assumir outras formas (Brito & Duarte, 2003):

i. um N sem D explícito (D nulo), que pode assumir um valor universal ou genérico, como de pode ver em (21).

(21)

a. Trabalho que eu faça é sempre bem feito.

b. Cães que ladram são perigosos.

ii. Uma expressão nominal quantificada como *tudo*, *nada* ou demonstrativo como *aquilo*, *isso*:

(22)

a. Tudo quanto sei é que és o meu amor.

b. Aqueles que gostam de sopa estão felizes.

iii. Determinantes não seguidos de N (elipse Nominal), tradicionalmente considerados pronomes demonstrativos:

(23)

a. Os que falam mal de mim são pessoas conhecidas.

b. Aqueles que falam mal de mim são pessoas conhecidas.

E por fim, as orações relativas restritivas podem ter como antecedente nominalizações formadas a partir de adjetivos, como se exhibe em (24):

(24) Já não sou a inocente que fui.

### 1.2.5. As orações relativas explicativas

Brito e Duarte (2003) explicam que o antecedente de uma construção relativa explicativa pode ser um N próprio, como em (25a) ou um pronome pessoal (25b). Igualmente aparecem a preencher o lugar reservado para o antecedente de orações relativas explicativas sintagmas nominais com pronomes possessivos, como em (25c), ou pronomes demonstrativos (25d).

(25)

- a. Maputo, que é magnífica, é capital de Moçambique.
- b. A Albertina, que é minha irmã, é boa pessoa.
- c. Os meus irmãos, que estão na Índia, regressam esta semana.
- d. Aquele teu primo, que é comerciante, é muito atrevido.

As orações relativas explicativas podem ter como antecedente um adjetivo predicativo, facto que não pode ocorrer nas orações relativas restritivas (26).

(26) O meu marido é indisciplinado, o que o seu não é.

### 1.3. O sistema de pronomes relativos no Português Europeu

O sistema de pronomes relativos em português, como é sabido, é um pouco complexo em relação a muitas línguas, sobretudo de origem bantu, família de que as línguas nativas faladas em Moçambique fazem parte. Essa complexidade, em parte, justifica-se pela natureza dos antecedentes, pela possibilidade ou não de receberem Caso, e ainda pela natureza dos traços semânticos que caracterizam os pronomes.

As gramáticas pedagógicas ensinam que existem basicamente seis pronomes relativos, os quais podem ser divididos em aqueles que possuem a capacidade de variar (em número e género) e aqueles que não variam. Os referidos pronomes são: *que*, *quem*, *onde*, *cujo*, *o qual* e *quanto* (cf. Alexandre, 2000), e em Veloso (2013) acrescenta-se a locução pronominal *o que*. A este sistema pronominal, as gramáticas descritivas e alguns linguistas (cf. Peres & Mória, 1995; Mória, 1992; Bechara, 1999) recentemente, acrescentam os morfemas *como* e *quando*.

Veloso (2013, p. 2101) integra estes morfemas no grupo das *pró-formas relativas*, no qual inclui ainda o morfema *onde*, que possui características semelhantes aos outros dois morfemas (cf. Veloso, 2013, p. 2101). A razão desta designação, nas palavras da autora, reside no facto de estes morfemas possuírem valores semânticos particulares. Assim sendo, o morfema *onde* tem o traço [+lugar], *como*, o traço [+modo] e *quando*, o traço [+tempo]. O quadro que segue ilustra o sistema das pró-formas relativas do português.

Quadro 1: Pró-formas Relativas

Variáveis				Invariáveis
Masculino		Feminino		
Singular	Plural	Singular	Plural	que, o que quem
o qual	os quais	a qual	as quais	onde
cujo	cujos	Cuja	cujas	como
quanto	quantos	Quanta	quantas	quando

Assim, reconhece-se existir, em português, um sistema de morfemas relativos composto por nove morfemas, nomeadamente: *que*, *cujo*, *onde*, *quanto*, *quando*, *como*, *quem*, *o qual* e *quem*.

### 1.3.1. O pronome *que*

É designado pronome relativo universal e ocorre geralmente em relativas com antecedente nominal, já que não há registos em português da sua ocorrência em construções relativas com antecedente frásico (cf. Veloso, 2013), como ilustra o contraste em (27):

(27)

- a. Os rapazes *que* roubaram as mangas foram presos.
- b. \*O meu filho passou de classe, *que* me deixa feliz.

Como se pode verificar, a estrutura em (27b) é estranha ao PE. Tal estranheza resulta do facto de o pronome relativo *que* não ser compatível com o seu antecedente *que*, neste caso, é uma frase.

Uma das características particulares do morfema *que* relaciona-se com facto de poder ocorrer com qualquer tipo de antecedente: [+humano], como em (28a), ou [-humano], como em (28b). Este morfema pode ocorrer, igualmente, como confirma Veloso (2013, p. 2082),

com antecedentes que denotam [+lugar], como em (28c), [+tempo] ou [+ modo], como se ilustra em (28d) e em (28e). Nestes casos, “tem de ser acompanhado por uma preposição” (Brito, 1988, p. 274).

(28)

- a. O Mário, *que* é um bom médico, matou uma pessoa.
- b. As mangas *que* comeste estavam podres.
- c. O Paulo chegou à casa *em que* vivo muito triste.
- d. No dia *em que* o Paulo chegou à minha casa, estava muito triste.
- e. Esses teus maus modos, ‘com *que*’ tratas até os melhores amigos, ainda te vão dar problemas.<sup>6</sup>

O morfema *que*, quando ocorre em construções com antecedente nominal desempenha geralmente as funções sintáticas de sujeito (29a), ou de complemento direto (29b). Quando este morfema é acompanhado por uma preposição, pode desempenhar as funções sintáticas de complemento indireto, como em (29c), complemento oblíquo, em (29d, 29f) ou genitivo (29e) ou ainda a de adjunto adverbial, como se pode ver em (29f). Marcou-se, em (29), com *i* o vestígio, que coincide com o lugar em que o constituinte nominal pronominalizado é selecionado.

(29)

- a. As meninas [*que*<sub>i</sub>[NP — ]<sub>i</sub>. estavam no hospital] tiveram alta.
- b. A camisa [*que*<sub>i</sub> me oferecete [NP—]]<sub>i</sub> estava rasgada]
- c. A menina [[*a que*]<sub>i</sub> te referiste [PP — ]<sub>i</sub>]está doente].
- d. A menina [[*de que*]<sub>i</sub> te falei [PP\_]<sub>i</sub>. ] está doente].
- e. A menina [[*de que*]<sub>i</sub>. o Paulo rasgou [a blusa[PP\_]<sub>i</sub>.] está com frio.
- f. Este é o rapaz [[*com que*]<sub>i</sub>fui ao mercado[PP\_]<sub>i</sub>]

Veloso (2013) explica que, com antecedentes [-humanos], *que* ocorre preferencialmente com preposições monossilábicas, como se refere em Cunha e Cintra

---

<sup>6</sup>Frase extraída de Veloso (2013), o itálico é nosso.

(1984), enquanto com as restantes preposições, como *durante*, *perante* e *sobre* ou locuções prepositivas (*acerca de*, *através de*, *em face de*, etc.), é preferível ou mesmo obrigatório o uso de *o qual* em vez de *que*.

O morfema *que* não encabeça orações relativas com antecedente implícito. A este propósito, Mória (1992, p. 9), referindo-se especificamente a relativas sem antecedente exposto, explica que:

não encontramos orações relativas sem antecedente exposto encabeçadas pelos seguintes três morfemas relativos que podem surgir nas relativas com antecedente exposto: *que* (forma invariável, não-marcada, de pronome relativo), *o qual* (forma variável em género e número) e *cujos* (forma também variável em género e número, tipicamente associada a complementos nominais genitivos).

Entretanto, Veloso (2013, p. 2084) entende que este morfema aceita, em contexto particular, ocorrer sem antecedente explícito. “Trata-se de frases em que a construção relativa é complemento do verbo existencial *haver* ou de verbos *arranjar*, *procurar* e *ter* quando são usados com valor existencial e em que o verbo da oração relativa tem a forma infinitiva,” como se nota em (30).

(30)

- a. Seja rápido, pois tenho *que fazer*.
- b. Não há *com que pintar* a minha casa.

Veloso (2013) explica que o antecedente não explícito na oração matriz é referencialmente indefinido e não é especificado para qualquer dos traços semânticos, sendo que se aproxima a “alguma coisa”. Este facto faz com que o morfema *que* seja o mais adequado para ser usado no contexto das frases em (30).

### 1.3.2. A locução pronominal *o que*

Veloso (2013) inclui esta locução no grupo de pronomes relativos. A autora justifica esta posição recorrendo ao facto de esta locução ser a única que ocorre em construções com antecedente frásico, já que, para ela, o morfema *que*, sozinho, não aceita ocorrer na posição de relativizador neste tipo de construções, como se pode depreender do contraste das

construções em (31).

(31)

- a. A Atália reclama muito, o que não é bom.
- b. \*A Atália reclama muito, *que* não é bom.

### 1.3.3. O pronome *quem*

Ao tratar do morfema *quem*, Brito (1988, p. 247) procura compará-lo com os morfemas *que* e *o qual*, afirmando que este morfema se distancia dos outros pelo facto de só ocorrer com antecedentes [+humano]. Veloso (2013, p. 2089) entende que é por este motivo que este morfema só ocorre em orações relativas com antecedente nominal. A autora chama a atenção para o facto de mesmo neste tipo de construções a ocorrência de *quem* só ser possível se este estiver contido num constituinte relativo introduzido por uma preposição, desempenhando, deste modo, a função sintática de complemento indireto (32a) ou complemento oblíquo, como em (32b), ou ainda de genitivo, em (32c).

(32)

- a. É este o rapaz *a quem* entreguei o livro ontem.
- b. Este é o Paulo, de quem tu conhecestes ontem a namorada.
- c. Este é o menino *de quem* te falei.

Este constituinte, quando possui antecedente explícito, não aceita desempenhar as funções sintáticas de sujeito ou de complemento direto, daí que sempre se usem os morfemas *que* ou *o qual*, este último unicamente em relativas explicativas. Entretanto, há vezes em que o complemento direto é introduzido pela preposição *a*, em verbos como *louvar*, *amar*, *odiar* (33) quer em orações relativas restritivas quer em orações relativas explicativas.

(33)

- a. Ela é a menina *a quem* amo mais que tudo na vida.
- b. Essa mulher, *a quem* odeio profundamente, queixou-me à polícia.

Quando o antecedente é implícito, o morfema *quem* pode desempenhar qualquer

função sintática, incluindo a de sujeito e complemento direto:

(34)

- a. *Quem* não trabalha não come.
- b. *Quem* convidaste à festa não me agradou.
- c. Trabalhei *com quem* me recomendaste.

Assim sendo, com Brito (1988, p. 250), sistematiza-se da seguinte forma as características do pronome *quem*:

- i. É um morfema nominal;
- ii. só pode usar-se com um antecedente [<sub>-</sub>+ humano];
- iii. é uniforme quanto ao número e género do antecedente;
- iv. é uniforme morfologicamente quanto ao caso DAT ou OBL;
- v. pode usar-se nas relativas restritivas e apositivas;
- vi. não é suprimível.

#### 1.3.4. O sintagma *o qual*

Este sintagma exige que o seu antecedente seja obrigatoriamente um constituinte nominal, razão pela qual dificilmente ocorre em orações cujo antecedente é implícito. Esta restrição fica a dever-se ao facto de não marcar morfologicamente qualquer traço semântico, o que não permite a reconstrução do antecedente. Possui a capacidade de variar em género e número, em concordância com o núcleo nominal do seu antecedente.

(35) A Teresa comprou chapas, com *as quais* cobrimos a casa.

Brito e Duarte (2003, p. 663) explicam que a locução pronominal *o qual*, quando precedida de preposições, pode desempenhar as funções sintáticas de objeto indireto (36a), complemento oblíquo (36b) ou ainda de genitivo (36c). Em orações relativas restritivas, este sintagma não pode desempenhar a função sintática de sujeito ou de complemento direto, mas nas orações relativas explicativas, o mesmo sintagma pode desempenhar as funções de sujeito (36d) e de complemento direto (36e).

(36)

- a. Morreu o homem *ao qual* fizeram homenagem.
- b. Este é o rapaz *com o qual* brinco.
- c. Queimou-se o livro *do qual* extraíram este capítulo.
- d. Os meus meninos, *os quais* foram expulsos do internato, viajaram esta manhã.
- e. As minhas irmãs, *as quais* vi a entrarem na tua casa, desapareceram.

Veloso (2013, p. 2092) afirma que as construções relativas com *qual* combinam-se “com antecedentes [+ humano] ou [-humano], [+animado], ou [-animado], [+lugar] ou [-lugar] e [+ tempo] ou [-tempo], não tendo, portanto, nenhum valor inerente para qualquer destes traços.” A autora refere ainda que “tanto em orações relativas restritivas como em apositivas, o antecedente de ‘o qual’ pode ser definido [...] ou indefinido [...] mas é sempre [+específico]. Plausivelmente, o artigo definido é um reflexo desse valor referencial [+ específico].” (ibidem, p. 2091) Para além dessa característica,

o artigo permite ligar textualmente o constituinte relativo ao antecedente, servindo para desfazer ambiguidades potenciais quanto a esse antecedente. A locução *o qual* apresenta variação em género e em número, em concordância com antecedente. Nos casos em que há mais de um determinante possível com género e /ou número diferentes, os falantes, para tornar a frase informativamente mais precisa, preferem usar *o qual* em vez dos pronomes invariáveis *que, quem* ou *onde*, sobretudo na escrita formal (Veloso, 2013, p. 2092).

Para esta autora, o uso de *o qual* é preferencial ou obrigatório quando o constituinte relativo é introduzido por uma preposição com duas ou mais sílabas (*ante, contra, durante, perante, sobre, etc.*) ou por uma locução prepositiva (*acerca de, através de, em face de, etc.*) e o seu antecedente é [-humano].” (ibidem, p. 2091)

(37)

- a. As injustiças *contra as quais* luta a Maria são muitas.
- b. Desconheço o assunto *acerca do qual* eles discutiram.
- c. Montaram-se diversos túneis, *através dos quais* os concorrentes tinham de passar para ganhar a prova.

(Veloso, 2013)

### 1.3.5. A pró-forma *onde*

O pronome relativo *onde*, segundo Veloso (2013, p. 2102), caracteriza-se por ser semanticamente locativo. Na visão da autora, é graças a esta propriedade que este pronome, com antecedente explícito ou implícito, denota obrigatoriamente um lugar e o seu valor semântico na oração relativa tem de ser locativo, quer funcionando como complemento oblíquo (38a) quer como adjunto adverbial (38b).

(38)

- a. O lugar *onde* moro é muito lindo.
- b. Coloquei um livro no quarto *onde* dormimos.

O pronome relativo *onde*, quando usado em construções que envolvem verbos de movimento direcionais, junta-se às preposições *a/para* (39a), *de* (39b) e *por* (39c), como em (39):

(39)

- a. *o lugar para onde/aonde* vais esta manhã ...
- b. *o lugar de onde* vens.
- c. *o lugar por onde* passaste esta manhã.

Veloso (2013, p. 2102) explica que “*onde* não pode ter nem a função de *sujeito* nem a de complemento *direto*, mesmo quando estas funções se encontram de alguma maneira associadas a um valor locativo”. Segundo a autora, em contrapartida, “as construções relativas com o pronome relativo *onde* podem desempenhar qualquer função gramatical na oração principal”, como ilustram as construções frásicas em (40).

(40)

- a. [O local *onde jante<sub>i</sub>*.] ficava perto do museu. [sujeito]
- b. Adorei [o local *onde jantámos*]. [complemento direto]
- c. Embirrei profundamente [com o clube *onde fomos passar férias*]. [complemento oblíquo]

d. Já representei [no teatro *onde se estreou a Mirita Casimiro*]. [adjetivo adverbial]

### 1.3.6. O pronome *cujo*

Brito (1988, p. 144) entende que o morfema *cujo* é um especificador relativo, dotado de traços de número e género. Para a autora, casualmente, *cujo* é a expressão do genitivo. Veloso (2013, p. 2097) entende que o pronome *cujo* possui semelhanças com o pronome possessivo da 3.<sup>a</sup> pessoa, pois:

- (i). retoma pronominalmente a entidade possuidora na relação de posse expressa no sintagma nominal;
- (ii). corresponde a um complemento ou a um modificador de nome que denota a entidade possuída;
- (iii). precede o nome que denota a entidade possuída. Este nome é por vezes chamado o *consequente*<sup>7</sup> de *cujo* e os dois integram obrigatoriamente o constituinte relativo;
- (iv). é equivalente a um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* também com a função de modificador ou complemento de nome.

Para além destas características, este pronome apenas pronominaliza constituintes introduzidos por uma única preposição, *de*, e não aceita ocorrer com um artigo determinante. Veloso (2013, p. 2097) relaciona a não ocorrência do artigo determinante com o pronome *cujo* com o facto de esta forma obrigar uma interpretação definida do nome consequente, ou seja, para ela, o pronome *cujo* tem simultaneamente duas funções: a de retoma do antecedente nominal que corresponde ao possuidor e a de veicular uma interpretação definida no constituinte relativo.

Tal como o pronome *que*, *cujo* tem necessariamente um antecedente nominal, que corresponde à entidade possuidora, não podendo ocorrer em orações relativas de frase, com um antecedente de natureza oracional.

O constituinte relativo que contém o morfema *cujo* pode ter funções sintáticas diversas na oração relativa:

(41)

---

<sup>7</sup> O itálico é nosso.

- a. Encontrei um rapaz *cujas primas* são minhas alunas. [sujeito]
- b. O meu gato, *cujo nariz o irmão* arranhou, está doente. [complemento direto]
- c. Turim é uma cidade *de cuja arquitectura barroca* gostei muito. [complemento oblíquo]
- d. O meu casaco, *em cuja lapela* entornei uma chávena de café, ficou estragado. [adjunto adverbial locativo]

(Veloso, 2013)<sup>8</sup>

O pronome relativo *cujo* não ocorre em relativas com antecedente implícito. Essa restrição fica a dever-se ao facto de este pronome aceitar como antecedente expressões nominais semanticamente muito variadas.

### 1.3.7. O pronome *quanto*

O pronome relativo *quanto* é um daqueles que pode ser equivalente a um sintagma nominal, quando ocorre com o pronome neutro *tudo* como antecedente, como se pode depreender em (42a) ou quando ocorre com antecedente não explícito, como em (42b). Nestes dois primeiros casos, o pronome é invariável. Quando funciona como especificador ou tem um antecedente explícito, flexiona em género e número, como se pode ver em (42c, 42d)

(42)

- a. Disse tudo *quanto* queria.
- b. Bebeu *quanto* havia no bar.
- c. Viu *quantas* novelas passavam em Tete.
- d. Viu tantos horrores *quantos* ocorriam em Tete.

Apesar de geralmente este morfema ocorrer isoladamente no constituinte relativo, tem um estatuto de especificador. Nas palavras de Veloso (2013, p. 2099), “em qualquer dos estatutos, *quanto* tem um valor semântico intrínseco de quantidade e podemos dizer que o seu antecedente (explícito ou não) é, precisamente, um quantificador do sintagma nominal a que a oração relativa está ligada e não propriamente o grupo nominal, o qual representa o domínio da quantificação”. A autora explica ainda que “o antecedente quantificacional é

---

<sup>8</sup> O itálico é nosso.

expresso pelo quantificador pronominal neutro *tudo*, por uma forma morfológicamente apropriada do quantificador *tanto* ou é dada por um quantificador implícito (i.e., não foneticamente realizado) equivalente a *tudo* ou a *tanto*” (Veloso, 2013, p. 2099). Mais adiante, a autora refere que “o domínio da quantificação pode mesmo não estar expresso, sendo recuperável a partir do contexto discursivo ou através de informação pertinente provinda do contexto situacional.” (ibidem, p. 2099) No que tange a funções sintáticas, Brito e Duarte (2003, p. 664) afirmam que este morfema desempenha geralmente as funções de sujeito e de complemento direto, como se nota em (43).

(43)

- a. Tudo *quanto* disse é verdadeiro
- b. Não gostei de tudo *quanto* disseste.

### 1.3.8. Os pronomes *como* e *quando*

Ao fazer a abordagem dos morfemas *como* e *quando*, Mória (2000) começa por caracterizá-los e mostra que grande parte da literatura existente não coloca estes morfemas no grupo dos pronomes relativos. Nesse trabalho, o autor explica que as gramáticas de referência de outras línguas, tais como o castelhano, inglês e italiano, já consideram estes morfemas como pronomes relativos.

É entendendo o morfema *como* e *quando* como pronomes relativos que Peres e Mória (1995, p. 307) chegam a afirmar que

os nomes de significação vaga como *forma*, *maneira* e *modo*, não delimitando qualquer propriedade, requerem que o constituinte relativo tenha a forma *como*. Note-se, no entanto, que se a oração relativa fizer parte de um complemento de modo, o pronome parece poder assumir quer a forma *como* quer a forma neutra *que* (não precedida de preposição)

(44)

- a. A selecção jogou da forma *como* a vimos jogar.
- b. A selecção jogou da forma *que* a vimos jogar

(Peres & Mória, 1995)

Apesar desse posicionamento de Mória (2000) e de Peres e Mória (1995), Alexandre

(2000) trava uma discussão, no seu trabalho de mestrado, sobre a possibilidade de inclusão destes morfemas no sistema de pronomes relativos do português. Nessa discussão, a autora rejeita a possibilidade de os morfemas *como* e *quando* serem considerados pronomes relativos, uma vez que entende que existem diferenças assinaláveis entre as orações relativas introduzidas pelos morfemas *quando* e *como* e as orações relativas introduzidas pelos restantes pronomes relativos. Tais diferenças residem nos seguintes factos:

- i. Os morfemas relativos não podem ocorrer em orações participiais, enquanto que as orações introduzidas pelos pronomes *como* e *quando* podem, como se depreende em (45) e (46);

ii.

(45)

- a. [CP Quando entrevistados], os políticos respondem de forma evasiva.
- b. \*Os políticos [CP que entrevistados] respondem de forma evasiva.

(Alexandre, 2000)

(46)

- a. [CP Como referido], o João recusou a proposta do director.
- b. \*O modo [CP que referido] indignou o director do João.

- iii. As frases encabeçadas pelos restantes morfemas relativos admitem processos de elipse de VP quando funcionam como segundo elemento de uma frase coordenada (47), enquanto que as orações introduzidas pelos morfemas *como* e *quando* não os admitem (48);

(47) O João arranhou o carro que o patrão lhe disse \*(que arranjasse).

(48)

- a. O João comprou [um carro] [CP quando os amigos compraram ~~{um carro}~~].
- b. A Joana arranhou o forno [CP como o Pedro lhe disse (~~que arranjasse~~)].

Os morfemas *quando* e *como* podem ocorrer como elementos introdutórios de predicados secundários adjetivais, o que não sucede com os restantes morfemas relativos (cf. 49 e 50).

(49)

a. [*Quando* lavável na máquina], não ultrapassar os 30<sup>º</sup>.

b. [*Como* previsível], os leões atacaram os turistas.

(50)

[*Quando* em movimento], não se aproximar da porta.

Assim, tendo em conta este debate, neste trabalho, optou-se por não incluir na análise construções em que estes dois morfemas estejam envolvidos.

#### **1.4. Em síntese**

Ao longo desta secção, procurou-se discutir as construções de relativização canónicas do PE. Disse-se que as relativas podem ser de nome ou de frase. As relativas de nome são aquelas em que o antecedente é um nome, o qual pode ser explícito, ao se realizar foneticamente na frase, ou implícito, ao não se realizar foneticamente. Descreveu-se as relativas de frase como sendo aquelas em que o antecedente é uma frase. Este tipo de relativa é geralmente explicativa. As construções relativas com antecedente nominal podem ser restritivas ou explicativas. As orações relativas restritivas servem para, como o próprio nome diz, restringir, discriminar uma parte de um todo. As orações relativas explicativas, por seu turno, servem para fornecer informação adicional, razão pela qual as gramáticas pedagógicas explicam que estas orações aparecem sempre separadas por vírgulas e podem ser suprimidas da frase, sem criar alterações consideráveis à semântica e sintaxe da frase superior. Tratou-se seguidamente do sistema de pronomes relativos no português. Aqui, referiu-se que o português é uma daquelas línguas que possui um sistema pronominal com muitos morfemas, que são: *que*, *o que*, *quem*, *onde*, *cujo*, *o qual*, *quanto*, *como* e *quando*. Alguns destes pronomes podem ser flexionados em número e em género, como é o caso dos pronomes *cujo*, *o qual*, *quanto*.

## CAPÍTULO II: O MODELO DA GRAMÁTICA GENERATIVA

### 2.1. Introdução

Neste capítulo, abordam-se questões relacionadas com a evolução da teoria generativa, desde a sua origem até ao Programa Minimalista. Na Secção 2.2, discutem-se as principais ideias da Gramática Universal. Na Secção 2.3, procura-se descrever como a Teoria Standard, que corresponde à primeira fase da GG, interpretava os processos de formação de frases. Discutem-se igualmente as principais causas que levaram esta teoria ao fracasso. Já na Secção 2.4, trata-se da segunda fase da evolução desta teoria, conhecida como *Standard alargada*, a qual se caracterizou por reduzir as regras categoriais de reescrita a um número reduzido de opções a partir de princípios, que mais tarde seriam conhecidos por Teoria *X-barra*. Na Secção 2.5, discutem-se questões relacionadas com a terceira fase da evolução desta teoria, a qual ficou conhecida como *Princípios e Parâmetros*. Nesta fase, propõe-se que a gramática seja modular, isto é, constituída de teorias autónomas. E por fim, na Secção 2.6, abordam-se questões relacionadas com o Programa Minimalista. Esta fase corresponde ao aperfeiçoamento da Teoria de Princípios e Parâmetros. O objetivo desta fase é o de remover do modelo aquilo que não é estritamente necessário, de modo a torná-lo ótimo.

### 2.2. A Gramática Universal

Antes de tratar-se das teorias que corporizaram a Gramática Universal (GU) e da sua respetiva evolução, é fundamental que se compreenda em primeiro plano a própria noção da GU. Os generativistas, entre eles Raposo (1992), chamam GU ao conjunto de princípios linguísticos geneticamente determinados, específicos da espécie humana e uniformes através da espécie. Chomsky (1995) revela que o generativismo se procura ocupar dos estados da faculdade da linguagem, os quais devem ser entendidos como sendo o conjunto de características e capacidades cognitivas específicas da linguagem, uma componente particular da mente/cérebro humanos. Para o autor, a faculdade da linguagem possui um estado inicial, com determinadas características, que, durante o processo de desenvolvimento, passa por uma série de estados na primeira infância, alcançando depois um estado relativamente estável que sofre poucas alterações posteriores, com exceção do léxico. Como se pode depreender, a GU é, no fundo, uma teoria que procura descrever e explicar os processos cognitivos que estão envolvidos na aquisição de linguagem humana.

Brito (1988) sintetiza os principais objetivos da GU: (i) fornecer teorias das línguas naturais; (ii) tentar compreender a natureza do conhecimento linguístico por parte dos sujeitos falantes-ouvintes; (iii) fornecer hipóteses acerca do modo de aquisição desse conhecimento linguístico. Tendo em conta estes objetivos, a grande preocupação da Gramática Generativa vai ser então determinar e caracterizar as capacidades linguísticas de indivíduos particulares.

Na sua evolução, a teoria passou por três estágios principais até chegar ao Pmi. O primeiro estágio ficou conhecido como sendo a Teoria Standard.

### **2.3. Ponto de partida: a Teoria Standard**

Esta fase, segundo Raposo (1992), foi essencialmente descritiva. Conforme o autor, tratava-se então de aplicar a noção nova de *regra transformacional* aos dados linguísticos. Os objetivos dessa fase do generativismo eram descrever como os constituintes frásicos eram formados e como tais constituintes se transformavam em outros, por meio da aplicação de regras (cf. Kenedy, 2008).

Nesta perspectiva, uma frase como a (51) possui cinco palavras que, por meio de marcadores sintagmáticos, se relacionam entre si.

(51) O Paulo comeu a banana.

Assim, entendia-se que tais marcadores sintagmáticos podiam sofrer regras de transformação de modo a formar outras frases, como se pode ver em (52).

(52)

- a. A banana foi comida pelo Paulo.
- b. A banana, o Paulo comeu.
- c. Quem comeu a banana?
- d. O que o Paulo comeu?
- e. O Paulo não comeu a banana.

A percepção que havia era a de que o número infinito de frases que podiam ser produzidas numa determinada língua era fruto da aplicação de um sistema de regras finito

que transformava uma estrutura em outras.

A riqueza e diversidade dos dados que iam sendo progressivamente analisados levava à multiplicação e relaxamento dos mecanismos descritivos, sem, no entanto, haver tentativas significativas de restringir o enorme número de gramáticas que a teoria permitia. Nas palavras de Raposo (1992, p. 49),

a preocupação com os problemas de aprendizagem existia a nível teórico, mas não se traduzia na prática concreta dos linguistas através de análises que procurassem explicar como é que os fenómenos em consideração poderiam ser adquiridos, ou seja, que restrições específicas seria necessário impor sobre a Gramática Universal para explicar a sua aquisição.

Conforme se pode notar, esta teoria assentava essencialmente nas regras gramaticais, uma vez que entendia as gramáticas como sendo sistemas que funcionam de uma determinada forma e mantendo entre si um número restrito de interações possíveis.

Nesta fase, havia um entendimento de que as línguas humanas usam fundamentalmente dois tipos de regras: as regras de reescrita categorial e as regras de transformacionais. Assim sendo, as regras de reescrita derivam a estrutura profunda das frases, sobre as quais se aplicam as regras de transformação frásica até se chegar à estrutura de superfície, que é a estrutura frásica final, a que se tem acesso.

A Teoria Standard, assim entendida, era flexível e adaptava-se a qualquer descrição linguística, já que fornecia regras que podiam descrever qualquer fenómeno imaginável, mesmo aqueles cuja ocorrência é quase impossível. Nesta fase também se verifica que o linguista podia descrever separadamente as construções individuais, como é o caso das frases relativas, das construções interrogativas, etc. sem, no entanto, estabelecer as propriedades gerais que governam a ocorrência de tais construções.

Raposo (1992, p. 51) explica que, devido à sua riqueza descritiva, “o modelo deste tipo permitia a construção de gramáticas diferentes compatíveis com um mesmo conjunto de dados linguísticos.” Mas adiante, o mesmo autor afirma que “Para decidir em última instância qual destas gramáticas é correcta, a Teoria Standard continha uma *medida de avaliação* destinada a determinar uma classificação dessas gramáticas, sendo a gramática com a classificação mais elevada mantida e as restantes rejeitadas.” (ibidem, p. 51)

O carácter bastante descritivo desta gramática; o facto de permitir uma variedade de gramáticas; o seu enorme poder expressivo e o insucesso em construir uma medida de

avaliação psicológica e linguisticamente plausível foram, entre outros fatores, determinantes para que parte de linguistas e psicólogos abandonasse o projeto e precipitasse o surgimento da Teoria Standard Alargada.

#### **2.4. A Teoria Standard Alargada**

Durante a década de 70, devido ao fracasso da Teoria Standard, Chomsky e outros generativistas trabalham arduamente para aumentarem a capacidade explicativa da Teoria Standard, simplificando, desta forma, o seu formato.

Na sequência, Chomsky (1970) faz a redução das regras categoriais de reescrita a um número reduzido de opções a partir de princípios, que mais tarde seriam conhecidos por Teoria X-barras. Raposo (1992, p. 52) refere que, nesta fase, Chomsky “diminui também a capacidade descritiva das regras transformacionais ao propor que determinados fenômenos linguísticos [...] deixem de ser tratados transformacionalmente e passem a ser caracterizados através de uma interação do léxico com o sistema de regras de escrita.” Especificamente, Chomsky propõe, neste modelo, que as regras transformacionais não podem ser aplicadas aos morfemas derivacionais que compõem as palavras.

Todas estas transformações que vão dar origem à Teoria Standard alargada permitem que esta seja caracterizada como um modelo de *regras e princípios*, contrariando, deste modo, a Teoria Standard, na qual predominavam apenas regras. Na Teoria Standard alargada, segundo Raposo (1992, p. 53),

A gramática contém um número distinto e autónomo de componentes, cada uma delas com uma organização própria caracterizada por um pequeno número de regras e por princípios que restringem a aplicação dessas regras. Existe uma componente lexical, uma componente das regras de base, uma componente transformacional, uma componente para a interpretação de pronomes e de anáforas e assim sucessivamente. A organização interna de cada componente é simples, mas as suas interações podem ser relativamente complexas.

Como se pode depreender, há aqui uma tentativa clara de separar as componentes gramaticais, as quais são governadas por princípios diferentes. É graças a este entendimento que, como se disse, se conseguiu dar início ao processo não só de descrição das línguas particulares, mas sobretudo de explicações de fenômenos linguísticos que ocorrem em cada componente gramatical.

## 2.5. O modelo de Princípios e Parâmetros

Dez anos depois de ter sido proposto o modelo de Teoria Standard alargada, em (1981), Chomsky propõe um novo modelo que ficou conhecido por *Princípios e Parâmetros* (P&P). Esta teoria possui, nas palavras de Kenedy (2008), duas fases: a fase da Teoria da Regência e da Ligação (TRL), a qual foi bastante usada nos anos 80, e o Programa Minimalista, em desenvolvimento desde o início da década de 90 até à atualidade. Entenda-se aqui que o Pmi, como se notará mais adiante, não é em si uma teoria, mas é, por assim dizer, um aperfeiçoamento da teoria de P&P.

Chomsky incorpora neste novo modelo os resultados obtidos no modelo *Standard Alargado* e propõe que a gramática seja modular, isto é, constituída de teorias autónomas “cada uma delas com uma organização e princípios independentes, e tendo como objecto domínios diferenciados da linguagem” (Raposo, 1992, p. 54).

Assim, esta teoria evolui da noção do modelo de *regras e princípios* para apenas o *modelo de princípios*. Para além de *princípios rígidos*, aqueles que são comuns em todas as gramáticas, como, por exemplo, o princípio de que todas as línguas possuem necessariamente um grupo nominal que desempenha a função sintática de sujeito e um grupo verbal com a função sintática de predicado; e o princípio de que as regras de movimento apenas podem mover constituintes sintáticos. Chomsky incorpora, nesta nova fase de desenvolvimento da gramática, os *parâmetros*, que seriam, nas palavras de Raposo (1992, p. 55), espécies de “*comutadores linguísticos* cujo valor final definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através da sua fixação obtida a partir do meio linguístico ambiente”.

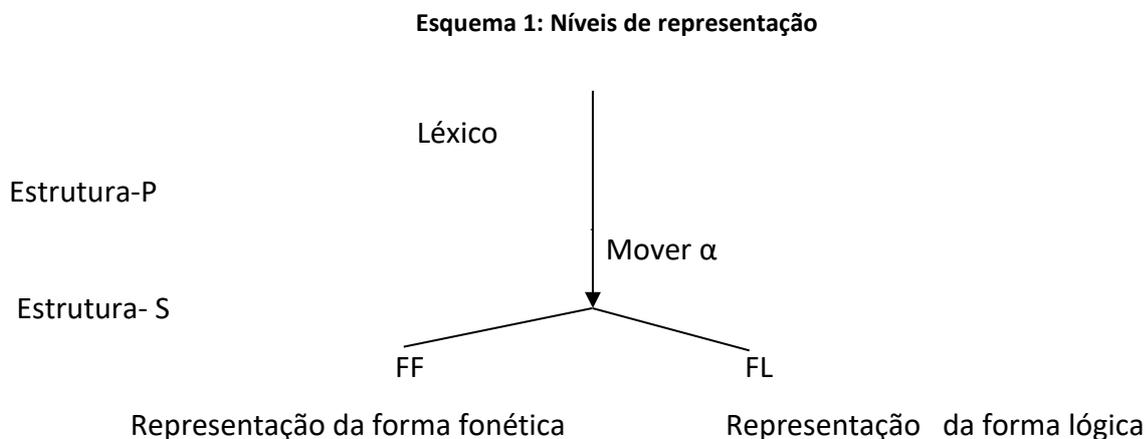
Nesta fase do modelo, a análise das expressões linguísticas deve incorporar quatro níveis de representação, segundo Brito (1988, p. 5):

- a Estrutura-P, devidamente articulada com o Léxico de uma língua;
- a Estrutura-S, obtida a partir da Estrutura-P pela aplicação de movimentos de constituintes ("mover alpha");
- a representação da forma fonética da Estrutura-S;
- a representação da forma lógica da Estrutura-S;

As componentes e subcomponentes da gramática são: o Léxico, regras de movimento ("mover  $\alpha$ ");

A Forma Fonética (FF); a Forma Lógica (FL).

Estes níveis podem ser representados como no Esquema 1.



Nestas componentes e subcomponentes atuam de maneira modular e interagente diferentes sistemas de princípios ou (sub)teorias: (i) a Teoria da X-Barra; (ii) Teoria da Regência; (iii) Teoria Temática; (iv) Teoria do Caso (v) Teoria da Ligação (vi) Teoria do Controle e Teoria dos Nós-fronteira (Brito, 1988; Xavier, 1989)

É este modelo de gramática que tem sido usado por muitos linguistas, nos últimos 30 anos, na investigação linguística, uma vez que as teorias presentes neste modelo permitem descrever e explicar os fenômenos linguísticos gerais e aqueles que são particulares de cada língua.

Na primeira metade dos anos 90, por achar que neste modelo havia aspectos repetitivos e às vezes desnecessários, Chomsky procura melhorar este modelo, num trabalho que ficou conhecido por Programa Minimalista.

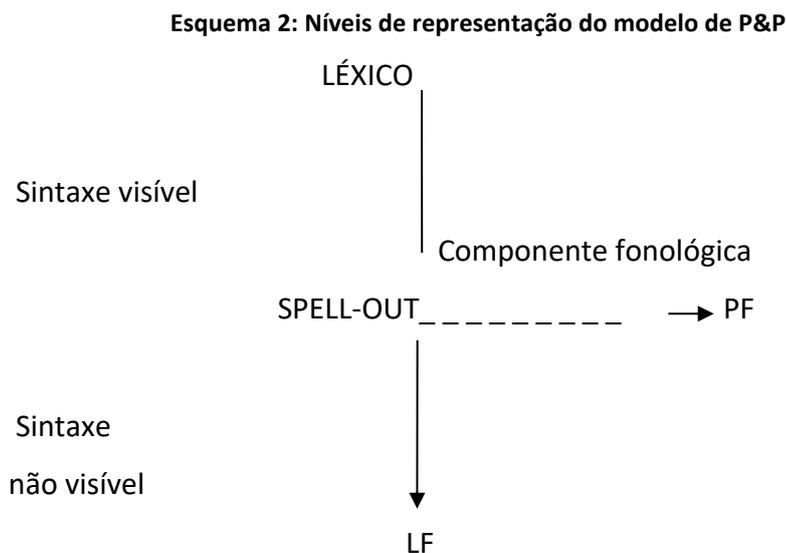
## 2.6. Ponto de chegada: o Programa Minimalista

Como se referiu, o Pmi não é um novo modelo de teoria, mas é um programa essencialmente reducionista, com vista a tornar o modelo de Princípios & Parâmetros mais operacional, mais objetivo e tornar os princípios adotados nesse modelo mais simples de serem usados.

Na essência, usando as palavras de Chomsky (1999), o programa possui duas vertentes: a primeira é teórica e ocupa-se de questões filosóficas da mente e das suas relações com a linguagem humana; a segunda é metodológica e assenta numa disciplina conceptual estrita.

Nas duas vertentes, o objetivo é o mesmo, que é o de “remover do modelo aquilo que não é estritamente necessário, quer do ponto de vista da inserção da linguagem na mente e dos seus mecanismos internos quer do ponto de vista da parcimónia do próximo modelo.” (Chomsky, 1999, p. 23)

Relativamente a questões relacionadas com a arquitetura da linguagem humana, no Pmi a Faculdade da Linguagem tem de associar a cada expressão gerada um nível de representação que contate com cada um dos sistemas de performance: os níveis de interface. O Pmi entende que os sistemas concetual-intencional (C\_I) e o sistema articulatório-percetual (A\_P), que são dois sistemas de performance, possuem uma estrutura própria e independente de Faculdade da Linguagem e desta forma assume a tese de que não existem outros níveis de representação para além dos níveis de interface. A partir desse entendimento, o Pmi elimina a Estrutura –D e a Estrutura-S e introduz a noção de SPELL-OUT, passando o modelo de P&P, com quatro níveis de representação, a ser reduzido para dois níveis, como se apresenta no Esquema 2.

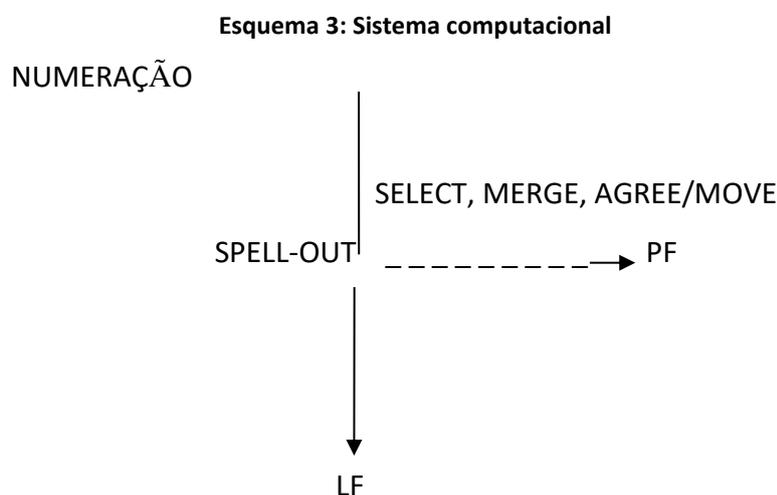


O nível de representação que faz a interface com o sistema A-P é PF (do inglês, Phonetic Form), a interface fonológica; o que faz a interface com o sistema C-I é LF (do inglês Logical Form), a interface semântica. Spell out é o momento da derivação em que se separa a informação a ser enviada para cada uma das interfaces.

O Pmi concebe o *Princípio da Interpretação Plena* (FI) como uma condição de legibilidade imposta pelos sistemas de performance C-I e A-P sobre as representações dos níveis de interface. A informação disponibilizada nos níveis de representação que fazem a

interface com os sistemas de performance deve ser legível nesses níveis. Assim, PF só interpreta traços fonológicos, e LF só interpreta traços semânticos. Quando uma interface satisfaz FI, diz-se que a derivação que a gera *converge*, caso contrário, a derivação *fracassa*.

No Pmi, a Teoria X-barra é eliminada. A Faculdade da Linguagem incorpora um sistema computacional que constrói objetos sintáticos a partir de um arranjo de itens do léxico, designado *Numeração*. A numeração é constituída por itens do léxico e os seus traços sobre estes itens, atuam as operações *Select*, *Merge* e *Agree/Move*. A operação *Select* seleciona um item da numeração a ser introduzido na derivação aplicando-se mais do que uma vez. *Merge* combina objetos sintáticos de modo a formar um novo objeto sintático de determinado tipo. As operações *Agree* e *Move* são desencadeadas por traços formais não-interpretáveis.



Os itens lexicais contêm traços fonéticos, traços semânticos e traços puramente formais, como *Caso*, *Qu*, etc. Os traços fonéticos e semânticos são relevantes para os níveis de interface, os traços formais são relevantes para o sistema computacional. A exigência de interpretabilidade dos traços nos níveis de interface impõe que os traços formais não interpretáveis sejam eliminados no curso da derivação, o que é obtido por meio da atuação da operação de concordância *Agree*.

Supõe-se que há traços do mesmo tipo que compõem diferentes categorias que entram em relação no curso da derivação sintática. Assim, por exemplo, na relação sujeito-verbo, o sujeito e a flexão verbal (INFL) apresentam os mesmos traços de pessoa e número numa relação de concordância. O Pmi assume que esses traços só são interpretados uma vez. Pessoa e número são traços semanticamente interpretáveis nas expressões nominais, mas não em

INFL. Como tal, os traços de pessoa e número de INFL deverão ser eliminados antes da FL (embora a sua manifestação possa ser visível em PF), o que desencadeia a operação Agree com o NP sujeito. Esta operação consiste no emparelhamento de traços não interpretáveis numa dada categoria com traços interpretáveis do mesmo tipo noutra categoria. Uma vez emparelhado com um traço interpretável do mesmo tipo, o traço não interpretável é eliminado.

Sempre que a relação de concordância entre duas categorias implica a necessidade de concatenação do item que contém o traço inerpretável com o item que contém o traço não interpretável dá-se o movimento, aqui considerado como o resultado das operações Copy + Merge.

Deste modo, o sistema computacional é concebido como um sistema que constitui uma resposta (ótima, nas palavras de Chomsky, 1995) às imposições dos sistemas externos de desempenho.

## **2.7. Em síntese**

Definiu-se como objetivo desta parte do trabalho descrever as fases por que passou a GG para se tornar numa teoria válida de descrição e explicação de fenómenos linguísticos das línguas naturais, o que se conseguiu alcançar. Afirmou-se que esta gramática passou por 3 principais fases, nomeadamente: *Teoria* Standard a qual descrevia como os constituintes frásicos eram formados e como se transformavam em outros, por meio da aplicação de regras. Esta teoria foi rapidamente abandonada porque se mostrou inconsistente para a descrição e explicação dos fenómenos linguísticos. A segunda fase foi a de Teoria Standard alargada. Nesta fase, os generativistas preocuparam-se em melhorar a teoria anterior, fazendo a redução das regras categoriais de reescrita a um número reduzido de opções a partir de princípios, que mais tarde seriam conhecidos por Teoria X-barrá. Na terceira fase, que é a principal, conhecida como a fase de Princípios & Parâmetros, Chomsky propõe que a gramática seja modular, isto é, constituída de teorias autónomas, cada uma delas com uma organização e princípios independentes e tendo como objeto domínios diferenciados da linguagem. Esta última fase viria a sofrer transformações, passando a ser designada Programa Minimalista. Este programa consistiu basicamente em reduzir as regras do modelo P&P, com vista a torná-lo mais operacional, mais objetivo e tornar os princípios adotados nesse modelo mais simples de serem usados.

## CAPÍTULO III: MODELOS DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS

### 3.1. Introdução

Nesta parte do trabalho, procura-se discutir os modelos de análise das construções relativas adotados ao longo dos 50 anos de vida da GG, nomeadamente a análise transformacional dos anos 60 (Lees, 1960; Chomsky, 1965); o modelo clássico da análise do núcleo externo (ANE) de Chomsky (1977), a análise da elevação do núcleo (AEN), com origem em Kayne (1994), e o modelo da análise de *matching* (AM) desenvolvido por Sauerland (1998, 2003), Citko (2001) e Salzmann (2006).

Tanto a ANE como a AM entendem que o alvo da relativização é um DP/SD ao qual se adjunge a oração relativa, que é encabeçada pelo morfema-Qu. As duas teorias divergem sobre como se processa a relativização. No modelo clássico da ANE, o morfema-Qu (ou o constituinte que o contém) é gerado em posição argumental, no interior de IP, de onde se move para a posição de poiso, Spec, CP, encabeçando a oração relativa (Secção 3.3). No modelo AEN, o núcleo é gerado dentro da oração relativa. Neste modelo, o CP relativo é complemento de um Determinante externo e o DP relativo sofre movimento-A', indo poisar na posição de Spec/CP, onde encabeça a oração relativa (Secção 3.4). Finalmente, o modelo AM (Secção 3.5) concebe a oração relativa como contendo um NP idêntico ao NP que constitui o núcleo externo da relativa. Aquele NP, denominado núcleo interno, está integrado num DP encabeçado pelo morfema-Qu, que tem o estatuto de determinante. O DP é movido para Spec, CP, onde o NP é apagado, prevalecendo o morfema *que*, que introduz a oração relativa.

### 3.2. O modelo transformacional

O modelo de análise transformacional dos anos sessenta (Lees, 1960; Chomsky 1965) assumia que a oração relativa é gerada a partir de uma estrutura subjacente, um indicador sintagmático de base, que era suplementado por outro. A partir dessas estruturas, aplicam-se regras transformacionais até se atingir a estrutura de superfície. Assim, uma frase como a patente em (53) resultaria da inserção do indicador sintagmático corresponde a (54b) sob o nó F' de (54a) (cf. Chomsky, 1965, p. 130):

(53) a flor [*que* a Joana regou] é linda.

(54)

a. [*a flor* F'] é linda.

b. [a Joana regou a *flor*]

Diversas transformações são aplicadas neste processo até que a frase relativa seja efetivamente estruturada: primeiro, seria apagado o NP semelhante àquele que é relativizado e que ocorre na frase relativa no lugar de argumento interno do verbo *regar*; em segundo lugar, seria inserido o pronome relativo *e*, em terceiro lugar, o pronome relativo iria ser colocado no início da frase relativa. A todo este processo chamou-se transformação relativa.

A ideia de que se deviam aplicar todas estas regras no processo de relativização não teve consenso entre os generativistas. Lees (1960), por exemplo, um dos principais mentores desta teoria, entendia que, na verdade, o que ocorria com o NP gerado na posição de argumento não era uma simples substituição, mas sim um autêntico apagamento, sendo que de seguida se inseria o pronome relativo no início da frase relativa. Mas em Chomsky (1965), por exemplo, o NP da frase relativa sofria uma transformação, sendo substituído por um pronome relativo, com traços [+wh] e [+pronome], o qual seria posteriormente colocado na periferia esquerda da oração relativa.

Kenedy (2002) entende que esta análise, apesar da sua importância, dificilmente constituiria um modelo de descrição forte na teoria linguística, porque foi difícil sustentar a ideia de que um NP pudesse ser transformado num elemento *wh*, uma vez que esse fenómeno ocorreria apenas com *wh* na relativização, e em mais nenhum outro fenómeno gramatical. Na verdade, já nos anos 60 se pensava que as regras transformacionais que se operavam na relativização fossem as mesmas que atuavam em frases interrogativas. Para além disso, entendia-se que esse fenómeno era improvável já que pressupunha que "não somente um núcleo nominal (N) receberia os traços que transformam NP em *wh*, mas também o determinante desse núcleo os receberia" Kenedy (2002, p. 26).

### **3.3. O modelo clássico da análise de núcleo externo com movimento-QU (ANE)**

Em Chomsky (1977), as construções de relativização passaram a ser definitivamente caracterizadas como instâncias que envolvem o movimento de *wh*. Assim, entendia-se que a relativização é gerada a partir do movimento do morfema *wh*, tal como ocorre com as construções interrogativas *wh* e as construções de clivagem, topicalização e construções

comparativas. Portanto, as construções relativas, tal como as restantes, exibem as seguintes características:

- i. apresentam uma lacuna (*gap*);
- ii. são permitidas relações de longa distância;
- iii. são sensíveis às restrições de ilhas.

Nas construções que se seguem, Aoun e Li (2001, p. 5) ilustram as três características acima descritas.

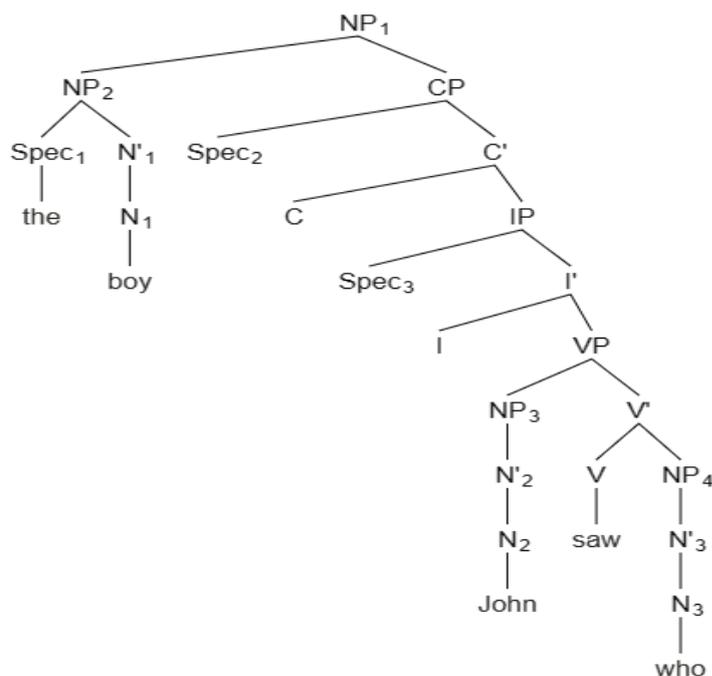
(55)

- a. [NP [NP the boy<sub>i</sub> [CP who<sub>i</sub> [IP Mary thinks [CP<sub>ti</sub> is the smartes <sub>ti</sub>]]]]]
- b. \* [NP [NP the boy<sub>i</sub> [CP who<sub>i</sub> [IP I like the teacher [CP who [IP has taught <sub>ti</sub>]]]]]]]
- c. \* [NP [NP the boy<sub>i</sub> [CP who<sub>i</sub> [IP I will be happy [CP if [IP you like <sub>ti</sub>]]]]]]]
- d. \* [NP [NP the boy<sub>i</sub> [CP who<sub>i</sub> [IP I wonder [CP why [IP John has taught <sub>ti</sub>]]]]]]]

A posição indicada por *t*, em (55a), indica o vestígio, local de onde parte o movimento do constituinte relativo, o qual tem como ponto de chegada posição de Spec-CP (especificador de CP) da oração mais alta, o que constitui evidência para as propriedades (i) e (ii). Já em (55b), (55c) e (55d) apresentam-se evidências para a propriedade (iii), pois a extração de *who* para spec-CP teria atravessado uma ilha em cada um dos casos: uma ilha de NP complexo (55b), uma ilha adjunta (55c) e uma ilha-Qu (55d).

Assim, o morfema *wh* passou a ser entendido, em Chomsky (1977), como um elemento que é gerado numa posição argumental no interior de IP, como ilustra a construção em (56), que corresponde à estrutura profunda do NP [*the boy who John saw*].

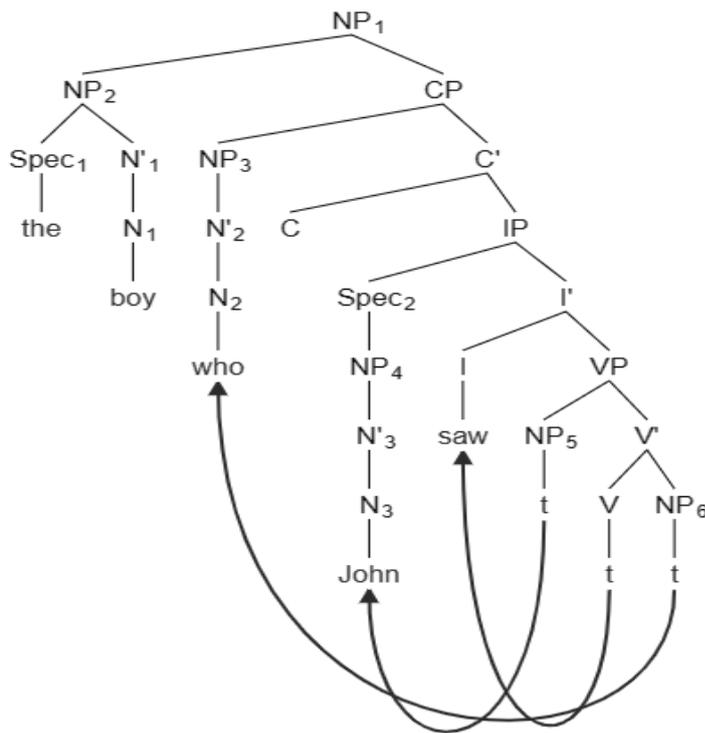
(56) D-structure – [the boy [CP John saw who]



No entender de Chomsky (1977), a estrutura-P de uma oração relativa deve ser idêntica à de uma pergunta *wh*. Desta forma, Chomsky (1977) chegava a uma análise unificada do movimento-Qu, a partir desta hipótese, a qual seria assumida até os estudos contemporâneos. Para ele, contrariamente ao que entendia Lees (1960), para o qual as orações relativas eram derivadas de duas orações não relativas que partilham o mesmo sintagma nominal, não há dois NPs idênticos na derivação de uma oração relativa. Em Chomsky (1977), há apenas o NP alvo da relativização e o CP que lhe é adjungido, no qual há um elemento nuclear (*wh*) correferente ao NP alvo (cf. Kenedy, 2002).

Se o morfema-Qu no processo da relativização se comporta tal qual se comportam as construções interrogativas, então compreende-se que o morfema-Qu se mova da posição argumental para a posição inicial da frase, poisando na posição spec-CP. Tendo em conta essa percepção, a estrutura -S seria a que apresentamos em (57).

(57) S-structure [the boy [ $wh_i$  John saw  $t_i$ ]]



Este movimento cria uma configuração operador-variável que serve de input à interpretação semântica. Para Chomsky (1977, p. 81), as orações relativas são interpretadas por "regras de predicação" que exigem que a oração seja uma proposição aberta, satisfeita pela entidade referida pelo NP que modificam.

Já no caso de uma relativa com o morfema *that*, assume-se que o elemento que se move é um operador vazio:

(58)

a. the boy that John saw

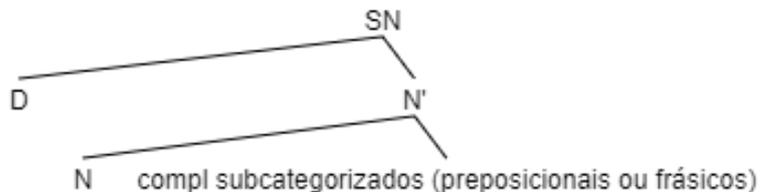
b. [the boy<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> Op<sub>i</sub> that John saw<sub>i</sub>]]

Apesar dessas modificações introduzidas por Chomsky (1977), percebe-se ainda que a ideia de o morfema *wh* ser anafórico prevalece. Neste modelo, a ideia de que o morfema-*Qu* sofre movimento da sua posição de origem, que neste caso é uma posição de argumento, para o início da frase relativa também prevalece.

O modelo de Chomsky (1977) é o adotado por Brito (1988) no seu tratamento das orações relativas em PE. Brito e Duarte (2003, p. 657), ao tratarem especificamente de orações relativas restritivas, usando este modelo de análise, começam por afirmar que "a oração relativa em português ocorre sempre em posição pós-nominal, mas o lugar preciso que ocupa

na estrutura interna do SN está longe de constituir consenso.” As autoras explicam ainda que “não sendo complementos do N, as orações relativas não devem situar-se ao nível de N’, como complementos subcategorizados do N”, como se ilustra em (59).

(59)



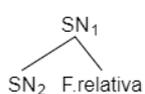
Na sequência, Brito e Duarte (2003) levantam 2 hipóteses. A primeira diz respeito ao facto de se considerar que o constituinte N’ é recursivo, o que permite incluir sob N’ modificadores como relativas restritivas:

(60) a notícia de acidentes que os jornais trazem hoje



De acordo com a explicação das autoras, na estrutura em (60), o D e o N antecedente da oração relativa não formam um constituinte, existindo, assim, uma categoria de nível intermédio, N’, formada pelo nome e pelo seu complemento e uma outra categoria formada por esses dois constituintes e o modificador, a oração relativa. A segunda hipótese considera que a oração relativa está numa posição de adjunção a SN:

(61)



Brito e Duarte (2003) reconhecendo a existência de outras hipóteses, apresentam evidências empíricas que provam como estas duas hipóteses dão conta de alguns comportamentos das orações relativas:

i. *Pronominalização do antecedente*

O antecedente de uma oração relativa restritiva não é pronominalizável:

(62) \*Eles que estavam no armário desapareceram.

Esta impossibilidade, nas palavras das autoras, constitui um argumento contra a estrutura de adjunção descrita em (61) e um argumento a favor de uma estrutura do tipo em (60), uma vez que aí o determinante e o N não formam um constituinte e, como tal, explica-se a impossibilidade da sua pronominalização.

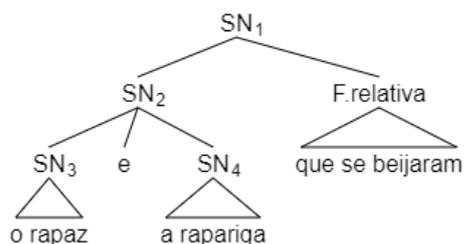
ii. *Relativas com Vs simétricos e antecedentes coordenados*

A partir de uma frase como a patente em (63), as autoras explicam que o antecedente da relativa é a expressão *o rapaz e a rapariga*.

(63) O rapaz e a rapariga que se beijaram são meus conhecidos

Difícilmente, dizem as autoras, a estrutura em (59) ou a sua extensão em (60) poderiam descrever as construções contendo uma coordenação do tipo da apresentada porque, nesses tipos de estrutura, é difícil incluir um constituinte que seja formado pela coordenação dos dois SNs. A estrutura que melhor capta tal fenómeno é a estrutura de adjunção a SN, em que a oração relativa é nó irmão de um SN que contém os dois membros coordenados, como se ilustra em (64).

(64) o rapaz e a rapariga que se beijaram



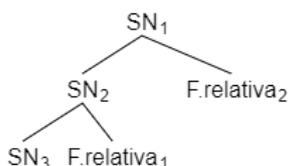
iii. *Relativas múltiplas ou empilhadas*

É possível juntar duas relativas restritivas por “empilhamento”, como se ilustra no exemplo (65).

(65) As pessoas que gostam de caviar que vieram cá almoçar são requintadíssimas.

Brito e Duarte (2003) explicam que o antecedente da segunda oração é um constituinte formado pela expressão nominal e pela primeira relativa. Uma estrutura como a patente em (60) parece ser capaz de descrever o “empilhamento” de relativas, na suposição de que sob o primeiro nó N' está a segunda relativa. A estrutura de adjunção a SN é também capaz de descrever este fenómeno, pois a relativa é nó irmão do SN que contém o antecedente e a primeira relativa restritiva:

(66)



iv. *inter-relação entre as relativas restritivas e interpretação anafórica de certas categorizas vazias*

Atente-se na frase que se segue:

(67) Eu gosto mais desta criança que tem cabelos escuros do que daquela.

As autoras entendem que, devido a elipse de N', o exemplo possui duas interpretações: (i) o material elidido corresponde simplesmente a *criança*; neste caso, a criança em causa pode ter cabelos de uma cor qualquer; (ii) o constituinte elidido pode ser *criança que tem cabelos escuros*.

Ora, enquanto para dar conta da primeira interpretação qualquer das estruturas discutidas é adequada, para captar a segunda interpretação só uma estrutura em que N' e a relativa formem um constituinte é adequada; quer dizer, só uma estrutura do tipo de (60) é

justificada.

Em síntese, há argumentos em favor de adjunção a SN ou a N'. Numa perspectiva em que se assuma a hipótese DP, o mesmo é dizer que se pode concluir desta discussão que há argumentos em favor de adjunção a DP (=SN) ou a SN (=N').

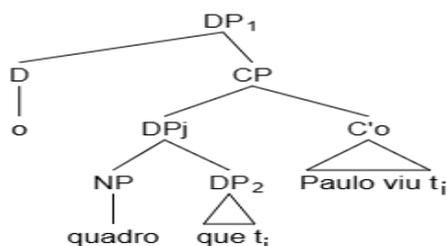
### 3.4. Análise da Elevação do Núcleo (AEN)

Kenedy (2002) aponta para Brame (1968) como sendo o primeiro linguista que propôs que se analisassem as construções relativas a partir do modelo AEN, o qual era igualmente designado *promotion analysis*. Mas foram os trabalhos de Schachter (1973) e Vergnaud (1974/1985) que foram fundamentais para a proposta feita por Kayne (1994). A partir deste último estudo, vários outros linguistas, tais como Bianchi (1999, 2000), Bhatt (1999, 2002), Safir (1999), e Kenedy (2002, 2007), se interessaram pelo modelo.

A principal característica deste modelo reside no facto de se defender que o núcleo relativo é gerado dentro da oração relativa. Nas palavras de Miranda (2008, p. 25), todas as versões teóricas deste modelo partilham essa ideia, embora, como é de esperar, haja ligeiras diferenças relativas à posição para onde o núcleo relativo se move durante o percurso da derivação, “a natureza do constituinte que sofre movimento (NP ou DP) e ainda o tipo de relação estabelecida entre o núcleo nominal modificado e a oração relativa (complementação ou adjunção).”

Em Kayne (1994) entende-se que o CP relativo é complemento do Determinante externo e ainda que o DP relativo sofre movimento-A', indo poisar na posição de Spec/CP, tal como se ilustra em (68).

(68) O quadro que o Paulo viu<sub>j</sub>



Kenedy (2002) explica que, com a assunção de que o sintagma alvo da relativização (o NP *quadro* em (68)) é um constituinte interno à frase relativa, alguns conceitos do modelo

tradicional são automaticamente abandonados:

1ª) em relação à hipótese transformacional, a ideia de que a relativização envolve duas expressões nominais idênticas torna-se dispensável. Os supostos dois NPs serão agora interpretados como um único XP que ocupa posições distintas no decurso da derivação.

2ª) no que concerne à hipótese *wh-movement*, a regra de predicação (LF) também se torna desnecessária. O alvo da relativização e o *véstígio* (variável) serão analisados como um único objeto sintático (dois elos de uma cadeia), descontinuado em decorrência da aplicação de *Move*. Conseqüentemente, a relativização poderá ser caracterizada em termos estritamente sintáticos, via sintaxe aberta.

3ª) o operador vazio (*Op*) inexistente nesse tipo de descrição. Assume-se que o sintagma alvo é que será elevado para Spec-CP, independentemente da presença em seu domínio de elemento *wh* (pronome relativo) ou da ocorrência de complementador. Inclusive, a não aplicação do efeito *that-trace* inglês em casos como este seria mais claramente compreendida, pois o efeito *that-trace* aplica-se ao movimento *wh* (OP), não ao Movimento de DP/PP. (Kenedy, 2002)

Kenedy (2002) sistematiza em seis as principais generalizações que sustentam o modelo

AEN:

- i. as implicações do LCA (Kayne, 1994);
- ii. a correlação entre determinante e oração relativa;
- iii. a ocorrência de possessivos pós-nominais relacionados com a oração relativa;
- iv. a distribuição de certas expressões idiomáticas quando relativizadas;
- v. aspectos da Teoria da Ligação;
- vi. propriedades de escopo do DP alvo.

Relativamente à distribuição de certas expressões idiomáticas, o modelo AEN parte do pressuposto de que, numa expressão idiomática, apenas uma parte pode ser o alvo da relativização e a outra não pode ser relativizada. Kenedy (2002) refere que, tendo em conta que tanto verbo quanto objeto de uma expressão idiomática, são gerados como uma unidade sintática, numa relação de irmandade, tem-se mais uma evidência de que o alvo da relativização faz parte da estrutura da oração relativa e é deslocado de sua posição de base para o início da frase, conforme se ilustra nos exemplos em (69).

(69)

a. The [[careful track]<sub>i</sub> that she's keeping t<sub>i</sub> of her expenses] pleases me;

- b. The [headway<sub>i</sub> that Mel made t<sub>i</sub>] was impressive;
- c. I was offended by the [[lip service]<sub>i</sub> that t<sub>i</sub> was paid to civil liberties at the trial].

(Kenedy, 2022)

No que tange a aspetos de Teoria de Ligação, a ideia de que a posição do XP de base se localiza no interior da oração relativa pode ser abonada, tendo em conta as possibilidades de ligação propostas por Schachter (1973, p. 33).

(70)

- a. John<sub>i</sub> painted a flattering portrait of himself<sub>i</sub>.
- b. \* Himself<sub>i</sub> painted a flattering portrait of John<sub>i</sub>.
- c. The portrait of himself that John<sub>i</sub> painted is extremely flattering.
- d. \*The portrait of John<sub>i</sub> that himself<sub>i</sub>/he<sub>i</sub> painted is extremely flattering.

Em (70a), o DP *John* precede e c-comanda a anáfora *himself*. A construção em (70b) é agramatical uma vez que a anáfora precede o DP e este não a c-comanda. Esta configuração viola a Condição A da Teoria da Ligação, que regula a interpretação e distribuição de anáforas. Já a gramaticalidade de (70c) decorre das mesmas circunstâncias descritas em (70a): *John* precede e c-comanda o vestígio do DP movido, e, para tanto, esse DP teria de ser gerado na base no interior da oração relativa. Já a agramaticalidade patente em (70d) deve-se ao fato de a anáfora ou o pronome precederem o antecedente (na estrutura de base), uma violação da Condição C da Teoria da Ligação.

Um outro aspecto que abona em favor da AEN está relacionado intrinsecamente com o escopo do DP alvo da relativização. A análise feita por Bianchi (1999, pp. 45–46), ilustra que o alvo da relativa pode exibir escopo estreito relativamente a um outro elemento da relativa, como se ilustra em (71).

(71)

- a. Ogni dottore esaminerà due pazienti.
- b. Ogni dottore esaminerà i due pazienti.
- c. Io telefonai i due pazienti che ogni dottore esaminerà domani.

Em (71a), como explica Kenedy (2002), ocorre um objeto, *due pazienti*, que pode ser interpretado da seguinte maneira: de um total não determinado de pacientes, cada dois deles serão examinados por cada doutor. Esta é a leitura em que *due pazienti* tem escopo estreito. Em (71b), em que se percebe a presença do determinante *i*, *i due pazienti*, a leitura deve ser: há somente dois pacientes que serão examinados por todos os doutores. Esta é a leitura com escopo largo do DP. Já em (71c), que também apresenta o determinante *i*, o DP relativizado *due pazienti* deve ser interpretado como em (71a), i.e., dentro do escopo do quantificador *ogni dottore...* Seria de se esperar que o escopo fosse amplo, assim como em (71b), exatamente pela presença do determinante. Como isso não acontece, esse fato sugere que [*due pazienti*], em (71c), seja efetivamente o objeto de *esaminerà*, da mesma maneira que o é em (71a).

(72) Io telefonai [<sub>DP</sub> *i* [CP [DP *due pazienti*]<sub>i</sub> che ogni dottore esaminerà *t<sub>i</sub>* domani].

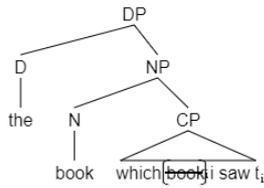
Apesar de o modelo ser o mesmo, há divergências na maneira como é entendido pelos seus seguidores. À proposta de Kayne (1994), houve acréscimos feitos por Bianchi (2000), e a esta, seguiram-se várias outras propostas, sugerindo ou acréscimos ou a eliminação de uma parte da teoria.

### 3.5. O modelo de análise Matching (AM)

A AM retoma aspetos do modelo transformacional dos anos sessenta ao mesmo tempo que procura captar os efeitos de reconstrução amplamente discutidos pelos defensores da AEN. Foi desenvolvida primeiro por Munn (1994) e mais tarde por Sauerland (1998, 2003). Os contributos de Citko (2001) e Salzmann (2006) tornaram o modelo mais robusto e mais consistente cientificamente, ao ponto de se considerar que é um modelo capaz de interpretar todo o tipo de orações relativas, com as suas específicas particularidades.

Em linhas gerais, o que estas análises têm em comum é o facto de assumirem que o pronome relativo é um determinante, que seleciona um NP, que é sujeito a apagamento sob identidade com o NP que constitui o núcleo externo da oração relativa. A representação que em (73) reflete essas adaptações feitas por estes autores, embora persistam divergências sobretudo sobre o constituinte que sofre o deslocamento e a natureza desse deslocamento.

(73) the book which I saw.



O DP [which book] é gerado na base na posição em que é selecionado por V e move-se para [Spec, CP], onde sofre um processo de apagamento sob identidade com o núcleo externo. No caso do exemplo (74a), o determinante-Qu não tem realização fonética, embora esteja presente na sintaxe (aqui representado por *Op*):

(74)

a. the book I saw.

b. the book [ [<sub>DP</sub> *Op* ~~book~~]<sub>i</sub> I saw t<sub>i</sub>]

### 3.6. Motivação para a escolha da análise ANE

Nesta secção, faz-se uma análise crítica dos modelos apresentados e motiva-se a opção pela escolha do modelo clássico ANE.

#### 3.6.1. Limitações do modelo AEN

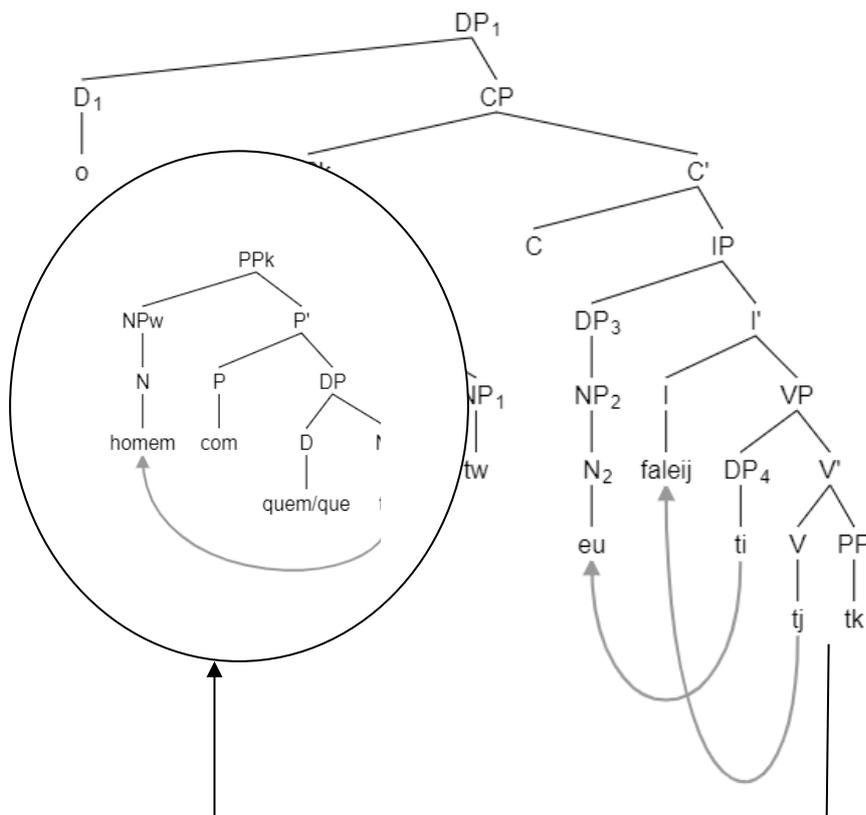
Apesar de o modelo AEN ter vindo a ganhar cada vez mais adeptos, apresenta limitações. Rinke e Aßmann (2017), num estudo sobre o português, discutem alguns desses problemas, entre os quais estão as estruturas com antecedentes coordenados e a realização de caso do DP relativizado em línguas com marcação casual em DPs.

Para além destes problemas, assinalam-se aqui mais duas questões. A primeira relaciona-se com a análise das orações relativas preposicionadas (PP) e de DP e a segunda prende-se com as relativas de *cujos*.

Na análise proposta por Kenedy (2002) para o português, é necessário assumir duas estruturas diferentes: uma para as relativas preposicionadas e outra para as relativas de DP. Tais estruturas são as que se seguem.

Derivação de relativa padrão PP:

(75) [o homem<sub>i</sub> com quem falei eu falei com quem homem<sub>i</sub>]



Kenedy (2002) propõe que *pied-piping* envolve a elevação, para spec-CP, de todo o PP, no domínio do qual se situa o DP alvo da relativização. Para tal, devem-se observar os seguintes passos:

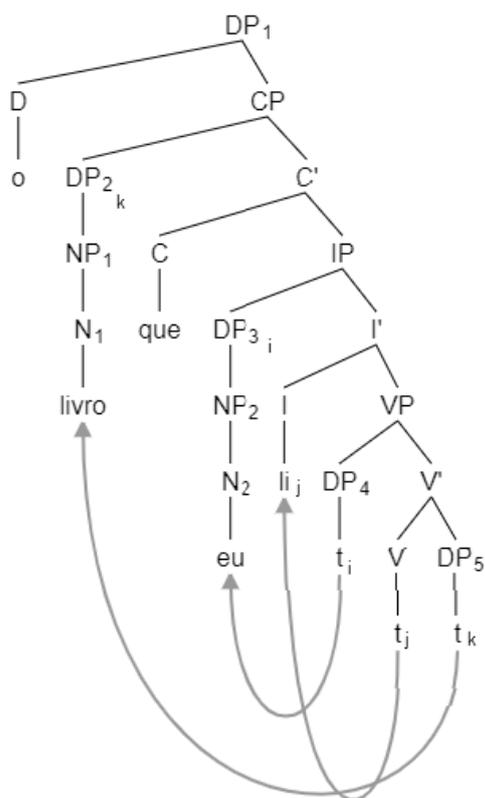
- (i) (Move) alçamento do PP que domina o DP sobre o qual recai o traço [+ predicational] diretamente para a cabeça da relativa (spec-CP);
- (ii) (Delete) apagamento da cópia do PP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada;
- (iii) (Move) alçamento do NP dominado pelo DP alvo para spec-PP;
- (iv) (Delete) apagamento da cópia do NP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada.

Kenedy (2002, p. 89)

A estrutura de uma relativa de DP é a seguinte:

Derivação de relativa de DP:

(76) [o livro<sub>i</sub> que eu li livro<sub>i</sub>]



Kenedy (2002) entende que a posição de chegada do DP elevado será sempre Spec-CP e afirma que há possibilidade de se sustentar que o operador *que* seja um pronome relativo e nesse caso a derivação da oração relativa em (24) envolverá, pelo menos, mais duas operações (Kenedy, 2002, p. 81):

- (i) (Move) alçamento do DP sobre o qual recai o traço [+ predicational] diretamente para a cabeça da relativa (Spec-CP);
- (ii) (Delete) apagamento da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada;
- (iii) (Move) alçamento do NP dominado por DP a Spec-DP;
- (iv) (Delete) apagamento da cópia do NP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada;

No entender de Kenedy (2002, p. 82), as duas primeiras operações da derivação de relativas com pronomes relativos “são idênticas à mediada por complementador: DP é alçado a spec-CP para checar traço forte, e na cadeia formada apaga-se a cópia mais baixa do DP. O acréscimo de (iii) e (iv) procura dar conta do deslocamento do elemento nominal para a esquerda do pronome relativo: [NP pronome relativo].”

O autor refere que em (iii) se entende que, “estando o DP alvo em spec-CP, o NP sob o

domínio desse DP é alçado a spec-DP com o propósito de licenciar o núcleo determinante exterior à cláusula.” Mais adiante, Kenedy (2002, p. 82) explica que “o alçamento desse NP deixa para trás, em sua posição de base, o pronome relativo, núcleo do DP alvo. Em (iv), dá-se conta do apagamento da cópia mais baixa do NP alçado,” como se nota em (77).

(77) [<sub>DP</sub> o [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> [<sub>NP</sub> livro]<sub>j</sub>] [<sub>D</sub> que [<sub>NP</sub> ~~livro~~]<sub>i</sub>]] [<sub>IP</sub> eu li [<sub>DP</sub> ~~que [<sub>NP</sub> ~~livro~~]<sub>i</sub>]]]]~~

Verifica-se assim que são necessárias duas estruturas para dar conta do processo de relativização no PB, o que é indício de que um único modelo não consegue captar os diversos fenómenos linguísticos que podem ocorrer com as relativas restritivas. Este facto concorre como limitante na análise que se faz neste trabalho das relativas do PM. Em contraste, o modelo ANE capta facilmente os dois tipos de orações numa única estrutura, como se verá na seção seguinte.

Um outro fenómeno relacionado com a análise AEN diz respeito ao facto de, no português, ainda não haver uma proposta plausível referente a como este modelo capta as orações relativas introduzidas pelo morfema *cujo*. A propósito, Kenedy (2002) assume que a AEN não consegue captar a complexidade das orações relativas genitivas introduzidas pelo morfema *cujo*. O autor afirma que, em princípio, a elevação do NP a spec-DP deve ocorrer com todas as relativas do PB em que se manifeste um pronome relativo, qualquer que seja. “Apenas as construções com operador genitivo *cujo* (*a-s*) devem ser analisadas num estudo específico, que poderá ou não confirmar o alçamento do NP” (Kenedy, 2002, p. 82). Lembre-se que um dos fenómenos linguísticos que é objeto de estudo neste trabalho são as relativas genitivas introduzidas pelo morfema *cujo*. A ANE, como se verá mais adiante, consegue perfeitamente captar os movimentos realizados pelos constituintes relativos, em construções genitivas.

O facto de a AEN não ser económico, porque exige dois modelos para dar conta de fenómenos relacionados com as orações relativas restritivas, como se disse, e o facto de não oferecer ainda alternativas consistentes de captação de relativas restritivas introduzidas pelo morfema *cujo*, fazem com que, para o presente estudo, se adote uma análise em que o núcleo é externo à oração relativa. Esta análise é compatível quer com a análise *matching* quer com a análise clássica. No presente estudo, abordam-se diferentes tipos de orações relativas, alguns dos quais, como é o caso das relativas genitivas, constituem um desafio para a

aplicação da análise de *matching*. Por este motivo, adota-se nesta tese a análise clássica do núcleo externo.

### 3.6.2. Representações sintáticas no modelo clássico

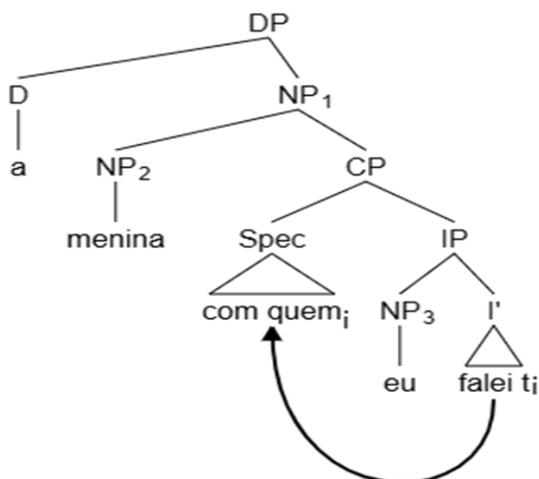
Segundo o modelo clássico, a oração relativa restritiva é adjunto do NP e a relativização envolve movimento do constituinte relativo. Tal movimento ocorre a partir de uma posição interna a IP (de argumento ou adjunto), onde deixa um vestígio (*t*). O constituinte relativo assim movido poisa na posição de Spec, CP, onde encabeça a oração relativa. O movimento-*Q* cria uma configuração Operador-variável, de que resulta uma proposição aberta que funciona como um predicado, que se aplica ao NP antecedente.

As relativas restritivas envolvem adjunção a NP debaixo de D:

(78) A menina com quem eu falei

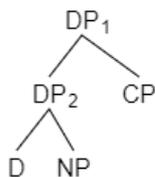
Assim, uma frase como a de (78) é captada da seguinte forma por este modelo:

(79)



O movimento do constituinte relativo tem como ponto de partida a posição marcada por *t<sub>i</sub>* e poisa na posição de Spec, CP, onde encabeça a oração relativa. No caso das relativas apositivas, assume-se que há adjunção a DP (cf. Mateus et al., 2003).

(80)



(81)

a. O Paulo, o qual é boa pessoa, não gosta de indisciplinados.

b. [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> O Paulo] [<sub>CP</sub> o qual é boa pessoa]]

### 3.7. Em síntese

Pretendia-se, neste capítulo, discutir as diversas propostas de análise das construções relativas adotadas ao longo dos 50 anos de vida da GG, nomeadamente a análise transformacional, ANE, AEN e AM. Viu-se que a ANE e a AM partem do pressuposto de que a oração relativa está numa posição de adjunção a um núcleo nominal externo, o qual é alvo de relativização, enquanto a AEN pressupõe que a oração relativa é complemento de D. Há também diferenças significativas entre análises que assumem a existência de um núcleo externo, sobretudo no que tange a origem do operador relativo. Na ANE, o morfema *que* é gerado no IP, numa posição argumental do verbo, e depois sofre movimento para a posição inicial da relativa, onde encabeça a oração relativa. Na AM, o operador relativo é interpretado como sendo um D, o qual seleciona um NP que é uma cópia do núcleo externo. O DP sofre movimento-A' para a posição de poiso, onde o NP, por identidade com o núcleo externo, é apagado e o morfema *Qu* encabeça a oração relativa. Mas igualmente, nesta parte do trabalho, discutiram-se as razões que estiveram na origem da escolha da ANE para servir de modelo de análise deste trabalho.

## CAPÍTULO IV: SUBTIPOS MAIS RELEVANTES DE ORAÇÃO RELATIVA - ESTUDOS PRÉVIOS E ANÁLISE

### 4.1. Introdução

Nesta parte da tese, procura-se discutir os principais subtipos de orações relativas. Trata-se daqueles que são mais relevantes para o estudo empírico que se faz na tese nos capítulos posteriores. Este espaço é igualmente dedicado à análise dos estudos feitos sobre as construções relativas em Moçambique, Brasil e Portugal.

Assim sendo, na Secção 4.2 discutem-se as construções relativas introduzidas pelo morfema *que* e na Secção 4.3 as construções relativas genitivas. Na Secção 4.4 trata-se das orações relativas locativas introduzidas pelo morfema *onde*. Já na Secção 4.5, discutem-se as construções relativas livres e na Secção 4.6, os vários subtipos de construções relativas restritivas não canónicas. Na Secção 4.7, como se disse, faz-se a revisão dos principais estudos sobre construções relativas feitos nas três variedades do português.

### 4.2. Relativas de *que*: estatuto do morfema *que*

O estatuto do morfema *que* que ocorre em relativas restritivas de sujeito e de complemento direto não é consensual. Alguns autores entendem que a forma *que* que ocorre nestes contextos é um complementador, com exceção dos contextos em que ocorre com preposição (Tarallo, 1983; Brito, 1991). Com efeito, a forma *que* em orações relativas de sujeito e de objeto não pode ser substituída pelo SQ *o qual* (cf. (82), (83)), enquanto, nas orações relativas preposicionadas a substituição por *o qual* é admitida:

(82)

- a. O homem que ela me apresentou é amigo do Pedro.
- b. \*O homem o qual ela me apresentou...

(83)

- a. O homem que falou com ela é amigo do Pedro
- b. \*O homem o qual falou com ela é...

(84) O cão ao qual fizeste festas fugiu.

(85) O país no qual eu vivi mais tempo foi o Japão.

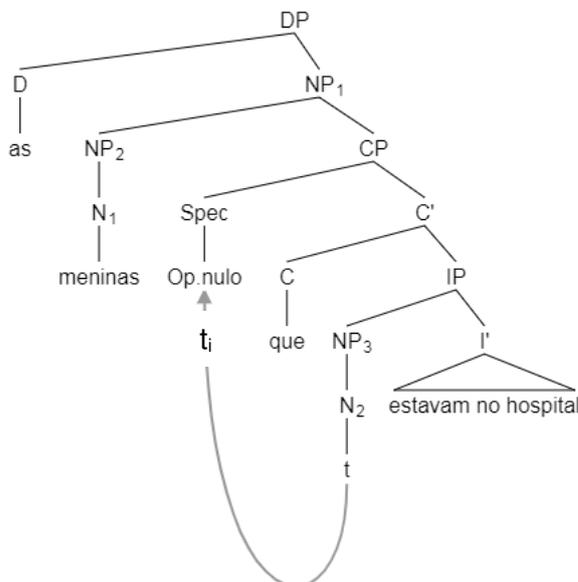
(86) A Ana, a qual está sempre a chatear-me, não me escreve.

Brito (1991, p. 163) levanta a hipótese de que “nas relativas restritivas de SU e de OD, 'que' não é um morfema relativo, é a mesma forma de complementador”. Esta hipótese é sustentada pelo facto de o morfema relativo *que*, nestas circunstâncias, não exibir traços de concordância em número, género e pessoa e o facto de ser indiferente à natureza do antecedente. Brito (1991, p. 167) entende que o morfema *que* será basicamente engendrado na posição COMP, pelo que “a relação operador-variável, característica de qualquer oração relativa, é assegurada pelo movimento para a posição de ESP de SCOMP de um operador nulo”.

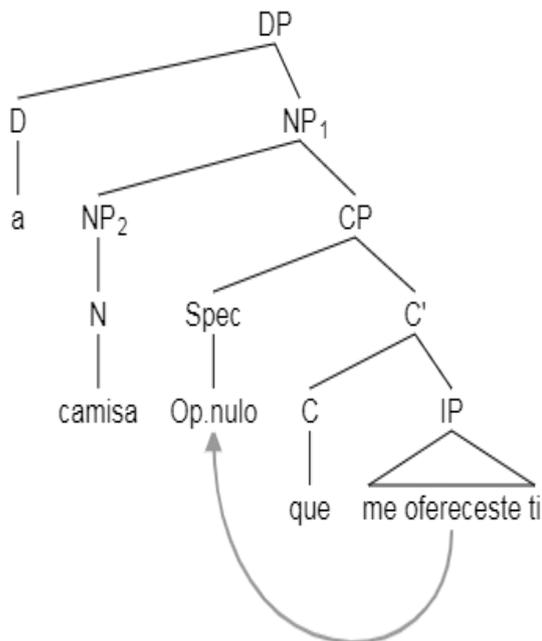
Nas palavras de Kenedy (2002, p. 35), o operador nulo é “uma espécie de zero fonético responsável pela preservação do Princípio da Projeção (...) o elemento que se relacionaria via regra de predicação ao NP alvo, garantindo a interpretabilidade da construção.” As construções em (87a, 87b) ilustram como se comporta tal operador em construções em que o movimento se dá para a posição de sujeito e de complemento direto.

(87)

a. As meninas que estavam no hospital tiveram alta.



b. A camisa *que* me oferecete estava rasgada



Na frase em (87a), o movimento do operador nulo tem como ponto de partida a posição de sujeito e, em (87b), parte da posição reservada ao complemento direto do verbo *oferecer*.

Em contrapartida, Rinke e Aßmann (2017) defendem que a forma *que* nos exemplos acima é um determinante demonstrativo – um determinante transitivo em (82a) e (83a) e um determinante intransitivo em (84), (85), e (86). Para dar conta desse duplo comportamento do morfema *que*, Rinke e Aßmann (2017) passam em revista os três modelos de análise de construções relativas, mostrando como cada um capta as construções relativas introduzidas por *que*. As autoras entendem que tanto a AEN como a de correspondência levantam sérios problemas teóricos e empíricos em relação às orações relativas restritivas e apositivas. Para elas, o modelo que melhor capta os fenômenos que ocorrem com as construções relativas do PE é o da ANE.

Como se pode depreender, tanto a abordagem de Rinke e Aßmann (2017) como a de Brito (1991, 1998) e Tarallo (1983) reconhece que a partícula *que*, em frases relativas de complemento direto e de sujeito, não se comporta como um verdadeiro pronome relativo, embora em contextos em que ocorre com preposição, funcione como um verdadeiro pronome relativo.

Esta discussão mostra a complexidade da sintaxe da partícula *que* que introduz as orações relativas restritivas no português. Tendo em conta esta discussão, assumir-se-á, para

os efeitos deste trabalho, daqui em diante, a posição de Brito (1988, 1991), Tarallo (1983) de que o morfema *que* é um complementador. Assim sendo, em orações relativas de complemento direto e de sujeito que envolvam esta partícula, ocorre igualmente um Operador nulo, tal como foi inicialmente proposto por Chomsky (1977).

#### 4.3. As construções relativas genitivas

A terminologia gramatical luso-brasileira denomina *relativas genitivas* as construções relativas em que há pronominalização de sintagmas genitivos, como se exemplifica em (88).

(88)

- a. O estudante *do qual* tu leste o trabalho ganhou uma bolsa de estudo.
- b. O estudante o trabalho *do qual* tu leste ganhou uma bolsa de estudo.
- c. O estudante *cujo* trabalho tu leste ganhou uma bolsa de estudo.

Nestes exemplos, *do qual* e *cujo* pronominalizam o constituinte genitivo. O termo *genitivo* tem a sua origem no Latim, *genitives casus*, que é uma adaptação do Grego do termo *genike ptosis*, sendo que a sua principal função é especificar. Em PE, uma das características sintáticas típicas dos constituintes genitivos é o facto de serem introduzidos pela preposição *de*. Em Cardoso (1988, p.76), tal como em Peres e Mória (1995, p. 317), apresenta-se uma diversidade de complementos e adjuntos do nome em português, introduzidos pela preposição *de*, que concorrem para a designação de genitivo. Para elucidar tal diversidade, Cardoso (1988, p. 76) começa por apresentar as frases apresentadas em (89).

(89)

- a. A biblioteca *do Pedro* é grande e diversificada.
- b. O filho *do Pedro* é bom rapaz.
- c. O livro *de Cardoso Pires* obteve um grande sucesso.
- d. A carta *do Presidente* alarmou a Assembleia.
- e. A Rosa tinha no quarto a fotografia *de um homem*.
- f. O medo *dos terroristas* era assunto geral das conversas.
- g. Quem ordenou a destruição *do inimigo*

Como se pode verificar, o sintagma assinalado pode designar o *possuidor* no sentido lato (89a, 89b, 89f), o *agente* (89c, 89d), o *argumento tema* (89e) ou o *paciente* (89g). Peres e Mória (1995, p. 317) discutem exemplos semelhantes e referem que, do ponto de vista semântico, estas construções introduzidas por *de* “terão certamente algumas propriedades em comum, que é difícil determinar com precisão.” Mais adiante, os autores remetem-nos para os tradicionalmente chamados *complementos determinativos* de posse e de parentesco, que se incluem neste grupo. Na sequência, explicam que “dadas as dificuldades de definição clara do grupo, recorreremos a um critério histórico para designarmos os seus membros, à semelhança do que já fizeram alguns gramáticos, por exemplo para o inglês. Esse critério tem a ver com o facto de os constituintes em causa corresponderem, em geral, a expressões do caso genitivo em latim.” O pronome *cujo*, em particular, é considerado, pelos autores, “a versão portuguesa do genitivo de um pronome relativo latino”. Com efeito, este pronome não pode pronominalizar constituintes que não sejam introduzidos pela preposição *de*. Os exemplos em (90) e (91), retirados de Peres e Mória (1995, p. 318), são ilustrativos desta restrição:

(90)

- a. O encontro *com este especialista* foi muito interessante.
- b. \*O especialista *cujo* encontro foi muito interessante veio de Vila Real.

(91)

- a. É preciso desenvolver a luta *por estes direitos*.
- b. \*Os direitos *cuja* luta é preciso desenvolver estão consagrados na Constituição.

Como é típico das construções relativas, todos os exemplos de (90) envolvem movimento do constituinte que contém o pronome relativo (também designado sintagma-Qu) para a periferia esquerda da oração. Neste caso, os sintagmas movidos são *do qual* (88a), *o trabalho do qual* (88b) e *cujo trabalho* (88c). Ilustrando este movimento com o exemplo mais simples, (88a), o sintagma preposicional (PP) *do qual* é seleccionado pelo nome *trabalho*, pelo que está a ele associado em estrutura profunda, formando com ele o sintagma nominal *o trabalho do qual*. É a partir dessa posição (aqui assinalada com *t* (=vestígio)) que se dá o movimento do sintagma-Qu.

(92) O estudante [<sub>PP</sub> do qual]<sub>i</sub> tu leste [<sub>NP</sub> o trabalho *t<sub>i</sub>*] ] ganhou uma bolsa de estudo.

Brito (2003) parte do pressuposto de que os sintagmas introduzidos por um determinante são projeções de D, isto é, sintagmas do determinante (DP), sendo que D seleciona um NP. A oração relativa está, assim, em adjunção a NP.

(93) [DP O [NP [NP estudante] [SComp do qual [tu leste o trabalho  $t_i$  ]]]] ganhou uma bolsa de estudo.

De acordo com Brito (2001), um exemplo como (88b) envolve movimento de todo o DP *o trabalho do qual* para a posição de especificador de SComp.

(94) [O [NP [NP estudante] [SComp [DP o trabalho do qual] [Comp' tu leste [DP  $t_i$  ]]]] ganhou uma bolsa de estudo.

No que respeita a (88c), Brito (2001) propõe que o pronome *cujo* tem origem na posição de especificador de NP (tal como o pronome possessivo *seu/sua*). Dessa posição, move-se para D.

(95) [DP [D cujo<sub>i</sub>][NP [ $t_i$ ] [trabalho]]]

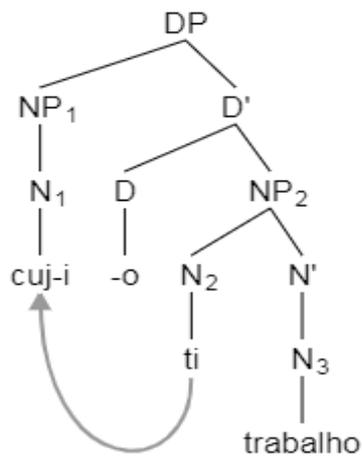
Uma vez que o movimento da posição de especificador para um núcleo viola a condição da Uniformidade das Cadeias (Chomsky, 1995, p. 253), sugere-se uma pequena modificação à análise de Brito.<sup>9</sup> Propõe-se que o movimento do morfema relativo se dá para a posição de especificador de DP e que D contém o artigo definido, como se representa a seguir:

---

<sup>9</sup>A condição de uniformidade das cadeias é assim formulada por Chomsky (1995, p. 253):

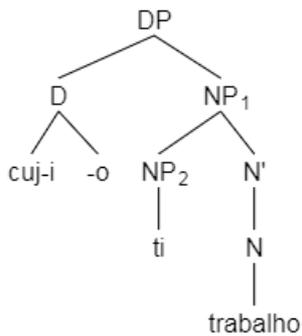
(1) *Chain uniformity condition*

(96)



Após o movimento, o morfema genitivo e o artigo fundem-se num único núcleo por *Merger* morfológico sob adjacência<sup>10</sup>:

(97)



Uma vez que D contém o determinante, concorda em género e número com o núcleo nominal. O sintagma [cujo trabalho] é então gerado no interior da oração relativa de (88c) na posição de complemento do verbo *ler*.

(98) [<sub>DP</sub> O [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> estudante] [<sub>SComp</sub> tu leste [<sub>DP</sub> cujo<sub>i</sub> [<sub>t</sub>trabalho]]]]]

Dado que [cujo trabalho] é um Sintagma-Q, move-se por movimento relativo, tal como os outros sintagmas-Q, obtendo-se a seguinte representação:

---

(2) A chain is uniform with regard to phrase structure status.

<sup>10</sup>A operação de *Morphological Merger* foi originalmente proposta por Marantz (1988) e posteriormente adotada pela Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993).

(99) [O [NP [NP estudante] [SComp cujo trabalho [Comp' ... tu leste [DPvi]]]]] ganhou ...

Deste modo, verifica-se que a derivação de uma oração relativa com *cujo* envolve não apenas uma, mas duas operações de movimento; o movimento do pronome relativo *cujo* no interior do sintagma e o movimento de todo o sintagma para a periferia esquerda da oração. As relativas de *cujo* envolvem também uma característica particular, que é o estabelecimento de uma relação de concordância em género e número com o núcleo nominal. Como é natural, estas operações tornam este tipo de construção complexa para os falantes, particularmente atendendo ao facto de as relativas de *cujo* serem pouco frequentes no registo falado.

#### 4.4. As relativas locativas de onde

Ao tratar de relativas introduzidas pelo morfema *onde*, Mória (1992, p. 127) explica “que existem dois morfemas relativos *onde*, um intrinsecamente preposicionado (pró-SP) e outro verdadeiramente pronominal (pró-SN).” Os exemplos em (100) ilustram esses dois tipos de morfemas relativos.

(100)

- a. A cidade [SP onde] ele mora é cercada por muralhas medievais.
- b. A cidade de [SN onde] ele veio é cercada por muralhas medievais.

(Mória, 1992)

O morfema *onde* patente em (100) corresponde ao argumento interno do verbo *morar*, é um pró-SP, que pode ser substituído pelas expressões preposicionadas *em que* ou *na qual*. Já em (100b), a expressão *onde* é precedida da preposição *de*, correspondendo ao argumento interno de tipo SP do verbo *vir*. Considerada isoladamente, a expressão *onde* que surge nesta frase é de tipo pró-SN e pode ser substituída pelo morfema *que* ou pela locução pronominal *a qual*, como atestam as frases que se retomam em (101a) e em (101b).

(101)

- a. A cidade na qual/em que ele mora é cercada por muralhas medievais.

b. A cidade de que/a qual ele veio é cercada por muralhas medievais.

Móia (1992) considera que são estes dois tipos de morfemas que aparecem em circunstâncias de relativizador, com antecedente explícito, e descreve-os da seguinte forma:

- i. *onde* pró-SP1: expressão resultante da fusão morfofonológica de um operador relativo.

(102) [+Locativo] com a preposição de valor locativo *em*:

(antec.exp.) [Pem] + op.rel =>*onde*

[+Locativo] [+Locativo]

- ii. *onde* pró-SN1: forma morfofonologicamente marcada do operador relativo com o traço

(103) [+Locativo] (NB: [P'em] está por «preposição diferente de *em*»):

(antec.exp.) [P'em] + op.rel. => [P'em] + *onde*

[+Locativo] [+Locativo]

Na perspetiva de Lindonde (2018), o morfema *onde* exhibe as seguintes propriedades:

- é usado, unicamente, no PE como OBL com valor de LOC;
- só pode ser usado com um antecedente [+lugar], isto é, é sensível ao carácter [+locativo] do antecedente;
- pode considerar-se como sendo marcado por um caso oblíquo (em Latim corresponderia a um caso ablativo) na frase relativa em que ocorre.

O autor entende que é graças a estas propriedades que “o morfema ‘onde’ não pode ser considerado como sendo referencialmente vazio, muito menos um simples marcador de nexos de subordinação, pelo que deve ser interpretado como um pronome ou advérbio relativo.” (Lindonde, 2018, p. 57)

Como se disse, nos dois contextos acima descritos, o morfema *onde* é antecedido por um NP explícito que lhe serve de antecedente. Em casos em que ocorre sem antecedente explícito, as relativas de *onde* podem ocorrer em seguintes contextos:

- i. *onde* pró-SP2: resultante da fusão de um *onde* pró-SP1 com dois elementos - um

antecedente nominal nulo [+Locativo] e uma preposição *em* (idêntica à que está implícita na forma intrinsecamente preposicionada do morfema relativo), que precederia esse antecedente, como em (104).

(104) Onde eu vivo não há poluição.

- ii. *Onde* pró-SN2: resultante da fusão de *onde*pró-SP1 com um antecedente nominal nulo [+Locativo] precedido de uma preposição diferente de *em*, como se documenta no exemplo em (105).

(105)

- a. Não vás por onde não houver sinalização
- b. Ele voltou para onde estavam os seus amigos.

Móia (1992) explica que, nestas circunstâncias, está-se perante uma estrutura em que o processo de fusão morfofonológica e consequente legitimação da categoria vazia antecedente da relativa (*pro*) opera sem que haja conformidade categorial.

- iii. *onde* pró-SN3: resultante da fusão de um *onde* pró-SN1 com um antecedente nominal nulo [+Locativo] precedido de uma preposição diferente de *em*, como em (104).

(106)

- a. Ele saiu por onde nós entrámos.
- b. Ele foi para onde eu fui.
- c. Ele foi para onde quis (ir).

Nas palavras de Móia (1992), regista-se a fusão de um morfema relativo pró-SN com um antecedente nominal nulo, após o apagamento de uma preposição que se interpunha entre eles. Nestas construções, existe uma restrição ao apagamento da preposição e consequente legitimação da estrutura, a saber, é necessário que exista identidade entre a preposição apagada e a preposição que precede o antecedente.

Quer em contextos em que o morfema relativo *onde* tem um antecedente explícito quer em situações em que este morfema ocorre sem antecedente explícito, o morfema é

engendrado no interior do IP, de onde se move deixando o vestígio ( $t_i$ ) e se aloja na posição de especificador, encabeçando, deste modo, a oração relativa, conforme ilustram as construções frásicas em (107).

(107)

- a. A vila [<sub>CP</sub> onde eu nasci  $t_i$ ].
- b. [<sub>CP</sub> Onde ocorre violência... $t_i$ ]

Como se afirmou ao longo deste trabalho, o morfema *onde*, no português, introduz orações relativas de OBL com valor de locativo e desempenha, nessas frases, as funções sintáticas de complemento oblíquo e de adjunto adverbial de lugar.

#### 4.5. Relativas livres

Já se disse que as relativas com antecedente implícito são todas aquelas que não exibem um NP/DP ou frase que lhe serve de antecedente. Em português, três morfemas concorrem para introduzir este tipo de construções, nomeadamente os morfemas *onde* (108a), *o que* (108b) e *quem* (108c).

(108)

- a. [Onde vivo] há muita paz.
- b. [O que fizeste] não se faz para ninguém.
- c. [Quem te fez assim] não gosta de ti.

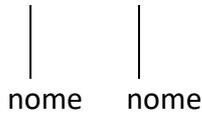
Brito (1988, p. 343) explica que “em português, as relativas livres não cobrem um leque de categorias tão extenso como no Inglês, apenas existindo relativas livres nominais (precedidas ou não de PREP) e locativas (iniciadas pelo morfema *onde*).”

Tanto em Brito (1988) como em Mória (1992) fala-se do fenómeno de *conformidade categorial* em relativas livres como as patentes em (108). Em Mória (1992), por exemplo, a conformidade categorial é explicada como sendo a obrigatoriedade, na maioria dos casos, de relativas finitas, de o Sintagma-Qu da relativa ser também nominal, tal como se exemplifica em (109).

(109)

a. Quem conhece o Luís sabe que ele é um rapaz sensato.

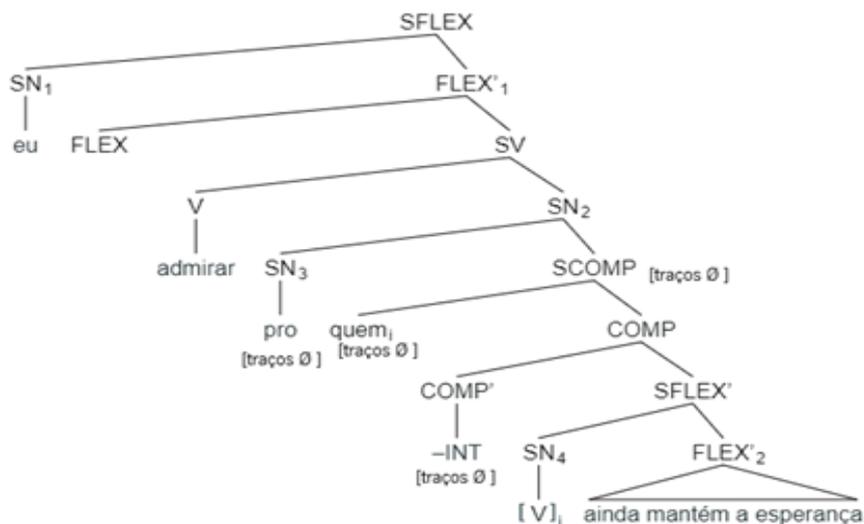
b. [ ] [quem] conhece o Luís sabe que ...



(Móia, 1992)<sup>11</sup>

A partir de uma estrutura como a que se segue em (110), Brito (1988) analisa como se processa o movimento-*Qu*, neste tipo de construções:

(110) Eu admiro quem ainda mantém a esperança.



A estrutura em (110) corresponde a uma relativa livre com conformidade categorial, porque entre a categoria *pro* e o morfema-*Qu* há identidade categorial. A categoria nula *pro*, no entender desta autora, é legitimada de dois modos: é regida pelo V superior *admirar*, do qual recebe, por percolação, uma informação de caso abstrato; e o seu conteúdo é determinado pelo morfema *quem*.

Para além de relativas livres com conformidade categorial, o português exhibe igualmente relativas livres não finitas sem conformidade categorial e em contexto de subcategorização como se exemplifica em (111), (112) e (113).

<sup>11</sup> A enumeração é nossa.

(111)

a. Eu procuro de que viver.

b. Eu procuro com quem trabalhar.

(112) Ela não encontra de que viver.

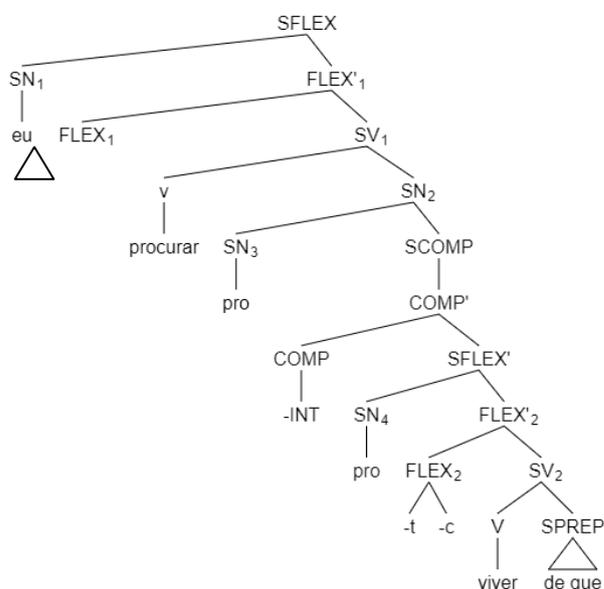
(113) A Faria não tem com quem se entreter.

Brito (1988, p. 372) explica que “as relativas livres exemplificadas não exibem o efeito de conformidade categorial porque a natureza categorial dos sintagmas-Qu que iniciam as relativas (SPREP) não condiz com a categoria SN que os Vs superiores *procurar*, *encontrar* e *ter*, sendo transitivos, seleccionam.”

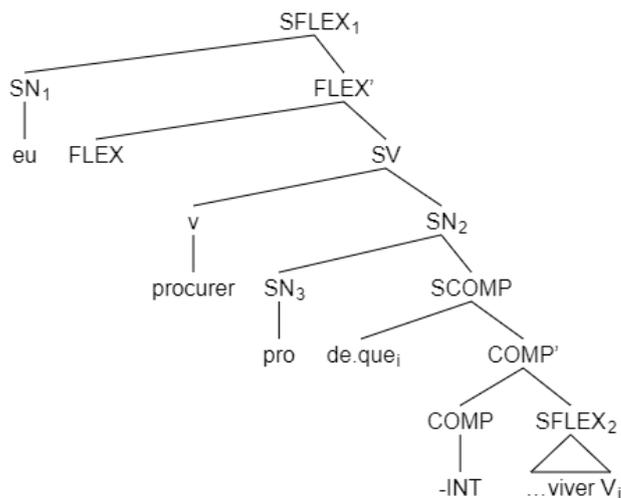
A estrutura-P e Estrutura\_S da frase em (111a) são apresentadas da seguinte forma, em Brito (1988):

(111) Estrutura-P

a.



b.



De acordo com Brito (1988), a estrutura em (111a) é bem formada porque respeita a grelha temática dos Verbos *procurar* e *viver*; por sua vez, é bem formada de acordo com a Teoria X-Barra porque o NP superior exigido como requisito da seleção categorial do verbo *procurar* domina uma categoria nominal *pro*. Já a construção em (111b) a categoria vazia *pro* é formalmente legitimada por regência do predicado superior, o V *procurar*; mas coloca-se o problema da determinação do conteúdo de *pro*.

Na análise deste tipo de construções, Brito (1988, p. 375) adota uma perspectiva segundo a qual “o traço [arb] [arbitrária] pode ser atribuído em sintaxe por um V ao argumento interno da sua grelha temática; através dessa atribuição a posição correspondente ao argumento interno adquire um conteúdo intrínseco.” Na sequência, a autora refere ainda que “desse modo, se numa relativa livre não finita o V superior atribui ao seu argumento interno o traço arb, a categoria vazia *pro* recebe, por percolação, esse mesmo traço”.

Em síntese, existem basicamente dois tipos de frases relativas com antecedente implícito em português, nomeadamente as relativas finitas, que geralmente exibem o fenómeno de conformidade categorial, e as relativas não finitas, as quais não exibem a conformidade categorial. Como se disse, os morfemas que introduzem as relativas finitas são *onde*, *quem* e *o que*. Tem sido costume a terminologia gramatical luso-brasileira entender que o morfema *que* não introduz construções relativas com antecedente implícito. Como se viu, este morfema pode ocorrer em relativas com antecedente implícito, em circunstâncias em que o verbo da relativa está na forma não finita.

Neste trabalho, não foram contempladas as construções relativas com antecedente

implícito não finitas. No corpus, ocorreram apenas construções relativas finitas introduzidas pelo morfema *onde* e *quem*, as quais são analisadas conjuntamente com as relativas com antecedente explícito.

#### 4.6. Relativas não canônicas

Para além das relativas já descritas, as quais são acolhidas pela norma do português culto, ocorrem igualmente outras formas de relativas, que não obedecem à norma e que, por esse motivo, não são descritas nas gramáticas normativas. Em português, estas construções são basicamente de dois tipos: as relativas *resuntivas* ou copadoras e as relativas *cortadoras*.

##### 4.6.1. As construções relativas resuntivas

As *relativas resuntivas* são aquelas que se caracterizam por possuírem uma pró-forma que, geralmente, é um pronome pessoal, dentro da frase relativa. A característica desse pronome pessoal é a de ser cópia do pronome relativo, tanto funcional como semanticamente. Neste tipo de construções, em vez de uma lacuna, ou vestígio, ocorre um pronome pessoal que concorda com os respetivos traços de género, número e pessoa da expressão nominal relativizada. Assim, se, nas orações relativas canónicas o pronome relativo deixa vestígio no local de origem, como se pode ver em (114), nas orações *resuntivas* esse vestígio é preenchido por outro pronome, geralmente pessoal, que desempenhe, em princípio, as mesmas funções sintáticas que o pronome movimentado, como se pode notar em 115). Os pronomes semelhantes funcionam como co-referenciadores do mesmo sintagma nominal, neste caso, aquele que precede o pronome relativo, portanto, aqui ocorre uma dupla correferência simultânea.

(114) Os meninos a quem dei os livros [\_]<sub>i</sub> rasgaram-nos.

(115) Os meninos *a quem<sub>i</sub> lhes* dei os livros rasgaram-nos.

Em (114), apresenta-se a relativa canónica, na qual o complemento indireto do verbo *dar* foi movimentado para junto do nome *meninos* e ocorre sob a forma de um sintagma relativo *a quem*. Em (115), como já explicámos acima, coocorrem dois pronomes: um relativo, que, neste caso, integra o sintagma *a quem*, e o pronome clítico (*lhes*).

Veloso (2013) afirma que a palavra-*Qu* que ocorre com mais frequência nestas

construções é *que*. Alexandre (2000, p. 58) entende que o morfema *que* funciona como um mero subordinador e não como um pronome relativo. Segundo Veloso (2013) usa-se com frequência esta estratégia quando a oração relativa é uma estrutura complexa, com uma oração subordinada:

(116)

- a. A um antigo patrão meu que eu estive quase para *lhe* dar uma pêra no focinho
- b. E sou uma pessoa também bastante assertiva. Infelizmente, havia lá colegas minhas que pela convivência já eu determinava que *elas* não eram assim.

Nas palavras da autora, “essas estruturas, por vezes, não permitem a formação de uma oração relativa canónica.” (Veloso, 2013, p. 2130). Tanto em Chimbutane (1995), como em Alexandre (2000) existe a ideia de que nas orações relativas resuntivas há bloqueio do movimento. A inserção do pronome fica a dever-se, nas palavras de Alexandre (2000), à estratégia *Last Resort*, a qual permite que, quando o movimento-*Qu* é bloqueado, os resuntivos sejam inseridos para salvar a derivação.

Alexandre (2000) propõe que, para se construir argumentos a favor do não movimento do pronome relativo neste tipo de construções no PE, se deva ter em conta (i) o elemento que introduz estas construções sintáticas, (ii) a sua sensibilidade aos movimentos longo e sucessivamente cíclico, (iii) o bloqueio de *pied-piping* e (iv) a preferência da estratégia resuntiva por posições sintáticas mais encaixadas.

#### 4.6.2. As construções relativas cortadoras

Sempre que o constituinte relativizado é um complemento ou adjunto regido de preposição, é todo o SP que se desloca para Spec, CP. Nas orações relativas cortadoras, porém, as preposições são omitidas, como ilustrado em (117).

(117) A menina [ $\emptyset$ ] *que te falei* faleceu.

Alexandre (2000, p. 55) refere que “a estratégia *cortadora* ou *pp-chopping* opera exclusivamente sobre DPs (sintagmas dos determinantes) precedidos de preposições, cujas funções sintáticas são de Complemento Oblíquo (OBL), Objecto Indirecto (OI) e Genitivo

(embora não seja bastante produtiva)”.

Nas línguas românicas, um sintagma-*Qu* regido por preposição não pode ser deslocado da sua posição de base e deixar *in situ* a preposição que o rege (Kenedy, 2002). A preposição deve sofrer *pied-piping*, isto é, deve ser deslocada juntamente com o sintagma-*Qu*, de contrário, a construção será ilegítima.

Kenedy (2002, p. 123) afirma que, "de um ponto de vista estrutural, é fundamental notar que a ocorrência da relativa cortadora deve ser associada, em termos de distribuição complementar, à existência de *prepositional-stranding* ou preposição-órfã. Isto é, nas línguas, como o português, em que relativização cortadora ocorre, o *prepositional-stranding* é agramatical". Tarallo (1985) entende que a estratégia cortadora no PB é muito recente, já que os dados diacrônicos de que dispõe ilustram que esta estratégia só surge na segunda metade do século XIX.

As relativas cortadoras ocorrem quando o constituinte relativo é um complemento oblíquo introduzido pelas preposições *de* e *a*, geralmente regidas pelos verbos *gostar*, *falar* ou *precisar* (cf. Veloso, 2013).

(118)

- a. Há coisas *que* eu não gosto.
- b. A pessoa *que* eu falei está na sala.
- c. Você é a pessoa *que* sempre precisei na vida.

Com menos frequência, estas construções ocorrem igualmente com outras preposições ou ainda quando o constituinte relativo é complemento de um nome (119).

(119)

- a. Continente é marca *que os portugueses mais confiam na sua categoria*.
- b. Iam-nos levar ao sítio *que nós andávamos à procura*.
- c. Eles tinham dois tipos de rum. Tinham o rum normal, *que agora não me lembro do nome da marca*.
- d. Tenho direito político, *que não conheço o professor nem nunca fui a nenhuma aula*.

(Veloso, 2013, p. 2129)

#### 4.7. Estudos sobre relativas cortadoras e resuntivas em variedades do português

O primeiro estudo que foi realizado sobre as relativas não canônicas em português foi o de Tarallo (1983). Nesse estudo, o autor procura verificar como as variáveis sociais influenciam o processo de relativização na variedade do PB. Para tal, constituiu um corpus composto por 1700 entradas, resultante de entrevistas orais a 40 informantes de classes sociais diferentes: alta, média e baixa. Metade dos informantes tinha mais de 35 anos e a outra metade tinha abaixo dessa idade.

Os dados do corpus permitem concluir que existem três tipos de estratégias de relativização no PB, nomeadamente: a estratégia canônica, como em (120a), a estratégia cortadora, como a patente em (120b) e a estratégia resuntiva (120c).

(120)

- a. A moça *com quem* falei ontem está aqui.
- b. A moça *que* eu falei *com* ela ontem está aqui.
- c. A moça *que* eu falei ontem está aqui.

A frase em (120a) ilustra que o morfema *quem* efetuou o movimento do lugar de origem ao de poiso arrastando consigo a preposição *com*, regida pelo verbo *falar*. Na frase em (120b), a preposição *com* que se deveria movimentar com o morfema relativo não ocorre, portanto é cortada. Já no exemplo (120c), a preposição regida pelo verbo *falar* introduz o pronome *ela*, que preenche a posição ocupada pela variável ligada por relativização. A Tabela 1<sup>12</sup> que se segue ilustra a distribuição dos dados das entrevistas orais de Tarallo (1983) por níveis sociais:

---

<sup>12</sup>Tabela adaptada de Santos (2015, p. 40).

Tabela 1: Corpus de entrevistas orais de Tarallo (1983)

Classe social	Oração relativa						Total
		Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Função oblíqua	Genitivo	
Baixa	padrão	–	215 (96,4%)	–	2 (2%)	–	753 (76,5%)
	copiadora	68 (11,3%)	8 (3,6%)	12 (25,5%)	14 (13,5%)	7 (100%)	109 (11%)
	cortadora	–	–	35 (74,5%)	87 (84,5%)	–	122 (12,4%)
	<b>Total</b>	604 (61,3%)	223 (22,6%)	47 (4,7%)	103 (10,4%)	7 (1%)	984 (100%)
Média	padrão	201 (90,1%)	101 (99%)	1 (5%)	4 (6,1%)	–	307 (74,1%)
	copiadora	22 (9,9%)	1 (1%)	2 (10%)	8 (12,2%)	–	33 (7,9%)
	cortadora	–	–	17 (85%)	54 (81,7%)	3 (100%)	74 (18%)
	<b>Total</b>	223 (53,8%)	102 (24,6%)	20 (4,8%)	66 (15,9%)	3 (0,9%)	414 (100%)
Alta	padrão	153 (92,7%)	58 (98,3%)	2 (22,2%)	11 (17,7%)	1 (16,7%)	225 (74,7%)
	copiadora	12 (7,3%)	1 (1,7%)	2 (22,2%)	2 (13,2%)	2 (33,3%)	19 (6,3%)
	cortadora	–	–	5 (55,6%)	49 (79,1%)	3 (50%)	57 (19%)
	<b>Total</b>	165 (54,8%)	59 (19,6%)	9 (2,9%)	62 (20,5%)	6 (2,2%)	301 (100%)

Estes dados revelam que, em relativas preposicionadas (de objeto direto, oblíquas ou genitivas) a estratégia cortadora é muito produtiva. Para além destes dados, Tarallo (1983) construiu um outro corpus constituído por textos escritos de cartas e peças teatrais do PB entre os séculos XVIII e XIX, o qual teve 1579 entradas de orações relativas.

Para o autor, tal como em Brito (1988), elemento que funciona como complementador em relativas resuntivas é um simples morfema, como o que ocorre em orações integrantes. A partir dessa posição, o autor assume que, nas construções canónicas ocorre o movimento do constituinte relativo, mas nas relativas como a patente (120c) não ocorre movimento.

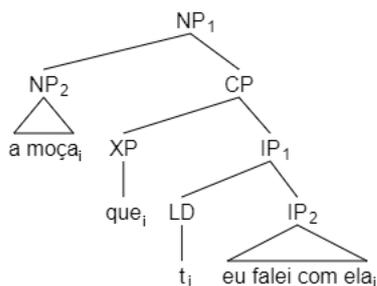
O estudo de Kato (1993) sobre o PB veio confirmar os resultados de Tarallo (1983): não só ocorrem as três variantes no PB como são muito produtivas as relativas cortadoras. Uma das propostas que torna o estudo de Kato (1993) muito importante na análise linguística das construções relativas é o facto de considerar que o morfema relativo patente nas construções

em (120c, 120b) é um verdadeiro pronome relativo, contrariando, deste modo, as posições assumidas por Tarallo (1983), Brito (1988). Kato (1993) propõe que as orações relativas resuntivas são derivadas a partir de uma estrutura base em que o constituinte relativizado ocupa uma posição de Deslocação à Esquerda (*Left Dislocation* (DL)). O exemplo que se segue ilustra uma construção de Deslocação à Esquerda.

(121) A moça, eu falei com ela ontem

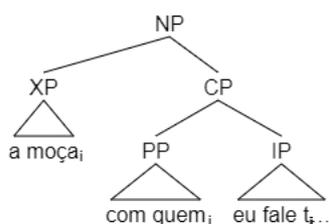
Neste exemplo, o DP *a moça* é um tópico redobrado por um pronome. Kato assume que o tópico ocupa uma posição de adjunção a IP e propõe que, na derivação de uma relativa resuntiva, o pronome relativo é gerado nesta posição de tópico. Desta posição, o pronome relativo é deslocado para Spec-CP, como se exemplifica a seguir:

(122) A hipótese da Deslocação à Esquerda de Kato (1993)



A oração canónica, em (121), para permitir uma comparação, é apresentada da seguinte forma pela autora:

(123) a moça com quem eu falei



Na sequência, a autora explica que “por ser a posição de LD uma posição gerada na base, e esta poder ser coindexada com qualquer posição no interior da sentença, mesmo com

posições dentro de ilhas, podemos dizer que ela será a posição que maior leque de possibilidades de relativização oferece para as línguas e a que menos exige em termos de custo derivacional”. (Kato, 1993, p. 229)

Num estudo mais recente sobre o PB, Kenedy (2002) procura contribuir com o desenvolvimento do modelo *AEN* aplicando-o às duas estratégias de relativização existentes no PB, nomeadamente as relativas padrão de DP e as de PP. Nesse trabalho, o autor defende que as orações relativas restritivas do PB são sistematicamente derivadas por meio de elevação do sintagma alvo da relativização. Adotando a teoria do movimento por cópia (Chomsky, 1995), o autor defende que, na estratégia resuntiva, o pronome é a realização fonética da cópia do constituinte relativizado, “a ocorrência de Move será também natural se para a Teoria da Gramática os pronomes resumptivos forem derivados por alçamento de DP, conforme sustentou Pesetsky (1997, 1998), e manifestem, portanto, estatuto de cópia de constituinte deslocado.” Nesta perspectiva, os exemplos (124a) e (125a) serão analisados como em (124b), (125b).

(124)

a. a pessoa que eu vi ela

b. [DP a [CP [DPpessoa]<sub>i</sub> que [IP eu v<sub>i</sub> [DP ela<sub>i</sub>]]]]

(125)

a. a pessoa que eu falei com ela

b. [DP a [CP [DPpessoa]<sub>i</sub> que [IP eu falei [PP com [DP ela<sub>i</sub>]]]]]

Para o autor, as relativas cortadoras são derivadas via *elevação*, se “as assemelharmos ao fenômeno *prepositional-stranding*, característico do inglês e de outras línguas, no âmbito do qual o DP alvo sofre regra de Movimento independente do PP que o domina”. (Kenedy, 2002, p. 148)

(126) [DP a [CP [DPpessoa]<sub>i</sub> que [IP eu falei [PP com [DP pessoa<sub>i</sub>]]]]]

No que respeita ao PE, salientam-se dois estudos sobre relativas não canónicas. O estudo de Alexandre (2000) foca os processos de relativização atestados no “Corpus de referência do português contemporâneo oral” (CRPC) e extraídos a partir de programas

televisivos e de conversas informais. A autora recolheu igualmente dados escritos. O Corpus do CRPC forneceu 18 500 frases, das quais 68 (0,36%) são formadas pela estratégia resuntiva, e 225 são cortadoras (1,21%). Quanto ao estatuto do pronome resuntivo, Alexandre (2000) assume que a posição do elemento relativizado nas relativas canónicas do PE aparece, nas relativas resuntivas, preenchida por um elemento pronominal (ou adverbial) com realização morfofonológica dos seus traços- $\phi$  (i.e., pessoa, número e género) e de Caso, sendo correferente da expressão nominal que funciona como antecedente da relativa. A autora conclui que há três estratégias de relativização em PE. Uma delas envolve movimento-Qu de operadores para Spec/CP, sendo aquela que é descrita pelas gramáticas da língua portuguesa. Alexandre (2000, p. 154) explica que “As outras duas estratégias (cortadora e resuntiva) não envolvem movimento-wh, são recursos marginais que os falantes têm ao seu dispor e que, por isso, usam essencialmente na oralidade, embora também estejam atestados na escrita.”

Alexandre (ibidem) sugere que “a existência de movimento-wh obrigatório, na relativização canónica, versus a impossibilidade de movimento-wh, nas estratégias cortadora e resuntiva, resulta da opção por introduzir a frase relativa com um pronome relativo, na primeira, ou por um complementador, nas segundas.” Por fim, a autora conclui que parece haver no PE três gramáticas com diferentes valores de parâmetros, em competição, deixando ao falante a possibilidade de optar por uma delas.

Santos (2014) estudou as estratégias de relativização de constituintes introduzidos por preposição (com função de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial) num corpus de fala espontânea, recolhido no âmbito do projeto *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense* (Barbosa et al., 2009). Tratando-se de um estudo sociolinguístico, a autora definiu, como variáveis sociais, a idade e a escolaridade. A autora concluiu que a estratégia cortadora é mais frequente do que a estrutura com *pied-piping*, particularmente com as preposições *de* e *em*.

No PM, um dos primeiros estudos neste domínio foi de Diniz (1986). Nesse estudo, a autora procura analisar vários fenómenos relacionados com as construções de relativização, tratando-os como erro. Mostra, nesse trabalho, que, por exemplo, o pronome *onde* pode ocupar a posição de sujeito na frase, distanciando-se, deste modo, do PE, no qual apenas substitui um locativo, desempenhando, geralmente a função de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial. Refira-se que o corpus de Diniz (1986) é basicamente escrito sobretudo por alunos com nível de escolaridade baixo.

Gonçalves e Stroud (1998, p. 97), baseando-se em fontes orais<sup>13</sup>, referem que “Os falantes do POM realizam construções de subordinação relativa cujos padrões não se conformam com os da norma europeia”. Os autores apontam que a maior parte dos desvios produzidos nesse corpus que estão relacionados com o processo de relativização dizem respeito a: (i) a escolha do elemento introdutor da OR; (ii) a estrutura das orações relativas com pronome OBL. No que tange estritamente a escolha de introdutores, os autores referem que os seus informantes produzem construções frásicas como as patentes em (127) em que há predominância do morfema *que* como introdutor da relativa. Para casos em que, no PE, devia ser usado *onde* ou *em que*, os falantes usam *onde (é) que* ou *que*, por exemplo.

(127)

a. Vai entrar *onde que* a gente dorme.

PE: ...onde a gente

b. Não sei se há uma organização qualquer deles *que* possam fazer valer a sua voz.

PE:....onde/em que possam...

Os autores registaram que os falantes usam o morfema *cujo* com um outro determinante, como atestado em (128).

(128) Recebi uma proposta por escrito *cuja essa proposta* era desfavorável.

PE: que/a qual era desfavorável

Relativamente a casos em que deveria ocorrer um pronome relativo com a função de oblíquo regido de preposição, verifica-se que os falantes ou omitem essa preposição, resultando em relativas cortadoras (129a), ou *copiam* o complemento regido de preposição no interior da oração relativa, resultando em construções relativas ressuntivas (129b).

(129)

a. Naquele dia *que* você saiu... (= em que você...)

b. Eu tenho uma amiga *que* acontece a mesma coisa *com ela* (=...com/a quem acontece a

---

<sup>13</sup>Sobre as orações relativas, veja-se igualmente importantes trabalhos de Gonçalves (1986) e (1996).

mesma coisa)

Num trabalho de culminação do curso, Chimbutane (1995) desenvolveu um estudo sobre as relativas resuntivas. Nesse trabalho, o autor mostrou que, no português emergente em Moçambique, é possível coocorrerem dois pronomes com a mesma função sintática, em que um é um pronome relativo *que*, desempenhando a função sintática de complemento direto, e o outro é um pronome clítico também desempenhando as mesmas funções (relativas resuntivas)

Brito (2001) estudou as construções relativas genitivas no PE e no PM com base nos dados de Diniz (1986), Chimbutane (1995) e Gonçalves (1996). A partir destes dados, Brito (2001) afirma que essas construções se distanciam do PE, uma vez que o pronome *cujo* coocorre com um artigo determinante ou com pronomes possessivos. A autora verificou igualmente que há casos em que o morfema escolhido para operar a relativização não é a forma *cujo*, mas sim o morfema universal *que*. Brito conclui que (i) em PM *cujo* é tendencialmente usado quer como morfema específico genitivo quer como marcador geral da relativização; (ii) a estratégia resuntiva, que está a dominar a formação de relativas no PM, afeta igualmente as relativas de genitivo; (iii) alguns morfemas relativos estão a perder a capacidade de se diferenciarem de acordo com as funções sintáticas. Já Lindonde (2002, 2018) procura mostrar que os seus informantes constroem frases em que o morfema *onde* pode, por exemplo, ocupar um lugar estritamente reservado para o sujeito e pode substituir argumentos que não sejam locativos, afastando-se, deste modo, do PE.

#### **4.8. Em síntese**

Procurou-se, nesta parte do trabalho, discutir os principais subtipos de construções relativas introduzidas pelo morfema *que*. Verificou-se que a partícula *que* só funciona como um verdadeiro pronome relativo em contextos em que ocorre com preposição. O seu estatuto em orações relativas de sujeito e de complemento direto é uma questão controversa. Discutidas as propostas de Brito (1988) e Rinke e Aßmann (2017), adotou-se aqui a proposta de Brito (1988) segundo a qual, nestes contextos, *que* é um verdadeiro complementador, assumindo-se, por consequência, a ideia de que, neste tipo de construções, ocorre um Operador nulo. Afirmou-se que as construções genitivas correspondem a complementos nominais determinativos e partitivos de diversa natureza. Em português, esses

complementos, que têm a particularidade de ser introduzidos pela preposição *de*, são pronominalizáveis pela pró-forma *cujo*. Para além deste pronome, nesta língua, a partícula *que*, antecedida pela preposição *de* e a locução pronominal *do qual* também introduzem este tipo de relativas. As construções relativas introduzidas pelo morfema *onde* são basicamente locativas. Este morfema tem a particularidade de desempenhar a função sintática de complemento oblíquo e de adjunto adverbial. Neste capítulo igualmente se discutiu a noção de construções cortadoras e resuntivas. Nas construções cortadoras, a preposição que deve ocorrer obrigatoriamente com o relativizador, que é geralmente o complementador *que*, não se realiza, enquanto nas construções relativas resuntivas, o lugar de onde inicia o movimento relativo, que geralmente é uma lacuna importante para a interpretação da relativização, é ocupado por um pronome resuntivo. Tratou-se ainda, nesta parte, das construções relativas livres, que são aquelas que possuem um antecedente nominal implícito. Em construções com verbos finitos, as partículas que introduzem este tipo de relativas, em português, são *onde* e *quem*. Entretanto, em construções em que o verbo ocorre na forma não finita, a partícula *que* igualmente pode ocorrer, como se viu. E por fim, fez-se a *revisão da* literatura dos principais estudos feitos sobre as construções de relativização em Moçambique, Portugal e no Brasil.

## **CAPÍTULO V: METODOLOGIA DO TRABALHO**

### **5.1. Introdução**

Esta tese procura descrever e explicar como são produzidas as orações relativas no português escrito em Moçambique. O corpus de estudo está estratificado em função da variável Escolaridade, o que permite traçar a evolução dos padrões de produção de construções de relativização ao longo do processo de escolarização. Para além disso, permite determinar as propriedades das construções que divergem da norma padrão do PE.

Nesta parte do trabalho, descreve-se a metodologia que foi seguida na recolha e tratamento dos dados. Começa-se por descrever a natureza dos sujeitos informantes (Secção 5.2), para depois, em 5.3, se tratar da idade. Na Secção 5.4, descreve-se a escolaridade dos informantes e em 5.5, tendo em conta que o país é multilingue, procura-se ilustrar as relações que se estabelecem entre a língua portuguesa e as línguas de origem bantu em Moçambique. Já na Secção 5.6 explica-se como foi constituído e manipulado o corpus do trabalho, e nas Secções 5.7 e 5.8 descrevem-se os procedimentos de recolha dos dados e apresenta-se igualmente a forma como os dados foram tratados. Na Secção 5.9, faz-se a descrição de como foram analisados os dados colhidos no campo e, finalmente, na Secção 5.10, faz-se a síntese do capítulo.

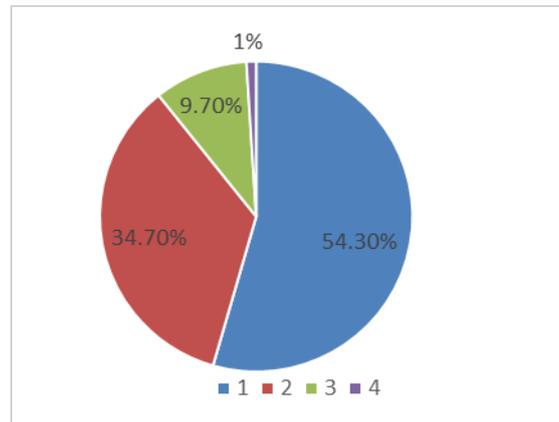
### **5.2. Sujeitos**

Houve quatro grupos de informantes compostos por 120 elementos cada. O primeiro grupo é de alunos da 8.<sup>a</sup> classe, o segundo é de alunos da 12.<sup>a</sup> classe, o terceiro é composto por 60 estudantes do 1.<sup>o</sup> ano das licenciaturas em Ensino do Português e Tradução e Interpretação (Português/Inglês e Português/Francês), da Universidade Eduardo Mondlane e os restantes 60 informantes são estudantes do 1.<sup>o</sup> ano do curso de licenciatura em Ensino do Português na Universidade Púnguè. Refira-se que os textos dos informantes da Universidade Eduardo Mondlane foram produzidos entre 2002 e 2003 e estão disponíveis na cátedra do português de Moçambique. O 4.<sup>o</sup> grupo de informantes é de estudantes do 3.<sup>o</sup> ano do curso de licenciatura em Ensino do Português. Estes dados estão igualmente disponíveis na cátedra do português de Moçambique.

### 5.3. A idade dos informantes

Quanto à idade, foram contempladas quatro faixas. A Faixa 1 corresponde a informantes com idades compreendidas entre 14 e 20 anos; a Faixa 2, a indivíduos com idades entre 21 e 30 anos; a Faixa 3 inclui informantes entre 31 e 50 anos e Faixa 4, entre 51 e 70 anos. O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos informantes por faixa etária.

Gráfico 1: Distribuição das idades dos informantes por faixas etárias



Como se depreende, há mais informantes da Faixa 1 (54%) e a Faixa 4 apenas possui 1% de informantes. Estes dados revelam que os informantes deste trabalho são basicamente jovens. Uma vez que não temos um número equilibrado de informantes em cada faixa etária, a idade não foi considerada como variável independente para fins de tratamento dos dados quantitativos.

### 5.4. A escolaridade dos informantes

Relativamente à variável Escolaridade, foram contemplados quatro níveis: Nível A, de alunos da 8.ª classe, Nível B, de alunos da 12.ª classe, Nível C de alunos de 1.º ano da Universidade e Nível D de alunos do 3.º ano de escolaridade.

Escolheu-se a 8.ª classe como o nível mais baixo da escolaridade, por se pretender entender como os informantes, antes do ensino secundário, produzem construções relativas. Lembre-se que os alunos que frequentam a 8.ª classe em Moçambique têm entre 14 e 15 anos de idade.

Por outro lado, optou-se por estudantes da 12.ª classe por se entender que é a classe final do ensino secundário, na qual se espera que questões de aprendizagem da língua tenham

sido consolidadas e que o leque de morfemas que introduzem as orações relativas seja o mais completo possível.

Escolheu-se o 1.º ano da universidade a fim de se perceber a competência dos sujeitos à entrada da universidade, no que tange à produção de construções relativas, ou seja, procurou-se perceber se a natureza das construções relativas produzidas pelos estudantes universitários à entrada da universidade é a mesma dos alunos do 12.º ano do ensino secundário.

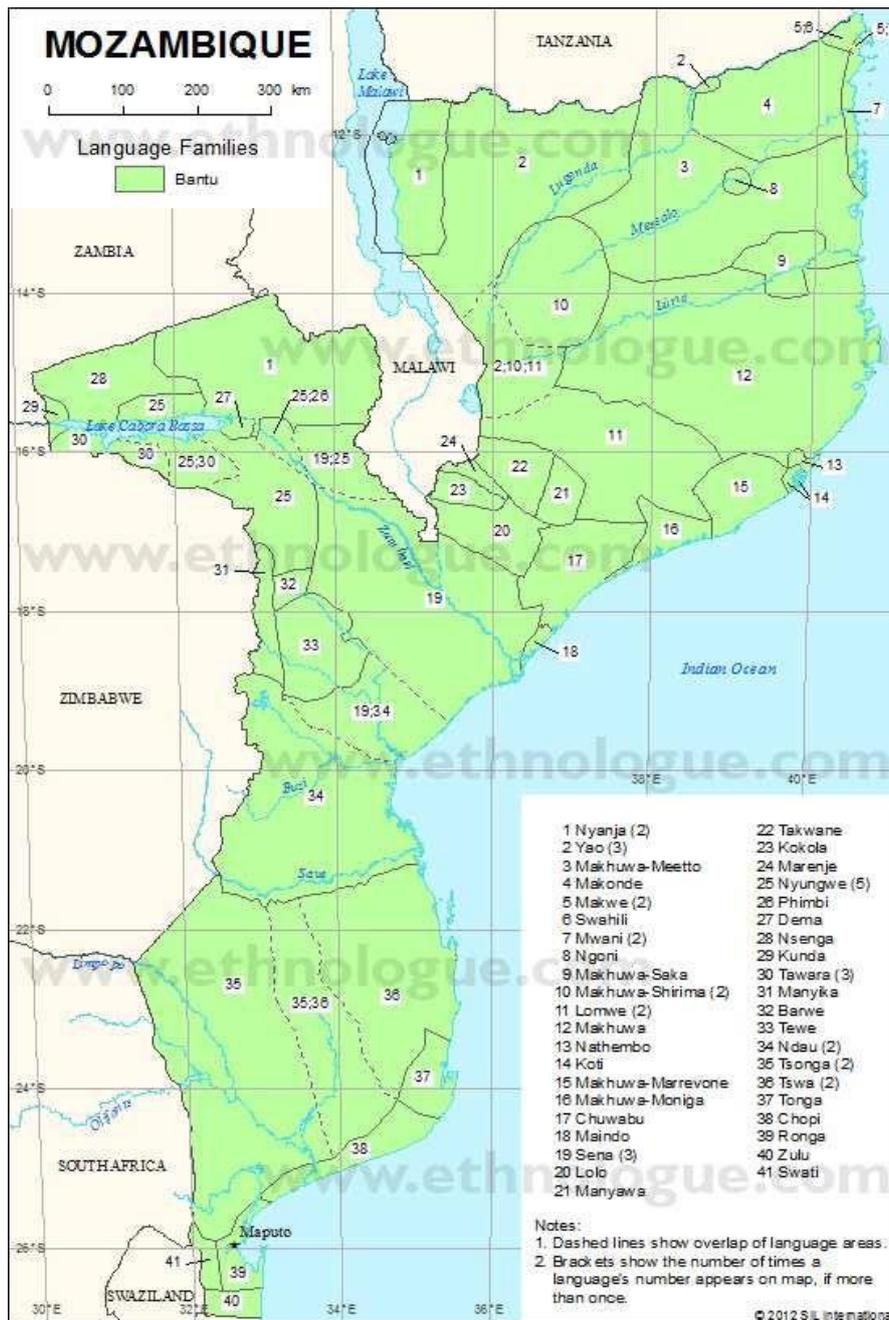
Por fim, escolheu-se o 3.º ano por se entender que, nos currículos de ensino vigentes em Moçambique, este grupo possui conhecimentos sólidos sobre as construções de relativização que não possam sofrer grandes transformações, na escrita. Tratando-se de um grupo de informantes que é formado para ser professor de português em Moçambique, este grupo será o responsável por transmitir a norma culta nas escolas moçambicanas, pelo que importa conhecer os padrões de produção de orações relativas na escrita destes informantes.

### **5.5. As línguas faladas pelos informantes**

Em Moçambique, existem mais de 40 línguas. Wache (2014) refere que, entre as línguas faladas neste território estão as seguintes: Nyanja (1), Yao (2), Makhuwa- Meetto (3), Makonde (4), Makwe (5), Swahili (6), Mwani (7), Ngoni (8), Makhuwa-Saka (9), Makhuwa-Shirima (10), Lomwe (11), Makhuwa (12), Nathembo (13), Koti (14), Makhuwa-Marrevone (15), Makhuwa-Moniga (16), Chuwabu (17), Maindo (18), Sena (19), Lolo (20), Manyawa, (21), Takwane (22), kokola (23), Marenje (24), Nyungwe (25), Phimbi (26), Dema (27), Nsenga (28), Kunda (29), Tawara<sup>30</sup>, Manyika <sup>31</sup>, Barwe (32), Tewe (33), Ndau (34), Tsonga (35), Tswa (36), Tonga (37), Chopi (38), Ronga (39), Zulu (40), Swati (41).

É com todas estas línguas que o português está em contato e tal contato está na origem de mudanças linguísticas que se podem observar no português emergente em Moçambique (Wache, 2014, 2015).

Figura 1: Mapa de distribuição das línguas do grupo bantu em Moçambique



Nota. Fonte: www.ethnologue.com, consultado no dia 13.11.2021

Em Wache (2014) observou-se que as designações das diferentes línguas bantu variam de autor para autor. Os nativos de Moçambique adotam, muitas vezes, uma terminologia diferente da apresentada pelo *site ethnologue*. Por exemplo, são usados os nomes Elomwe, Emakhua, Xitswa, Cinyungwe, Cindau, Cisena, etc. Acima, está o mapa que ilustra a distribuição das línguas bantu ao longo do território moçambicano.

No nosso corpus, a percentagem de alunos da 8.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> classes correspondente a

informantes que declararam que têm a língua bantu como primeira é 19,1% e 13,1%, respectivamente. Há um número significativo de informantes tanto da 8.ª classe (73,3%) como da 12.ª classe (76,6%) que declararam que têm a língua bantu e portuguesa como línguas primeiras. Na 8.ª classe 7,5% informantes tem a língua portuguesa como língua primeira e, na 12.ª classe, 10% dos informantes declararam que possuem a língua portuguesa como a primeira.

Relativamente aos informantes do primeiro ano da universidade (Nível C), 39 possuem a língua bantu como primeira (32,5%), 35 têm a língua bantu e a língua portuguesa como primeiras línguas (29,1%) e os restantes 46 informantes apenas têm o português como língua primeira (38,3%).

Relativamente aos dados de Gonçalves (2010), correspondentes ao terceiro ano da universidade (Nível D), é importante, primeiro, referir que, ao todo, estão 141 textos disponíveis na cátedra do português. Para que houvesse equilíbrio do número de informantes, foram seleccionados apenas 120, que correspondem ao mesmo número de informantes por cada nível, sendo que 79 informantes (65,8%) possuem uma língua bantu como primeira, 16 (13,3%) têm tanto uma língua bantu como a língua portuguesa como línguas primeiras e 25 (20,8%) têm o português como língua primeira. Estes últimos dados estão disponíveis na cátedra do português L2.<sup>14</sup>

**Tabela 2: Primeiras línguas dos informantes**

Escolaridade	L. bantu		L. bantu e L. port.		L. port	
	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	23	19,1%	88	73,3%	9	7,5%
<b>B</b>	16	13,3%	92	76,6%	12	10%
<b>C</b>	39	32,5%	35	29,1%	46	38,3%
<b>D</b>	79	65,8%	16	13,3%	25	20,8%

A Tabela 2 ilustra que há tendência para a emergência de diglossia, se se tomar em conta os dados que indicam informantes que têm os dois sistemas linguísticos como primeiras línguas e se se cruzar esta informação com a de que eles usam geralmente na Escola e nos lugares públicos a língua portuguesa e, em lugares restritos, em casa e com familiares, as línguas bantu.

<sup>14</sup> <https://www.catedraportugues.uem.mz/>

## 5.6. O corpus

O corpus do presente do trabalho é constituído por 81 000 palavras. Cerca de 31 000 palavras, foram recolhidas em 2002–2003, em alunos do 1.º ano, como se disse, no âmbito do projeto “A Competência em português dos estudantes universitários em Moçambique”, na UEM, e cerca de 27 000 palavras foram produzidas por informantes do 3.º ano. As restantes palavras foram produzidas por 60 estudantes do 1.º ano da Universidade Púnguè (17 000), alunos da 8.ª classe (1 848) e alunos da 12.ª classe (4 152). As 81 000 palavras geraram 815 orações relativas restritivas, envolvendo os morfemas *que, onde, quem, cujo*. O subcorpus dos informantes de 8.ª e 12.ª classes foi recolhido em Tete, na sala de aulas, nas escolas secundárias da cidade e nas da então vila de Moatize. Uma parte dos textos do 1.º ano (60) foi recolhido em alunos do 1.º ano do curso de Língua Portuguesa ministrada na Universidade Púnguè, em Chimoio e a outra parte dos textos do 1.º ano e os textos de 3.º ano foram extraídas da Cátedra de Língua Portuguesa, coordenada por Perpétua Gonçalves.

## 5.7. Procedimentos de recolha dos dados

Para a recolha de dados dos alunos da 8.ª e da 12.ª classes foi-lhes pedido que produzissem composições escritas, as quais deviam ter entre 150 a 350 palavras, embora tenham produzido em média entre 100 e 250 palavras.

A produção das composições foi feita na sala de aulas, na presença dos professores, que eram estagiários do Curso de Licenciatura em ensino do Português, ministrado na Universidade Púnguè, na Extensão de Tete, sob supervisão do pesquisador. Antes da produção textual propriamente dita, foi entregue aos informantes uma ficha sociolinguística (cf. Apêndice 1), que visava colher dados do perfil sociolinguístico dos informantes, tais como a idade, a naturalidade, o nível de escolaridade, o local onde aprendeu a língua Portuguesa, a língua com a qual mais se comunica, entre outros aspetos. As questões feitas para este grupo de informantes foram as mesmas que Gonçalves (2010) fez aos seus informantes, o que permitiu que houvesse harmonia de dados e das informações sociolinguísticas dos informantes.

Depois do preenchimento dessa ficha, deu-se o comando aos informantes para, em 90 minutos, produzirem um texto. O tema era “As Férias”, para os informantes da 8.ª classe, e um tema livre para os alunos da 12.ª classe.



Os textos deixam antever um dos fenômenos que esteve na origem da escolha de maior número de informantes: a raridade de ocorrência de morfemas relativos nos textos produzidos sobretudo pelos informantes do ensino secundário.

Como se pode depreender, os textos enfermam de diversos desvios gramaticais. Como a intenção do trabalho era as construções relativas, não foram considerados os desvios que não estão relacionados com construções relativas, daí que seja possível que numa frase contendo desvios relativos a construções relativas, ocorra igualmente outro tipo de desvio. Para não se perder o foco do trabalho, foram ignorados todos os outros tipos de desvios que não sejam o objeto de estudo.

Os textos de 2002–2003, extraídos da *Cátedra do Português de Moçambique*, também foram submetidos ao mesmo tratamento. Primeiro, aplicou-se o questionário sociolinguístico, com perguntas, como se disse, idênticas às que se fez aos informantes dos Níveis A e B, e só depois se pediu aos informantes para produzirem os textos escritos. No texto do projeto de investigação “A competência em português dos estudantes universitários em Moçambique”, na descrição do *Corpus*, pode-se ler o seguinte: “Trata-se de textos semi-livres e condicionados (composições e testes), recolhidos ao longo do processo de avaliação contínua da disciplina de Português. Na transcrição dos textos manuscritos, conservaram-se todas as suas especificidades a nível da ortografia das palavras, do uso de maiúsculas e minúsculas, assim como da pontuação.” (Gonçalves et al., 2002–2003)

Quanto aos dados dos alunos do 3.º ano universitário, Gonçalves (2010)<sup>15</sup> revela que:

Todos os informantes preencheram uma Ficha individual, através da qual foram obtidas informações sobre as seguintes variáveis: idade, naturalidade, língua(s) materna(s), língua(s) mais usada(s) na comunicação corrente e local em que aprenderam Português. Este conjunto de informações permite traçar o perfil sociolinguístico da população auscultada, e pode ser usada em futuras pesquisas que tomem como base este *corpus*, para estabelecer co-relações de diferentes tipos. Por exemplo, pode ser interessante contrastar as composições dos alunos que têm o Português como língua materna e usam esta língua na comunicação corrente, com as dos estudantes que têm uma língua bantu como língua materna e a usam normalmente como língua de comunicação.

---

<sup>15</sup> Disponível em [https://www.catedraportugues.uem.mz//storage/app/media/disco/base\\_dados\\_versao\\_digitada.html](https://www.catedraportugues.uem.mz//storage/app/media/disco/base_dados_versao_digitada.html)

Como se depreende, tal como se procedeu com os informantes 8.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> classes, os informantes de Gonçalves et al. (2002–2003) e os de Gonçalves (2010), igualmente, forneceram informações sociolinguísticas e produziram os textos nas mesmas condições.

Depois da produção dos textos escritos, o passo subsequente foi fazer-se a transcrição fiel dos textos produzidos pelos informantes.

### **5.8. Procedimentos de tratamento dos dados**

A captação de construções relativas foi feita usando-se o *software Concordancer for Windows* (versão 3). Foram realizadas buscas dos diversos morfemas relativos. De seguida, foram eliminadas todas as entradas que não continham orações relativas restritivas.

Depois desse processo, seguiu-se a codificação das ocorrências em função de um conjunto de variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas. As variáveis linguísticas codificadas (ou grupos de fatores) foram as seguintes:

1. forma da relativa (*que, onde, quem, cujo*);
2. tipo de relativa (relativa restritiva / apositiva);
3. função sintática do constituinte que contém o morfema relativo: sujeito, complemento direto, genitivo, complemento oblíquo, complemento indireto, adjunto adverbial);
4. falsa relativa
5. relativa de duplo morfema
6. relativa com ou sem antecedente.

As variáveis extralinguísticas codificadas foram o Informante, a Idade e a Escolaridade.

### **5.9. A análise de dados**

Os dados assim conseguidos permitiram, com facilidade, manipular as informações estatísticas, a partir de tabelas dinâmicas. Este exercício permitiu identificar as construções que convergem com a norma padrão do PE e aquelas que não convergem com essa norma. Nas construções não convergentes, procurou-se igualmente perceber se elas são consistentes cientificamente, de modo a que se possam, por essa via, inscrever no quadro das transformações atuais do PM, ou se constituem zonas efémeras, que facilmente passam, a partir de intervenções pontuais.

Foi ainda realizada uma análise estatística de regressão logística múltipla, com recurso ao programa estatístico de regressão logística *Rbrul*, envolvendo 3 variáveis fixas, Escolaridade, Função Sintática do constituinte e Forma.

Como já se disse, o facto de existirem três modelos mais ou menos consistentes de análise de orações relativas, levou a que se escolhesse um modelo que se adequasse ao presente estudo. Assim sendo, pelos motivos já discutidos, optou-se por se usar a teoria clássica de análise de construções relativas, proposta por Chomsky (1977), a qual ficou conhecida por movimento-Q (cf. Capítulo III).

### **5.10. Em síntese**

Neste capítulo, começou-se por descrever a natureza dos informantes, os quais correspondem a 4 níveis de escolaridade, nomeadamente Nível A, B, C e D. Os dois primeiros níveis correspondem ao ensino secundário, 8.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> classes, e os restantes dois níveis correspondem ao nível superior, 1.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ano. Foram recolhidos destes informantes 480 textos escritos, sendo que no que diz respeito aos de Nível A, B e parte dos do Nível C a recolha ocorreu na Universidade Púnguè. Já os textos da outra parte dos informantes do Nível C e do Nível D foram recolhidos na cátedra do Português Língua Segunda, dirigida por Perpétua Gonçalves. Cada grupo forneceu um conjunto de 120 textos. Seguiu-se a descrição das línguas que convivem com o português em Moçambique, facto que permitiu não só obter informações sobre a quantidade das línguas são faladas em neste território e a sua distribuição espacial, como igualmente permitiu saber as línguas que são frequentemente faladas pelos informantes em determinados contextos. No prosseguimento, descreveu-se o corpus do trabalho, constituído por 81 000 palavras, que geraram 815 orações relativas restritivas, envolvendo os morfemas *que*, *onde*, *quem*, *cujo*. É um corpus que foi considerado suficientemente robusto para a natureza deste trabalho. Seguidamente, explicou-se como foram recolhidos os dados, procurando evidenciar o comando que foi dado aos informantes para a sua obtenção e os locais onde os mesmos foram recolhidos. Mas também, dando seguimento ao desenho metodológico, explicou-se como foi feita a busca das construções relativas no corpus e procurou-se descrever as variáveis linguísticas independentes do estudo. Por fim, tratou-se de como foram analisados os dados colhidos no campo.

## CAPÍTULO VI: ANÁLISE DOS DADOS

### 6.1. Introdução

Este capítulo analisa as construções relativas restritivas do corpus recolhido, o qual é constituído por 815 orações relativas restritivas. Na Secção 6.2, analisam-se os resultados globais no corpus. Na Secção 6.2, estudam-se as orações relativas que ocorrem com uma preposição. Há casos em que essa preposição obrigatória não ocorre, resultando em orações marginais no PE, as orações cortadoras. Na Secção 6.4, analisam-se as relativas resuntivas, as quais se caracterizam por exibirem um material lexical que correferencia o pronome relativo e o antecedente da relativa. Na Secção 6.5, analisam-se as construções relativas introduzidas pelo morfema *onde*. Há um grupo de relativas que não exibe o lugar de onde parte o movimento do constituinte relativo. Essas construções são objeto de estudo na Secção 6.6. As relativas genitivas são, por fim, analisadas na Secção 6.7.

### 6.2. Resultados globais

Nesta secção, apresenta-se uma visão geral dos dados obtidos. Foram atestadas 815 entradas de orações relativas, das quais 723 (89%) são convergentes e 92 (11%) são divergentes com o PE. As construções que foram codificadas como divergentes incluem, entre outras, frases como as patentes em (130).

(130)

- a. Férias para um são momentos livres / *onde* / *que* pessoas faze uma viagem
- b. nos dias | que | eu faltarei na machamba.
- c. muitos adquirem a esse caminho | *onde* | o fim é muito doloroso para ambos
- d. visitar a minha família, os meus amigos *que* eu brinco *com ele*

Em (130a), os morfemas *onde* e *que* ocorrem contiguamente introduzindo a mesma oração relativa, o que diverge do português padrão. Em (130b), há corte da preposição *em*. Em (130c), o morfema *onde* tem o valor de relativizador genitivo e (130d) contém um pronome resuntivo em lugar de uma lacuna na posição de base.

A Tabela 3 ilustra a distribuição das relativas convergentes e divergentes em função da variável Escolaridade.

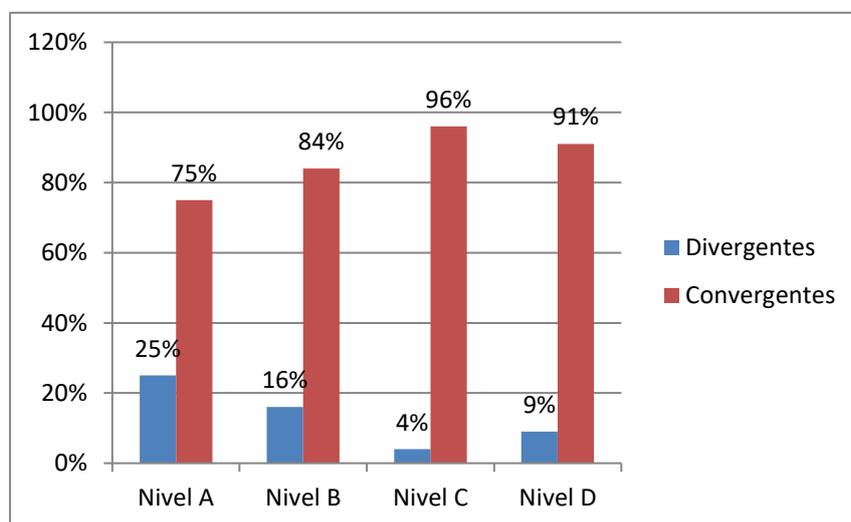
**Tabela 3: Entradas gerais de relativas convergentes e divergentes**

Escolaridade	Convergente		Divergente		Total
	n	%	n	%	
A	84	75%	28	25%	112
B	147	84%	28	16%	175
C	245	96%	10	4%	255
D	247	91%	26	9%	273
<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>89%</b>	<b>92</b>	<b>11%</b>	<b>815</b>

A Tabela 3 ilustra que, à medida que o nível de escolaridade aumenta, a produção de orações relativas também aumenta. Isto significa que a escola exerce um papel importante na aquisição e produção das orações relativas no PM.

A Tabela 3 também indica que os informantes universitários do Nível C produziram a menor percentagem de orações relativas divergentes (4%) e os informantes de Nível A produziram a maior percentagem de orações divergentes (25%). O Gráfico 2 ilustra comparativamente as entradas gerais por nível de informantes.

**Gráfico 2: Entradas convergentes e divergentes**



Nota-se claramente que, no ensino secundário, à medida que o nível de escolaridade aumenta, diminui a produção de orações divergentes. O mesmo já não ocorre com informantes universitários: os de Nível D produzem mais orações divergentes em relação aos informantes do Nível C. Seja como for, estes resultados revelam que há uma forte tendência para a manutenção do cânone do PE nas construções de relativização, na escrita. A escola

desempenha, assim, um papel fundamental na aquisição e manutenção da variedade culta do português, o que confirma a afirmação de Moreno e Tuzine (1997, p. 68) de que, no PM, “o nível de escolarização é um fator relevante para o acesso ao uso do português padrão”.

Considerando agora o cruzamento das variáveis Escolaridade e Função Sintática do constituinte relativizado, a distribuição das orações relativas é a seguinte:

**Tabela 4: Função Sintática x Escolaridade**

Função	Escolaridade									
	A		B		C		D		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Adjunto</b>	33	37%	20	11%	45	18%	24	9%	122	15%
<b>OD</b>	27	24%	32	18%	40%	16%	41	18%	140	17%
<b>Genitivo</b>	1	1%	10	6%	5	2%	5	2%	21	3%
<b>Oblíquo</b>	12	11%	10	6%	16	6%	12	4%	50	6%
<b>OI</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
<b>Sujeito</b>	39	35%	102	59%	147	58%	190	70%	478	59%
<b>Total</b>	112		174		254		272		812	

A Tabela 4 exclui as ocorrências de falsas relativas (3), pelo facto de o morfema relativo não ocupar nenhuma função sintática nestes casos. Assim, o número total de ocorrências é de 812. Verifica-se que a função sintática de sujeito é de longe a mais produtiva, com 478 entradas, e que há uma única ocorrência de oração relativa de complemento indireto, atestada no Nível C. Verifica-se também que, à medida que a escolaridade aumenta, também aumenta a percentagem de produção de relativas de sujeito.

Relativamente aos morfemas que introduzem a oração relativa, registaram-se apenas aqueles que podem ocorrer em construções restritivas, que são: *que*, *onde*, *quem* e *cujo*. As pró-formas *quando* e *como*, apesar de poderem ocorrer igualmente nestas construções, não foram contempladas neste estudo por motivos já apresentados (cf. Capítulo III).

Na Tabela 5, faz-se o cruzamento entre as funções sintáticas e os morfemas que introduzem a oração relativa:

Tabela 5: Função sintática x elementos introdutores da oração relativa

Funções Sintáticas	Sujeito		OD		OI		Oblíquo		Genitivo		Adj. Adv.	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>que</i>	446	88%	139	99%	0	0	32	47%	5	24%	64	52,4%
<i>onde</i>	3	0,6	0	0	0	0	17	25%	5	24%	57	46,7%
<i>cujo</i>	4	0,7	1	0,7%	0	0	0	0	11	52%	1	0,8%
<i>quem</i>	25	4,9	0	0	1	100%	1	1,4%	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>100%</b>	<b>141</b>	<b>100%</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>122</b>	<b>100%</b>

A Tabela 5 ilustra que as orações relativas de sujeito podem ser introduzidas pelo complementador *que*, e ainda pelos pronomes *onde*, *cujo* e *quem*. Em PE padrão, esta função sintática só é desempenhada pelos morfemas *que* e *quem*. As construções frásicas em que os morfemas *onde* e *cujo* aparecem a desempenhar a função sintática de sujeito são estranhas ao PE padrão e podem ser observadas em (131).

(131)

- a. uma madrasta [<sub>CP</sub>cuja<sub>i</sub> [<sub>IP</sub>t<sub>i</sub> casa]] com um homem que já tem seus filhos.
- b. dividia uma pasta [<sub>CP</sub>onde<sub>i</sub> [<sub>IP</sub>t<sub>i</sub> continha sua roupa]]

Como se pode notar, o vestígio do relativizador, marcado com [t] nas duas construções, é reservado a sujeito, função que não é compatível com os referidos morfemas. A Tabela 5 ilustra igualmente que o morfema *cujo* é atestado numa oração relativa de objeto.

(132) aqueles [<sub>CP</sub>cujo<sub>i</sub> [<sub>IP</sub>alguém conhece t<sub>i</sub>]]

O lugar marcado com [t] é de onde se inicia o movimento do relativizador. Como se depreende, esse lugar não é compatível com o morfema *cujo*, o qual relativiza complementos nominais.

O morfema *quem* ocorre em posição de sujeito exclusivamente em orações relativas sem antecedente (133). Existem apenas mais duas ocorrências deste pronome, como complemento indireto (134) e complemento oblíquo (135).

(133) estaremos ao lado de | quem | sofre.

(134) choca com as normas de moral apregoadas pela religião, especialmente pelas de

Jeová a | quem | pertença.

(135) podemos dizer a pessoa de |quem| gostamos coisas

Dois morfemas desempenham a função de complemento oblíquo, nomeadamente o morfema *que* e o morfema *onde*. Refira-se que o morfema *que* só desempenha essa função quando ocorre com uma preposição.

A função sintática de genitivo é desempenhada pelos morfemas *que*, *onde* e *cujo*. No PE padrão, o morfema *que*, quando ocorre com a preposição *de*, pode desempenhar a função de genitivo. Já o morfema *onde* nunca ocorre com essa função. Nos exemplos que se seguem, ilustra-se o emprego do morfema *onde* com a função de genitivo, no corpus:

(136) muitos adquirem a esse caminho | onde | o fim é muito doloroso para ambos.

Na posição de adjunto adverbial, ocorrem dois morfemas, nomeadamente o morfema *que* e o morfema *onde*.

### 6.2.1 Análise estatística

Foi realizada uma análise estatística com recurso ao programa estatístico de regressão logística *Rbrul*, concebido para a análise de dados de variação linguística (Johnson, 2009). A análise envolveu 3 variáveis fixas, Escolaridade (com 4 fatores, A, B, C e D), Função Sintática do constituinte relativizado (com 6 fatores, como indicado na Tabela 2) e Forma (relativas de *que*, *onde*, *cujo* e *quem*). Os códigos dos informantes foram definidos como variável aleatória (codificada como NOME). A variável dependente corresponde aos valores positivo (SIM) e negativo (NÃO) do atributo Canónica (= convergente com o padrão do PE). O valor de aplicação foi o negativo (NÃO).

A análise de regressão identificou todas as variáveis como estatisticamente significativas. As variáveis mais significativas foram Nome do informante (variável aleatória) + Função, seguidas de Escolaridade e, por último, Forma. Os resultados estatísticos estão apresentados na Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 8.

Tabela 6: Função

factor	logodds	tokens	não/não+sim	factor weight
<b>Genitivo</b>	2,857	21	0,857	0,946
<b>Oblíquo</b>	1,842	50	0,440	0,863
<b>Adjunto</b>	1,031	122	0,295	0,737
<b>Sujeito</b>	-2,456	478	0,021	0,079
<b>CD</b>	-2,566	140	0,021	0,079
<b>OI</b>	-0,708	1	0,000	0,071

Tabela 7: Escolaridade

Factor	logodds	tokens	não/nºao+sim	factor weight
<b>A</b>	1,140	112	0,250 (25%)	0,758
<b>B</b>	0,441	174	0,155 (16%)	0,608
<b>D</b>	0,397	272	0,092 (9%)	0,590
<b>C</b>	-1,977	254	0,035 (4%)	0,122

Tabela 8: Forma

Factor	logodds	tokens	não/não+sim	factor weight
<b>Cujo</b>	6,695	17	0,824	0,999
<b>Que</b>	2,790	686	0,073	0,942
<b>Onde</b>	2,597	82	0,305	0,931
<b>Quem</b>	-12,083	27	0,000	< 0,001

Para cada fator, os resultados indicam o número de ocorrências não convergentes (3.<sup>a</sup> coluna, *tokens*), a proporção de ocorrências de *não* (= não convergente) sobre o total de ocorrências de *sim* e *não* (convergentes e não convergentes, respetivamente). Outras medidas importantes são as seguintes:

- Log odds – indicam a medida do tamanho do efeito. Refletem a robustez da relação entre um fator e a variável dependente. Se os log-odds são negativos, há uma correlação negativa entre as duas variáveis; se se situam acima de 0, a correlação é positiva. Quanto maior o seu valor, maior é a correlação (Johnson, 2009).
- Factor Weight (Peso Relativo) – esta medida reporta o mesmo, mas num intervalo de 0 a 1,00. Se a correlação é 1,00, então é um *knock out*. Se o resultado estiver próximo do 0 no caso dos log-odds ou se o peso relativo estiver próximo de 0,50, então é praticamente neutro. Um valor superior a 0,50 indica que há uma correlação forte entre o fator e a variável dependente.

Examinando os valores obtidos para o fator Função, verifica-se que as funções sintáticas Genitivo, Oblíquo e Adjunto têm um peso significativo na ocorrência de relativas não

convergentes. As funções sintáticas de Sujeito e Objeto são contextos que favorecem a convergência com a norma padrão. Há uma única ocorrência de relativa de Objeto Indireto, convergente com a norma padrão.

No que respeita à Escolaridade, há uma forte correlação entre o Nível A e as ocorrências de relativas não convergentes no corpus. O Nível B também evidencia uma correlação positiva com a não convergência, ainda que em menor grau. No caso do Nível D, a correlação positiva é ainda mais fraca. Os valores relativos ao Nível C indicam uma correlação negativa, o que sugere que existe uma forte correlação com o valor oposto da variável dependente, isto é, com a convergência com a norma.

Finalmente, no que diz respeito à Forma, as relativas de *cujo* são as que evidenciam um maior peso relativo, seguidas das relativas de *onde*. As relativas de *quem* são um caso de knock-out, já que não evidenciam variação, sendo todas convergentes com a norma.

Uma vez examinados os resultados globais, passamos à discussão mais detalhada do cruzamento entre os fatores. A Tabela 9 apresenta o cruzamento dos fatores Função Sintática e Nível de Escolaridade, em contextos convergentes:

**Tabela 9: Função sintática x Escolaridade (Relativas Convergentes)**

Função	Escolaridade								Total	
	A		B		C		D			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Adjunto</b>	18	55%	13	65%	43	96%	12	50%	86	711%
<b>Obj. Direto</b>	25	93%	32	100%	40	100%	40	98%	137	98%
<b>Genitivo</b>	0	0	1	10%	1	20%	1	20%	3	14%
<b>Oblíquo</b>	4	33%	3	30%	14	88%	7	58%	28	56%
<b>Obj. Indireto</b>	0	0	0	0	1	100%	0	0	1	100%
<b>Sujeito</b>	37	95%	98	96%	146	99%	187	99%	468	98%
<b>Total</b>	84	75%	147	84%	245	96%	247	90,5%	723	89%

A Tabela 9 ilustra que a consolidação do uso de constituintes-QU que desempenhem todas as funções sintáticas só é feita no ensino superior. Os informantes do Nível A produzem orações relativas convergentes de sujeito, complemento direto, oblíquo e adjunto adverbial. Não conseguem produzir orações relativas convergentes de OI e genitivo. Os dos Níveis B e D diferenciam-se dos do Nível A pelo facto de produzirem uma relativa de genitivo. Os informantes do Nível C produziram todas as funções sintáticas que ocorrem em construções relativas restritivas e uma proporção elevada de relativas de adjunto e oblíquas convergentes

(96% e 88%, respetivamente) em comparação com os restantes níveis de escolaridade. A Tabela 10 cruza as variáveis Forma e Nível de Escolaridade.

**Tabela 10: Forma x Escolaridade (Relativas Convergentes)**

Escolaridade	<i>que</i>		<i>onde</i>		<i>cujo</i>		<i>quem</i>		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	67	77%	16	67%	0	0	1	100%	84	75%
<b>B</b>	132	90%	7	50%	1	13%	7	100%	147	85%
<b>C</b>	209	98%	25	96%	1	25%	10	100%	245	97%
<b>D</b>	228	95%	9	50%	1	20%	9	100%	247	91%
<b>Total</b>	636	93%	57	70%	3	18%	27	100%	723	89%

No cômputo geral, a proporção de entradas convergentes é mais elevada no Nível C. As relativas de *quem* não apresentam um único caso de não convergência com a norma e as relativas de *que* são as que apresentam um maior número de entradas em contextos convergentes, que são 636 (93%). O morfema *cujo* apenas apresenta 3 entradas, que correspondem a 18%. A baixa frequência da pró-forma *cujo* está relacionada com facto de, tanto no PM como no PE, estar a ser pouco usado tanto na fala como na escrita, como atestam os dados de Arim, Ramilo e Freitas (2003).

Estes dados ilustram igualmente que há uma correlação com a escolarização: quanto mais aumenta o nível de escolaridade, mais aumenta a possibilidade de produção de orações relativas e a possibilidade de produção de construções convergentes com o PE. A única exceção a este padrão é o grupo D: esperar-se-ia que houvesse uma progressão do Nível C para o Nível D e não uma regressão. A explicação para este facto reside no perfil sociolinguístico dos informantes.

O grupo de informantes de Nível D distingue-se dos restantes grupos por ser maioritariamente constituído por falantes cuja primeira língua é uma língua bantu (cf. Tabela 2). A hipótese que se levanta face a essa exceção é a de que os informantes do Nível D tenham tido acesso ao insumo do português tardiamente, ou seja, depois do período crítico. Existe uma ideia em estudos feitos em Moçambique de que as línguas bantu possam estar a influenciar a aquisição das construções relativas.

O estudo de Diniz (1986), por exemplo, teria chegado a esta conclusão, embora para ela este facto não fosse suficiente para justificar todo um conjunto de aspetos que se manifestam em construções de relativização, no PM. Brito (2001, p. 335) teria igualmente levantado uma

hipótese fraca sobre a influência das línguas maternas dos seus informantes nas construções genitivas do PM, ao afirmar que “pode colocar-se a hipótese de que a aquisição do português L2 obedece a princípios gerais gramaticais, mas mediatizados pelo conhecimento, mais ou menos estável, da língua materna.” Apesar de tanto Diniz (1986) como Brito (2001) tenderem para explicar os problemas a partir de uma possível influência das línguas bantu, como se deixou claro, neste trabalho não há evidências de que as línguas bantu estejam a influenciar a aquisição das construções relativas, no PM.

### 6.2.2. O antecedente nominal

Em português, o antecedente do constituinte-Qu em construções relativas pode ser explícito ou implícito. Em contextos em que o antecedente nominal é implícito, os morfemas *onde* e *quem* são os únicos que ocorrerem:

(137)

SQ é um complemento oblíquo:

a. [<sub>Esp/CP</sub>Onde<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> ocorre violência  $t_i$ ] não há paz nem felicidade

SQ é um adjunto adverbial:

b. conto o lugar [<sub>Esp/CP</sub> onde<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> se produz um discurso  $t_i$ ]

SQ é sujeito:

c. É entrando em contacto com os chefes dos bairros porque ele conhece [<sub>Esp/CP</sub>quem<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> $t_i$  é dele]]

Os exemplos transcritos em (137a) e (137c) não exibem explicitamente um NP que ocupe o lugar de antecedente da relativa. Tal constituinte, porém, ocorre, mas de uma forma implícita e pode ser recuperado pelo discurso. A construção em (137b) possui um antecedente explícito, que é o NP *lugar*.

As relativas com antecedente implícito ocorrem em muito menor número do que as relativas com antecedente explícito. No corpus deste trabalho, foram encontrados 4,4% de orações relativas antecedente implícito por oposição a 95,5% de orações relativas com antecedente explícito.

A Tabela 11 se segue ilustra a distribuição de entradas com antecedente explícito e implícito:

**Tabela 11: Entradas com antecedente implícito e explícito**

Escolaridade	Implícito		Explícito		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	5	4,4%	107	95,5%	112	13,7%
<b>B</b>	10	5,7%	165	94,2%	175	21,4%
<b>C</b>	12	4,7%	243	95,2%	255	31,2%
<b>D</b>	9	3,2%	264	96,7%	273	33,4%
<b>Total</b>	36	4,4%	779	95,5%	815	100%

A Tabela 11 indica que as relativas restritivas com antecedente explícito são muito mais frequentes (95,5%) do que as relativas com antecedente implícito (4,4%).

### 6.3. As construções relativas com preposição no PM

Nesta parte do trabalho, procura-se analisar as construções relativas cujo constituinte Qu é introduzido por preposição, a qual pode ser regida pelo predador nuclear da oração relativa ou introduzir um adjunto.

#### 6.3.1. Relativas com preposição

Foram registadas 99 construções relativas que deveriam ocorrer com uma preposição. Dessas, 56 (57%) são não cortadoras e 43 (43%) são cortadoras. Verifica-se, assim, que, no PM, tal como no PE (cf. Arim, Ramilo & Freitas, 2003; Santos, 2014), há tendência para a conservação de relativas convergentes, o que é contrário à tendência do PB, em que predominam construções cortadoras. (cf. Kenedy, 2003; Souza, 2007; Bagno, 2001). Em (139a) temos uma relativa convergente e em (139b) temos relativa cortadora:

(139)

- a. esquecendo-se do processo de desenvolvimento em | que | os próprios pais já não têm
- b. nessa ferias e nos dias | que | eu faltarei na machamba

Restringindo-se a este subcorpus de 99 frases, realizou-se uma análise de regressão logística múltipla no programa *RBrul*, com o grupo de fatores Cortadora (com 2 fatores, *sim/não*) como variável dependente (valor de aplicação = *sim*) e 4 variáveis fixas — Escolaridade, Função Sintática do constituinte relativizado, Forma e Preposição (*em, de, a* e

*com*). O Nome de código do informante foi introduzido como variável aleatória.

A análise de regressão selecionou como estatisticamente relevantes os fatores Nome e Escolaridade ( $p = 0,000134$ ) + Preposição ( $p = 0,00205$ ). Os resultados foram os seguintes:

Tabela 12: Escolaridade

factor	logodds	tokens	não/não+sim	factor weight
A	1,427	19	0,789	0,806
B	0,465	22	0,636	0,614
D	-0,119	21	0,429	0,47
C	-1,773	37	0,135	0,145

Tabela 13: Preposição

factor	logodds	tokens	não/não+sim	factor weight
<i>com</i>	12,732	4	1,000	>0,999
<i>de</i>	-2,475	14	0,857	0,078
<i>a</i>	-5,119	5	0,200	0,006
<i>em</i>	-5,138	76	0,342	0,006

Examinando os valores obtidos para o fator Escolaridade, verifica-se que, nos Níveis A e B, os pesos relativos são altos, o que significa que são níveis com elevada frequência de cortadoras. O Nível D é quase neutro e o Nível C desfavorece a ocorrência de relativas cortadoras.

No que respeita às preposições, a única que favorece o corte é a preposição *com*. Apesar de a percentagem de ocorrência de cortadoras com a preposição *de* ser alta (86%), o peso relativo e os *logodds* indicam que a correlação entre os fatores é negativa, isto é, não se pode afirmar que esta preposição introduza um contexto favorável ao corte.

A Tabela 14 ilustra a distribuição de relativas que devem ocorrer com preposição no subcorpus em função da variável Escolaridade:

Tabela 14: Relativas cortadoras

Escolaridade	não	sim	Total
A	4	15	19
B	8	14	22
C	32	5	37
D	12	9	21
<b>Total</b>	56	43	99

A Tabela 14 revela que o corte da preposição nas construções relativas ocorre com maior

frequência nas classes iniciais do ensino secundário (Nível A e B) e com menor frequência nas classes subsequentes (Nível C e D).

Tendo igualmente notado que há tendência para o uso generalizado de relativas cortadoras em seus informantes, Kenedy (2008) formulou a hipótese de antinaturalidade, segundo a qual,

As relativas Ppp não fazem parte da gramática natural das línguas humanas (*core-grammar*). A existência dessa construção em línguas como o português deve ser interpretada como um fenômeno contingente da cultura escrita. Somente os indivíduos inseridos nesse tipo de cultura podem integrar as relativas Ppp à sua competência através de aprendizado artificial, por meio da escola ou de outras formas de letramento. Com efeito, a APP interpreta as relativas Ppp não apenas como uma construção artificial, mas antes como um uso antinatural, já que vai de encontro à natureza minimalista de CHL. Kenedy (2008, p. 93)

Ora, aceitando a teoria da anti-naturalidade das construções com *pied-piping* como sendo legítima para os dois primeiros níveis de escolarização (A e B), neste caso, então há questões que ainda estão pendentes, como, por exemplo, a de saber por que motivos, no ensino superior, os alunos do Nível C produzem menos frases cortadoras em relação aos alunos do Nível D. Entenda-se que a escola, nesta teoria, é vista como a que fornece o insumo necessário para a produção de frases que envolvem o movimento do relativizador e da respetiva preposição. É importante referir que o único morfema que ocorre em orações relativas cortadoras é *que*.

A Tabela 15 ilustra a distribuição de orações relativas cortadoras por preposição em função do grau de escolaridade:

**Tabela 15: Distribuição de orações relativas cortadoras por preposição em função do grau de escolaridade**

Escolaridade	<i>a</i>		<i>com</i>		<i>de</i>		<i>em</i>		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	0	0	3	100%	2	100%	10	71%	15	79%
<b>B</b>	0	0	1	100%	6	100%	7	47%	14	64%
<b>C</b>	1	33%	0	0	1	33%	3	9.7%	5	14%
<b>D</b>	0	0	0	0	3	100%	6	38%	9	43%
<b>Total</b>	1	20%	4	100%	12	86%	26	34%	43	43%

O corte de preposição envolveu 4 tipos principais, nomeadamente a preposição *a*, *de*, *em* e *com*. A Tabela 15 ilustra que o corte da preposição *a* ocorre apenas no Nível C e o corte da

preposição *com* ocorre somente nos Níveis A e B. A não ocorrência de corte de preposição tanto *a*, nos níveis A e B, como *com*, Níveis C e D está associado ao facto de os respetivos níveis não terem produzidos frases que envolvam estas preposições, o que pode levar a pensar-se que as frases que envolvem a preposição *com* são apenas produzidas por informantes com um nível baixo de escolarização (Nível A e B) e as frases que envolvem o movimento da preposição *a* são apenas geradas por informantes com o nível superior de formação. Ilustram-se, em (140), os exemplos dos contextos de ocorrência das preposições *a* e *com*.

(140)

a. avistar com amigas | que | na altura brincamos juntas

b. E para além da malária e cólera | que | estamos sujeitos depois das chuvas, vem o frio

Como se pode notar, em (140a), foi cortada a preposição *com* que deveria ocorrer com o morfema relativo *que* naquele contexto. Já em (140b), foi cortada a preposição *a* regida pelo verbo *estar* e que deveria, por essa via, movimentar-se com o morfema *que* para a posição de poiso.

A preposição *de* foi cortada por todos grupos de informantes. Neste trabalho, os informantes do Nível B tiveram o maior número de contextos em que a preposição é cortada (6) e o Nível C possui apenas uma frase em que a preposição foi cortada. Pode-se, assim, afirmar que tanto os informantes do ensino secundário como os universitários cortam a preposição *de*, como se nota nas frases em (141).

(141)

a. De natureza o aborto é uma ação maldosa | que | a ideia central é eliminar uma vítima inocente por atos cometidos por eles.

b. ler aquele livro | que | estava esperar há meses no estante, se dedicar ao antigo projecto de pintar você mesmo,

Em (141a), foi cortada a preposição *de*, regida pelo NP (a ideia central), que se deveria movimentar para a posição de poiso com o morfema *que*. Já em (141b), a mesma preposição foi cortada numa posição que é regida por um verbo *esperar*.

No que diz respeito à preposição *em*, pode-se dizer que é cortada por informantes de

todos os níveis, como se pode depreender nas construções frásicas em (142).

(142)

- a. este em distrito | que | vive os meus família
- b. vou ir visitar a escola | que | fiz a 1a, 2a e 3a, classe

Como se nota, nas duas frases foi cortada a preposição *em*, que deve, nestes contextos, ocorrer com o morfema relativo.

De um modo geral, a preposição *a* apresenta menor número de contextos (1) e a preposição *em* apresenta maior número de contextos em que esta preposição é cortada (26). As preposições *a* e *de* ocorrem, nestes informantes, em contextos de complemento verbal (preposição *a* e *de*) e de complemento nominal (preposição *de*). A preposição *em* aparece tanto em contextos de complemento verbal como em contextos de adjunto adverbial. Já a preposição *com* ocorre somente em contextos de adjunto adverbial.

O facto de o morfema *em* possuir maior número de entradas em contexto de corte de preposição não é algo isolado do presente estudo. Santos (2014), no contexto europeu, notou igualmente que esta preposição é a mais produtiva em contextos de corte. A Tabela 16, que se segue, ilustra a distribuição das funções sintáticas afetadas pelo corte da preposição:

**Tabela 16: Funções sintáticas afetadas pelo corte de preposição**

Escolaridade	Função sintática								Total	
	OI		Oblíquo		Genitivo		Adjunto			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	0	0	5	100%	0	0	10	71%	15	79%
<b>B</b>	0	0	7	88%	1	100%	6	46%	14	64%
<b>C</b>	0	0	1	10%	1	100%	3	12%	5	14%
<b>D</b>	0	0	2	25%	2	100%	5	46%	9	43%
<b>Total</b>	0	0	15	48%	4	100%	24	38%	43	43%

A Tabela 16 ilustra que os informantes não produziram frases em que o constituinte relativo desempenha a função sintática de OI. Já a função sintática de OBL tem 15 entradas, correspondentes a 48%. Com esta função sintática, o maior número de entradas ocorreu no Nível B, com 88% e o menor número ocorreu no Nível C, 10%. As frases em (143) ilustram os contextos em que a função sintática é de complemento oblíquo.

(143)

- a. para além da malária e cólera | que | estamos sujeitos depois das chuvas
- b. há apenas uma coisa | que | não gosto nas férias

Nas duas construções frásicas, o constituinte relativo desempenha a função sintática de complemento oblíquo, já o movimento desencadeado pelo constituinte relativo inicia justamente no lugar reservado a esta função.

Houve 4 contextos em que o corte da preposição afetou a função sintática de genitivo.

(144)

- a. as pessoas da zona rural | que | por natureza as suas condições são precárias
- b. está a dezimar muitas vidas humanas, | que | até hoje não-se conhece a sua origem.
- c. o aborto é uma ação maldosa | que | a ideia central é eliminar uma vítima inocente

O lugar de onde iniciou o movimento do constituinte relativo nas frases em (144a), 144b) e (144c) é reservado a genitivo, já que é um complemento nominal. E como se depreende, a preposição *de*, que deveria ocorrer com o morfema *que*, da posição de origem à de poiso, não ocorre.

Finalmente, na função sintática de adjunto adverbial, houve um maior número de entradas no Nível A (71%) e o menor número de entradas ocorreu no Nível C (12%). As construções em que houve corte na posição de adjunto adverbial seguem-se em (145).

(145)

- a. mesmo aqueles Jardins | que | o pessoal ia preparar os testes. Já não existem, aqueles campos de futebol onze degradaram
- b. Distrito ou localidade | que | existem os tais jovens ou pessoas

Na secção seguinte, discutem-se as construções relativas resuntivas.

#### **6.4. As construções relativas resuntivas**

Nesta parte do trabalho, analisam-se as construções relativas resuntivas, como as presentes em (146).

(146)

- a. visitar a minha familia, os meus amigos *que* eu brinco *com eles*
- b. Logo passamos numa outra loja de plástico *onde* *la* mama comprou umas tigelas

Nestes exemplos, em lugar do pronome *eles* ou da pró-forma *lá* deveria estar uma lacuna, ligada, respetivamente, a um operador nulo na relativa de *que* (146a) e ao advérbio *onde* em (146b). A presença de uma lacuna é necessária para a interpretação do processo da relativização.

A Tabela 17 que se segue ilustra a distribuição de construções resuntivas no corpus por níveis de escolaridade:

**Tabela 17: Construções resuntivas no corpus**

Escolaridade	Resuntivas		Total
	n	%	
<b>A</b>	7	6,2%	112
<b>B</b>	2	1,1%	175
<b>C</b>	4	1,7%	255
<b>D</b>	3	1%	273
<b>Total</b>	16	1,9%	815

Foram registadas 16 entradas de construções resuntivas no corpus, de um conjunto de 815 frases relativas restritivas. A Tabela 17 ilustra que os informantes do Nível A produziram um número elevado de construções resuntivas 6,2% em comparação com os informantes dos outros níveis.

As construções resuntivas ocorrem em relativas de *que*, *onde* e *cujo*, como ilustram as construções em (147).

(147)

- a. Logo passamos numa outra loja de plástico | onde | la mama comprou umas tigelas
- b. O avaliado | cujo | seu principal papel é ouvinte
- c. As ferias são muito divertidas para aquele | que | sabe aproveita-las, as ferias não

A Tabela 18 cruza a variável Forma com a variável Escolaridade em contextos resuntivos.

**Tabela 18: Morfemas que introduzem a oração relativa em contextos resuntivos**

Escolaridade	<i>que</i>		<i>onde</i>		<i>cujo</i>		<i>quem</i>		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	4	57,1%	3	42,8%	0	0	0	0	7	43,7%
<b>B</b>	1	50%	1	50%	0	0	0	0	2	12,5%
<b>C</b>	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0	3	18,7%
<b>D</b>	1	25%	1	25%	2	50%	0	0	4	25%
<b>Total</b>	7	43,7%	6	37,5%	3	18,7%	0	0	16	100%

O complementador *que* aparece em 43,7% de contextos resuntivos, seguido pelo morfema *onde*, o qual está associado a 37,5% de contextos. O morfema *cujo* ocorre em 18,7% de contextos resuntivos e o pronome *quem* não aparece associado a nenhum contexto.

Os constituintes relativizados em contextos resuntivos desempenham diferentes funções sintáticas na frase. A seguir, ilustram-se, em (148), algumas frases em que os constituintes desempenham a função de complemento genitivo (148a), adjunto adverbial, em (148b), complemento direto (148c) e complemento oblíquo (148d).

(148)

- a. Para as instituições | cujos | *seus* parceiros nada fazem
- b. os meus amigos | que | eu brinco *com ele*
- c. tem comboio | que | eu não conheço *esse comboio*
- d. á terminal de Machimbombos "Romoza", | onde | aí quando cheguei

A propósito das funções sintáticas em contextos resuntivos, Alexandre (2000, p. 64) entende que “a estratégia resumptiva, em PE, não se restringe a apenas algumas posições sintáticas, podendo aplicar-se a todas elas” apesar de esta situação não se verificar nas línguas que canonicamente recorrem a este processo de relativização como, por exemplo, o Irlandês e o Hebreu. A autora refere ainda que

O facto de o PE não exibir o mesmo padrão de distribuição da estratégia resumptiva que o Irlandês e o Hebreu, permitindo a aplicação da estratégia em todas as posições sintáticas, *inclusive* na de SU matriz (...), pode parecer estranho neste contexto, mas na realidade também

em PE a posição de SU da oração relativa adjacente ao antecedente e, em parte, a de OD não são as posições-alvo preferidas dos falantes do PE que empregam a estratégia resumptiva na formação de relativas. (Alexandre, 2000, p. 66)

De facto, os dados deste trabalho confirmam a ideia de que as relativas resuntivas de sujeito e de complemento direto são menos produtivas, como se pode notar na Tabela 19.

**Tabela 19: Cruzamento das variáveis Função e Escolaridade**

Escolaridade	Entradas											
	Sujeito		OD		Oblíquo		Genitivo		Adj. Adv.		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	1	14,2%	1	14,2%	2	28,4%	0	0	3	42,8%	7	43,7%
<b>B</b>	0	0	0	0	1	50%	0	0	1	50%	2	12,5%
<b>C</b>	0	0	0	0	1	33,3%	2	66,6%	0	0	3	18,7%
<b>D</b>	1	25%	0	0	1	25%	2	50%	0	0	4	25%
<b>Total</b>	2	12,5%	0	0	5	31,2%	4	25%	4	25%	16	100%

A Tabela 19 ilustra que houve 2 entradas de relativa de sujeito e 1 de complemento direto. Registaram-se 5 entradas em que o constituinte relativo desempenha a função sintática de oblíquo. Já a função sintática de genitivo teve 4 entradas, todas produzidas pelos informantes do nível superior. A função sintática de adjunto adverbial teve 4 entradas, todas produzidas por informantes do ensino secundário.

Em (148), os elementos anafóricos são o pronome locativo *aí*, em (148d), o pronome reto *ele*, em (148b), pronome possessivo *seus*, em (148a) e o NP *esse comboio*, em (148c)

De uma forma geral, estes exemplos levantam dois velhos problemas complexos da sintaxe generativa. O primeiro é relativo a se há ou não, neste tipo de construções, movimento do constituinte relativo. O segundo problema é se, neste caso, o morfema *que* pode ou não ser considerado um pronome relativo.

No que tange à questão de se considerar ou não o morfema *que* como pronome relativo, a construção em (158a) é evidência de que o relativizador *que* que ocorre nestas circunstâncias é um simples complementador, já que a preposição *com* com a qual o morfema *que* se deveria deslocar para o lugar de poiso permanece *in situ*.

Relativamente ao problema de se há ou não há movimento do constituinte relativo nestes casos, as construções em (148b) e em (148c) são evidências de que, neste tipo de construções, no PM, não ocorre o movimento do constituinte relativo. Mais uma vez, o

argumento da permanência da preposição *com in situ*, em (148b), e a realização do OD, *esse comboio*, em (148c), são suficientemente plausíveis para sustentar a posição que se toma neste trabalho. Alexandre (2000, p. 75) explica, a propósito, que “A presença do traço formal [-wh] no COMP das relativas formadas pela estratégia resumptiva é motivada pelo facto de estas estruturas relativas, ao contrário das convergentes, não envolverem movimento-*wh*”. A autora propõe que, para se reforçarem os argumentos a favor da hipótese da ausência de movimento-*wh* nas relativas resuntivas do PE, dever-se-á ter em conta algumas características destas orações, essencialmente no que diz respeito (i) ao elemento que introduz estas construções sintáticas, (ii) à sua sensibilidade aos movimentos longo e sucessivamente cíclico, (iii) ao bloqueio de *piedpiping* e (iv) à preferência da estratégia resuntiva por posições sintáticas mais encaixadas.

A Tabela 20 ilustra o cruzamento entre as variáveis Forma e Função em contextos resuntivos:

Tabela 20: Cruzamento das variáveis Função e Função sintática

Função Sintática	Sujeito		OD		OI		Oblíquo		Genitivo		Adj. Adv.		Total	
	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>que</i>	0	0	2	28,5%	0	0	2	28,5%	2	28,5	1	14,5%	7	41,1%
<i>onde</i>	0	0	0	0	0	0	2	40%	0	0	4	60%	6	35,2%
<i>cujo</i>	1	25%	0	0	0	0	0	0	3	75%	0	0	4	23,5%
<i>quem</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>5,8%</b>	<b>2</b>	<b>11,7%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>23,5%</b>	<b>5</b>	<b>29,4%</b>	<b>5</b>	<b>29,4%</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

A Tabela 20 ilustra que, na posição de complemento direto, ocorre apenas um morfema, que é *que*. A tabela igualmente que não se registam construções resuntivas em que o morfema relativo desempenha a função sintática de complemento indireto. Na função de complemento oblíquo ocorrem os morfemas *que* e *onde* e na posição de genitivo podem ocorrer os morfemas *que* e *cujo*. Em resuntivas de adjunto adverbial, há dois morfemas que aparecem a saturar este lugar, que são o pronome *onde* e o morfema *que*. Na Tabela 20, consegue-se ainda verificar que o morfema mais produtivo é *que*, o qual apenas não é fértil para as posições de OI. Já o pronome *quem* não ocorre em nenhum contexto resuntivo.

#### 6.4.1. O elemento introdutor das orações relativas resuntivas

Em PE, o elemento que introduz as orações relativas resuntivas é o morfema *que*. Segundo Alexandre (2000, p. 72), “A partir da observação dos *corpora* de enunciados de

relativas resuntivas em PE, constata-se que o elemento que introduz as relativas formadas pela estratégia resumptiva é, tipicamente, o morfema invariável *que*, morfofonologicamente igual ao elemento *que*, em PE, introduz frases subordinadas completivas”. Ao considerar que o morfema que introduz estas construções é invariável e igual ao morfema *que* que introduz as orações completivas, Alexandre (2000) assume a posição clássica de que esse elemento deve ser tratado como um complementador, tal como haviam assumido Gonçalves (1997), Brito (1988), Brito (1991), Tarallo (1983) entre outros. Os dados do presente corpus, contudo, revelam que, em PM, o morfema *que* não é o único relativizador que introduz orações resuntivas. Atente-se às construções em (149) e (150).

(149) Pergunto isto, porque assisto dia após dia, certos comportamentos inadequados, |  
cujos | eles são condicionados pelos agentes marginais.

(150) fazer visita das minhas famílias todas | onde | la me diverti com as minhas amigas  
reservar um tempo preparar matéria da escola onde preparei toda

No exemplo (149), a oração relativa genitiva é introduzida pelo morfema *cujos* e em (150) a oração relativa é introduzida pelo morfema *onde*. Assim sendo, pode-se concluir que, para além do morfema *que*, os morfemas *cujo* e *onde*, no PM, podem introduzir orações resuntivas.

O morfema *cujo*, nestas construções, exhibe duplo comportamento, como se depreende nas frases em (151).

(151)

a. Os praticantes do acto | cujo | a pena sobre o *acto* tinha que ser muito pesada de modo  
a desencorajar a outros praticantes do mesmo

b. Pergunto isto, porque assisto dia após dia, certos comportamentos inadequados, | cujos  
| *eles* são condicionados pelos agentes marginais.

Em (151a), o morfema *cujo* não concorda em género com o nome do qual depende, que é, neste caso, a expressão *a pena*. Esta característica aproxima-o ao relativizador *que*, que não ocorre com preposição. Para além desta característica, o morfema *cujo* que ocorre neste tipo de relativas não funciona como determinante. Assim sendo, tal como se assumiu com o

morfema *que*, considera-se que esta palavra, nestas circunstâncias, atua como um complementador e não como um pronome relativo. Igualmente, é um complementador o morfema *cujos* patente em (151b), pelo facto de não receber o Caso genitivo.

A gramática luso-brasileira considera que o pronome *onde* possui, dentro de si, a preposição *em*. Na construção em (150), este morfema não exhibe marcas de Caso, já que o seu antecedente não é um locativo e o local de onde era suposto partir o movimento não pode ser ocupado por um locativo. Assim sendo, propõe-se que este morfema seja considerado também um verdadeiro complementador neste exemplo.

#### 6.4.2. Elementos resuntivos

A literatura existente mostra que há diferenças entre as variedades do português no que respeita à estratégia resuntiva. Chimbutane (1995, p. 28) discute essas estratégias, a partir de frases como as de (152).

(152)

- a. Encontrei uma pessoa [que não a via desde criança] PM
- b. ...há certos trabalhos [que mulheres não o podem fazer] PE
- c. o buraco [que taparam ele outro dia] PB

Para o autor, no PM e no PE, o resuntivo é um clítico acusativo, ao passo que, no PB, usa-se o pronome pessoal tónico. Porém, os exemplos de Alexandre (2000, p. 157) ilustram igualmente que no PE ocorrem relativas resuntivas com pronome pessoal tónico (153).

(153)

- a. Eu morava no monte vim para (Pavia) esperar *a minha avó*<sub>i</sub> [CP que *ela*<sub>i</sub> vinha também encher
- b. ... eu até conheci *um padre*<sub>i</sub> [CP que dizia *ele*<sub>i</sub> assim: “as riquezas do (Barroso)”].

A partir de frases do corpus de Alexandre (2000), pode-se notar que, no PE, há uma diversidade de elementos resuntivos, como se ilustra em (154).

(154)

- a. ... mas há *caldeirada de cabrito*<sub>i</sub> [CP que *isso*<sub>i</sub> é um prato que se usa lá na altura do Natal] ...
- b. ... que tem setenta e quatro anos, está a viver com *duas irmãs solteiras*<sub>i</sub> [CP que *uma*<sub>i</sub> por acaso é cozinha], e ... pois já ...
- c. ... ele houve um determinado programa dele que ele pôs *um problema*<sub>i</sub>, [CP que eu conheço muito bem, *esse problema*<sub>i</sub> ].
- d. Não sou... eu não, sou antiga! Sou antiga, então, há *certas coisas*<sub>i</sub> [CP que não *as*<sub>i</sub> compreendo e *as*<sub>i</sub> acho bem]. Então? Então?
- e. Não sei lá porquê mas *a malta novai*, essa que era *a*<sub>i</sub> [CP que eu gostava *dela*<sub>i</sub>lá]..
- f. ... num ponto interessante – acontece que, eu como fui *no centro*<sub>i</sub> [CP em que Estudei *lá*<sub>i</sub>], sou obrigado a deslocar-me várias vezes ...

Como se pode notar, no PE, os elementos resuntivos podem ser um pronome demonstrativo (154a), um pronome indefinido (154b), um NP (154c), um clítico pronominal (154d), um SP (154e), um advérbio de lugar (154f).

No caso concreto do PM, para além do advérbio *lá* como em (150), também ocorrem como elementos resuntivos os pronomes pessoais retos, como em (151b), pronome possessivo, (148a) e NP (148c). Portanto, tal como no PE, há, no PM, uma diversidade de materiais lexicais que concorrem para saturar o lugar reservado ao elemento *relativizado* remetendo para o antecedente e atuando como resuntivos. Essa similaridade de elementos resuntivos no PE e no PM significa que ambas as variedades lançam mão da mesma estratégia geral na formação deste tipo de relativa. A diferença mais significativa entre as duas variedades está nos morfemas que podem funcionar como complementadores nestas construções, com o PM a alargar essa função aos morfemas *cujo* e *onde*.

### 6.5. Construções relativas locativas envolvendo o morfema *onde*

Procura-se, nesta parte do trabalho, analisar as construções relativas restritivas introduzidas pelo morfema *onde*. No PE, este morfema retoma anaforicamente constituintes locativos que desempenhem as funções sintáticas de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial de lugar. Neste corpus, foram registadas 82 entradas envolvendo o morfema *onde*, que se seguem abaixo, na Tabela 21.

**Tabela 21: Distribuição das construções relativas envolvendo o morfema *onde***

Escolaridade	Locativas		Total
	n	%	
<b>A</b>	24	21%	112
<b>B</b>	14	8%	175
<b>C</b>	26	10%	255
<b>D</b>	18	7%	273
<b>Total</b>	82	10%	815

A Tabela 21 ilustra que houve, no Nível A, 21% de entradas relativas, no Nível B, 8%, 10% do Nível C e 7% de entradas no Nível D envolvendo o morfema *onde*. De uma forma geral, foram geradas 10% de frases relativas envolvendo o morfema *onde*, das 815 entradas.

A Tabela 22 ilustra a proporção de entradas convergentes e divergentes em função dos níveis de escolaridade, no corpus.

**Tabela 22: Distribuição das orações relativas locativas divergentes e convergentes**

Escolaridade	Divergente		Convergente		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	8	33%	16	67%	24	29%
<b>B</b>	7	50%	7	50%	14	17%
<b>C</b>	1	4%	25	96%	26	32%
<b>D</b>	9	50%	9	50%	18	21%
<b>Total</b>	25	30%	57	70%	82	100%

Houve 82 entradas envolvendo o morfema *onde*, das quais 24 (29%) são do Nível A, 14 (17%) são do Nível B, 26 (32%) são do Nível C e, finalmente, 18 entradas (21%) são do Nível D. De modo algo surpreendente, a percentagem de relativas divergentes no Nível A é inferior à dos níveis B e D.

De uma forma geral, relativamente à distribuição das frases pelas variáveis convergentes e divergentes, a tabela ilustra que foram registadas 57 frases (70%) envolvendo o morfema *onde*, consideradas convergentes e 25 entradas (30%) consideradas divergentes. As entradas divergentes são as relativas de sujeito, de complemento direto e genitivo introduzidas pelo morfema *onde*. Para além deste tipo de relativas, a noção de relativa divergente inclui as relativas com antecedente temporal, as de duplo morfema e as relativas resuntivas.

### 6.5.1. Construções relativas introduzidas pelo morfema *onde*: entradas convergentes

Esta parte do trabalho vai procurar descrever as construções relativas de *onde* que estão conforme a norma do PE padrão. Nesta variedade, o morfema *onde* é um advérbio; como tal, pode desempenhar a função de complemento oblíquo ou então a de adjunto adverbial. Assim, consideraram-se construções relativas convergentes as frases em (155).

(155)

- a. Há *um rio* | onde | passamos o dia juntos
- b. *a Vila* | onde | eu nasci
- c. | Onde | ocorre violência não há paz nem felicidade

No PM, tal como no PE, estas construções podem ocorrer com antecedente explícito, tal como se verifica em (155a) e (155b) ou com antecedente implícito, como ocorre em (155c). O antecedente é uma expressão com o traço [+locativo], tal como a norma do PE prescreve.

A Tabela 23 ilustra a distribuição das entradas convergentes com a função sintática de complemento oblíquo e de adjunto adverbial.

Tabela 23: Distribuição das entradas convergentes por funções sintáticas

Escolaridade	Funções Sintáticas				Total	
	Oblíquo		Adj. Adv.		n	%
	n	%	n	%		
A	4	25%	12	75%	16	28%
B	2	28,5%	5	71,4%	7	12,2%
C	5	20%	20	80%	25	43,8%
D	3	33,3%	6	66,6%	9	15,7%
<b>Total</b>	14	24,5%	43	75,4%	57	100%

Há 14 entradas (24,5%) em que *onde* desempenha a função sintática de complemento oblíquo e 43 entradas (75,4%) em que desempenha a função sintática de adjunto adverbial. Os informantes do Nível C possuem mais entradas em contextos convergentes (43,8%), seguidos pelos informantes do Nível A (28%).

### 6.5.2. Construções relativas introduzidas pelo morfema *onde*: entradas divergentes

#### 6.5.2.1. Introdução

O objetivo desta parte do trabalho é descrever como se processam as relativas

restritivas introduzidas pelo morfema *onde*, em contextos divergentes. Pela natureza do trabalho, em alguns casos concretos e pontuais, são explicadas as principais causas que podem estar na origem da emergência destas construções.

Na Secção 6.5.2.2, discute-se a coocorrência de dois morfemas relativos contíguos (*onde* e *que*), na mesma oração. Este tipo de orações relativas foi já descrito por Gonçalves (1998) como sendo possíveis no português falado em Maputo.

As relativas de *onde* com antecedente temporal vão ser alvo de análise na Secção 6.4.2.3. Alguns autores (cf. Wache, 2018; Lindonde, 2002) não estranham a ocorrência deste fenómeno no português, pois entendem que não afeta as relações sintáticas e que, na verdade, o tempo e o lugar são “duas faces da mesma moeda”, já que dificilmente se fala do tempo sem que se fale do lugar e dificilmente se fala de um lugar sem se falar de tempo.

Já na Secção 6.4.2.4, analisam-se construções em que o morfema *onde* desempenha a função sintática de sujeito. Apesar de o antecedente do advérbio relativo *onde* ser locativo e por essa via preencher os requisitos exigidos por este morfema, o lugar de origem do movimento desse advérbio é a posição de sujeito.

No corpus, houve igualmente entradas em que o morfema *onde* desempenha a função sintática de genitivo. Este último grupo de relativas, envolvendo este morfema, será analisado na secção reservada às construções genitivas. A Tabela 24 que ilustra a distribuição das funções sintáticas em função do nível de escolaridade:

**Tabela 24: Funções sintáticas em orações divergentes**

Escolaridade	Função sintática								Total	
	Sujeito		Oblíquo		Adjunto		Genitivo			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>A</b>	0	0	1	33,3%	6	42,8%	1	20%	8	32
<b>B</b>	2	66,6%	0	0	1	7,1%	4	80%	7	28
<b>C</b>	0	0	1	33,3%	0	0	0	0	1	4
<b>D</b>	1	33,3%	1	33,3%	7	50%	0	0	9	36
<b>Total</b>	3	12%	3	12%	14	56%	5	20%	25	100

A Tabela 24 ilustra que houve 3 entradas em que o morfema *onde* desempenha a função sintática de sujeito (12%), 3 entradas divergentes (12%), com a função de complemento oblíquo, 14 entradas (56%) com a função de adjunto adverbial e 5 entradas (20%) com a função de genitivo. Nos trabalhos de Wache (2018) e Lindonde (2002, 2018), há registos de entradas em que o morfema *onde* desempenha a função sintática de complemento direto.

Contudo, neste trabalho, não foram registradas entradas em que este morfema desempenha tal função sintática.

### 6.5.2.2. As relativas de duplo morfema

As relativas de duplo morfema são construções em que o pronome relativo *onde* coocorre com o complementador *que*.

(156)

- a. Férias para um são momentos livres / *onde* / *que* pessoas fazem uma viagem
- b. muitos adquirem a esse caminho / *onde* / *que* o fim é muito doloroso para ambos.

A distribuição das ocorrências de relativas de duplo morfema por nível de escolaridade e por função sintática é a seguinte:

**Tabela 25: Relativas de duplo morfema por Nível de Escolaridade e Função Sintática**

Função	Escolaridade								Total	
	A		B		C		D			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Adjunto</b>	3	17%	0	0	0	0	0	0	3	5%
<b>Genitivo</b>	1	100%	2	50%	0	0	0	0	3	60%
<b>Oblíquo</b>	1	20%	0	0	0	0	0	0	1	6%
<b>Sujeito</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	5	21%	2	14%	0	0	0	0	7	9%

Estes dados revelam que este tipo de relativa ocorre predominantemente em falantes de Nível A. Com efeito, Gonçalves (1998) descreveu este fenômeno como ocorrendo no PM em informantes menos escolarizados e na oralidade.

Notando o mesmo fenômeno nos seus informantes, Lindonde (2018, p. 114) levanta duas hipóteses explicativas. De acordo com o autor, “a primeira hipótese de ocorrência deste fenômeno está relacionada com o facto de se considerar a sequência ‘onde que’ como forma de locução pronominal relativa, em que o morfema ‘que’ teria o estatuto de partícula de realce, podendo ser facilmente suprimido e o morfema ‘onde’ seria basicamente gerado em Sadv de SV.” Sem muita discussão, o autor refuta esta hipótese, com o argumento de que não existem outros morfemas relativos realçados/enfatizados em português. O autor esboça uma segunda hipótese, a qual considera o morfema *que* como um complementador, sendo

basicamente gerado no núcleo de SCOMP e o morfema *onde*, patente nestas construções, seria então interpretado como sendo um morfema relativo, ocupando na estrutura profunda a posição de SAdv de SV, como um OBL argumental ou não argumental do verbo da oração relativa. Para o autor, “a relação operador-variável é assegurada pelo movimento do constituinte *onde* para a posição de ESP de SCOMP que, na frase, se encontra disponível. Por conseguinte, o vestígio deixado na posição de origem será coindexado com o constituinte movido” (Lindonde, 2018, p. 114).

Os exemplos que em (157) são de Lindonde (ibidem, p. 113) e elucidam a ocorrência do fenómeno descrito em seus informantes.

(157)

- a. Nós artistas não temos sítios próprios [**onde que** podemos apresentar os nossos trabalhos.]
- b. Vou ao clube [**onde que** me deram melhores condições.]
- c. Este tipo de parque [**onde que** ele tem o direito de estacionar o seu veículo] deve ser identificado
- d. Fora das localidades, é proibido estacionar na faixa de rodagem [**por onde que** passam os veículos.]
- e. Esta língua não sofreu nenhuma influência de outras, como acontece com outras zonas [**onde que** o Shimakonde sofreu uma arabização.]
- f. Temos estes locais [**onde que** as populações resgatadas estão sendo alojadas.]
- g. Sapinda não é um local [**onde que** a população se devia queixar muito].

Os fenómenos como os descritos em (157) por Lindonde (2018), no nosso corpus, ocorrem em alunos de Nível A, os quais não usam nem o morfema *cujo* nem a locução *em que* nas construções relativas. Assim, o uso destes dois morfemas contiguamente pode ser uma estratégia de relativização que é usada para substituir os morfemas *cujo* e *em que*.

Júnior e Temponi (2016, p. 114), para explicarem este fenómeno no contexto brasileiro, recorrem a Chomsky (1995), segundo o qual “qualquer estrutura formada pela computação [...] é constituída por elementos já presentes nos itens lexicais seleccionados para N [numeração]; nenhum objecto novo é acrescentado no decurso da computação, à parte o rearranjo de propriedades lexicais.” (Chomsky, 1999 [1995], p. 318). Nas palavras dos autores,

Chomsky relaciona a mudança na estrutura linguística à necessidade de satisfação de um conjunto de traços, o qual não consegue ser pronunciado em um único item lexical. Na sequência, os autores referem que:

o fato de as ocorrências com **onde que** estarem presentes em sentenças com verbos diversos, em textos escritos de gêneros variados e ilustrativos de distintos graus de formalidade parece reforçar a ideia de que tais estruturas não constituem eventos ocasionais e, desse modo, representam uma nova estratégia de relativização – o que implica concluir que o **onde** e o **que** já estejam, de fato, previstos de DP e a numeração. (Júnior & Temponi, 2016, p. 114).

Como se depreende desta discussão, este fenómeno não ocorre exclusivamente no PM, pois no contexto brasileiro também ocorrem os morfemas *onde que* contiguamente. Este facto sugere que está em marcha sincronicamente uma gramática que dá legitimidade a este tipo de construções. Apesar dessa distribuição diatópica, não se pode assumir que estas construções sejam acolhidas pelo emergente PM, porque, no contexto moçambicano, tanto os dados do presente trabalho, como os de Lindonde (2018) mostram que a produção deste tipo de frases ocorre em informantes menos escolarizados. Portanto, parecem estruturas que, com a escolarização, desaparecem, já que, como se disse, não surgem em estágios posteriores de escolarização.

A seguir, analisam-se as construções em que o morfema *onde* tem antecedente temporal.

### 6.5.2.3. As relativas de *onde* com antecedente temporal

As relativas introduzidas pelo morfema *onde* com antecedente temporal já vêm sendo estudadas por Lindonde (2002) e Wache (2018). A característica básica deste tipo de orações é o emprego deste morfema com o valor de localização temporal. São construções como as que se exibem em (158).

(158)

- a. por volta das 18 horas, | onde | uma viatura de cor cinzenta cruzou connosco
- b. das 18:00h às 19:35 minutos, | onde | meu colega iniciou a aula
- c. Com excepção de 1994, | onde | tivemos as verdadeiras eleições democráticas

As expressões *as 18 horas*, em (158a) e em (158b) e *1994* em (158c) são temporais e o morfema *onde* funciona como adjunto adverbial de localização temporal. Estas construções exibem igualmente vestígio e movimento do advérbio relativo. Deparando-se com este fenómeno, Wache (2018) e Lindonde (2002) minimizam-no e propõem que, no PM, sejam considerados locativos os adjuntos adverbiais temporais. Para justificar esta posição, os autores socorrem-se da teoria de espaço e tempo de Batoréo (2000, p. 36), segundo a qual o Espaço e o Tempo são, por assim dizer, duas faces da mesma moeda, cujas fronteiras não podem ser facilmente determinadas. Lindonde (2002) conclui que, neste tipo de construções, não se afetam as relações sintáticas entre os constituintes das frases em que o morfema *onde* ocorre. Repare-se que é devido à semelhança entre as duas categorias que, em português, o morfema *em que* pode introduzir tanto orações adverbiais temporais como as adverbiais ou oblíquas locativas. Convém sublinhar, a este propósito, que os casos de relativa de *onde* temporal ocorrem em informantes do Nível D, o que sugere que se trata, de facto, de um fenómeno que já é atestado na língua escrita cuidada. Mesmo assim, os exemplos são apenas 3, o que não justifica que se afirme que é produtivo.

#### 6.5.2.4. *Onde* em relativas de sujeito

No PE padrão, *onde* é um advérbio e, como tal, não pode desempenhar a função sintática de sujeito. No PM, fenómenos desta natureza já foram descritos por Wache (2018), Diniz (1986) e Lindonde (2002) e (2018). São construções como as de (159).

(159)

- a. este trabalho, | onde | fundamentar-se-á no capítulo que se segue,
- b. a seguir a este, | onde | coloca apenas os indicadores comuns para cada dimensão de análise.
- c. O autor do relatório fazia parte num grupo | onde | recebeu a credencial
- d. a directora da mesma instituição, | onde | reforçava, contribuição
- f. a comissão especializada, | onde | alinhou com os colegas do sector.

Nas construções de (159), não é possível interpretar o pronome *onde* como locativo. Porém, no PE padrão, para que a relativização de *onde* se efetue plenamente, é obrigatório que esse morfema seja um locativo que desempenhe as funções de complemento oblíquo ou

um adjunto. Nos exemplos de (159), o morfema *onde* está associado ao argumento que desempenha a função de sujeito da oração subordinada.

No corpus do presente trabalho, estas relativas de sujeito introduzidas por *onde* não ocorrem em informantes do Nível A e C. Mas este tipo de problema ocorreu igualmente em informantes de Diniz (1986), que tinham 4.<sup>a</sup> classe, em trabalhos escritos. Nesse estudo, a autora defende que a associação do morfema *onde* à função sintática de sujeito está intrinsecamente ligada ao facto de os seus informantes não possuírem domínio dos relativizadores que devem ser usados em cada contexto. Essa falta de domínio, nas palavras da autora, deve-se às suas línguas maternas que, neste caso, são do grupo bantu. Esta hipótese, é rebatida por Wache (2018), recorrendo ao facto de fenómenos similares estarem a ocorrer no PE, usando, para tal, exemplos de Peres e Mória (1995). Na sequência, Wache (2018) refere que não parece plausível que o não domínio dos contextos sintáticos e semânticos do uso dos relativizadores e do morfema *onde*, em particular, seja originado por estes informantes possuírem a língua materna do grupo bantu. Peres e Mória (1995), em *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, com informantes de alto grau de escolaridade, demonstram que o problema de escolha do relativizador que se adegue aos contextos sintáticos-semânticos é também dos portugueses. Nesse artigo, os autores mostram que o pronome relativo *onde*, no português moderno, ocupa igualmente a função de sujeito, em frases como a patente em (160).

(160) recenseamento (...) levou, por exemplo, a que fossem localizados dois ninhos nos arredores de Aveiro, local *onde*, segundo os ecologistas, há cinco anos que não era utilizado pelas cegonhas para se reproduzirem.<sup>16</sup>

Portanto, pode-se concluir que, na gramática dos falantes escolarizados do PM, o morfema relativo *onde* tem um uso mais abrangente do que na gramática do PE padrão. Na variedade padrão, este relativizador é categorialmente um advérbio, pelo que está limitado aos contextos em que um SAdv pode ocorrer (complemento oblíquo ou adjunto). No PM, tudo indica que essa especificação categorial se perdeu, sendo este morfema subespecificado relativamente ao traço categorial.

---

<sup>16</sup>O itálico é nosso.

## 6.6. As falsas relativas

Como o nome indica, as falsas relativas são casos em que não há conexão entre o antecedente e uma posição no interior da oração. São construções como as de (161).

(161)

- a. O autor José Saramago aponta vários factores que entre os quais alguns defendem a existência de Deus como sendo responsável pelas vinganças
- b. Até que num dia conheci uma moça | que | depois ficamos muito amigas,

Nas construções em (161), como se disse, não se vislumbra o lugar de onde partiu o movimento do constituinte relativo. Neste trabalho, foram registadas 9 construções que foram consideradas falsas relativas. A tabela que se segue ilustra as entradas gerais por nível de escolaridade.

**Tabela 26: Distribuição das falsas relativas**

Escolaridade	Falsas relativas		Total
	n	%	
<b>A</b>	3	2,6%	112
<b>B</b>	2	1,1%	175
<b>C</b>	2	0,7%	255
<b>D</b>	2	0,7%	273
<b>Total</b>	9	1,1%	815

A Tabela 26 ilustra que todos os níveis de escolaridade produzem as falsas relativas, sendo que a maior incidência de produção deste tipo de orações recai sobre os informantes do Nível A e a menor, em informantes do Nível D. De uma forma geral, a proporção das falsas relativas no corpus é de 1,1%.

Na Tabela 27 ilustram-se a tipologia de morfemas que introduzem as falsas relativas.

**Tabela 27: Tipologia de morfemas que introduzem as falsas relativas**

Escolaridade	<i>que</i>		<i>onde</i>		<i>cujo</i>		<i>quem</i>		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	
<b>A</b>	3	2,6%	0	0	0	0	0	0	112
<b>B</b>	1	0,5%	0	0	1	0,5%	0	0	175
<b>C</b>	2	0,7%	0	0	0	0	0	0	255
<b>D</b>	2	0,7%	0	0	0	0	0	0	273
<b>Total</b>	8	0,9%	0	0	1	0,1%	0	0	815

O Nível A apresenta maior proporção de falsas relativas (2,6%). A tabela ilustra que não há ocorrências de falsas relativas com os morfemas *onde* e *quem*. O morfema-complementador *que* ocorre em grande parte dos contextos de falsas relativas.

### 6.7. As construções relativas genitivas

Nesta parte, apresentam-se, analisam-se e discutem-se as construções relativas genitivas encontradas no *corpus*. Primeiro, apresentam-se os resultados e, de seguida, analisam-se as construções relativas genitivas divergentes detetadas.

Foram registadas 21 construções relativas genitivas, de um total de 815 ocorrências de orações relativas. A Tabela 28 indica a distribuição das ocorrências de orações relativas genitivas em função do grau de escolaridade do informante.

**Tabela 28: Distribuição das orações relativas genitivas no corpus**

Escolaridade	Genitivo		Total
	n	%	
<b>A</b>	1	0,8%	112
<b>B</b>	10	5,7%	175
<b>C</b>	5	2,9%	255
<b>D</b>	5	1,85%	273
<b>Total</b>	21	2,5%	815

O corpus forneceu apenas 3 entradas de orações relativas genitivas que se possam considerar convergentes, correspondentes a 14,2%. A Tabela 29 ilustra a proporção de entradas convergentes e divergentes em função dos níveis de escolaridade.

**Tabela 29: Proporção de relativas convergentes e divergentes em função da escolaridade**

Escolaridade	Divergente		Convergente		Total
	n	%	n	%	
<b>A</b>	1	100%	0	0	1
<b>B</b>	9	90%	1	10%	10
<b>C</b>	4	80%	1	20%	5
<b>D</b>	4	80%	1	20%	5
<b>Total</b>	18	85,7%	3	14,2%	21

A Tabela 29 mostra que foi registada apenas uma construção relativa genitiva (não convergente) em informantes do Nível A. Nos textos produzidos pelos falantes deste nível, a pronominalização genitiva é atestada, mas não envolve relativização. Foram atestadas construções como as que estão patentes em (162).

(162)

- a. Vou ir na moagem vou vender produto | dele |.
- b. vou para changara com meu tio nome | dele | é domingos vem ficar durante cinco
- c. é um prédio bonito que na maior parte | dele | é constituído por vidro

Estes exemplos constituem estruturas paratáticas, formadas por orações justapostas que estabelecem entre si um nexos anafórico mediado pelo pronome oblíquo. Este tipo de estruturas não é atestado nos textos dos informantes dos níveis subsequentes, o que significa que corresponde a uma fase do processo de aquisição da relativização genitiva, sendo, por isso, passageiro, pelo menos na escrita. Este facto é importante, já que revela que a relativização genitiva é de aquisição tardia. Note-se que os dados da Tabela 29 revelam que os textos dos informantes de Nível A contêm orações relativas de outros tipos (um total de 112), o que constitui prova de que dominam a relativização. É apenas no caso da relativização genitiva que é atestado um exemplo, o que se deve à complexidade inerente deste tipo particular de oração relativa.

Regressando à Tabela 29, verifica-se ainda que houve apenas 3 entradas de construções genitivas convergentes no corpus, distribuídas de forma equitativa pelos Níveis B, C e D. Este facto vem de novo confirmar o elevado grau de dificuldade deste tipo de construção relativa. As 3 (14,2%) construções consideradas convergentes são as que se seguem em (163), nas quais

se marcou o vestígio do movimento do constituinte relativo.<sup>17</sup>

(163)

- a. de nada porque assim que apresentar seu problema, [[*cuja<sub>i</sub>* solução *t<sub>i</sub>*] vem na hora]
- b. a permanente pobreza absoluta, [[*cuja<sub>i</sub>* guerra *t<sub>i</sub>*] está declarada no nosso país]
- c. Era um cabeludo de estatura normal [em [*cujo<sub>i</sub>* rosto *t<sub>i</sub>*]] se lia o alcorão]

Em todos estes exemplos, a oração relativa é introduzida pelo morfema *cujo*. Com efeito, não foi registrada nenhuma frase convergente envolvendo o morfema *que*.

Na variedade padrão do PE, os morfemas *que* e *qual* antecidos pela preposição *de* e o morfema *cujo* são os únicos que introduzem orações relativas genitivas. No presente corpus, porém, para além dos morfemas *que* e *cujo*, é também atestado o morfema *onde*. Do conjunto de 21 orações relativas atestadas no corpus, 11 são introduzidas pelo morfema *cujo*, 5 são introduzidas por *que* e 5 são introduzidas pelo morfema *onde*.

A Tabela 30 apresenta a distribuição das diferentes formas por nível de escolaridade. Como se pode verificar, o uso de *onde* decresce nos dois níveis de escolaridade mais altos; inversamente, as ocorrências de *que* são mais elevadas no nível mais alto de escolaridade.

Tabela 30: Os morfemas relativos atestados no corpus

Nível de Escolaridade	<i>cujo</i>		<i>onde</i>		<i>que</i>		Total
	n	%	n	%	n	%	
<b>A</b>	0	0	1	100%	0	0	1
<b>B</b>	6	60%	3	30%	1	10%	10
<b>C</b>	4	80%	0	0%	1	20%	5
<b>D</b>	2	40%	0	0%	3	60%	5

Para além das orações introduzidas pelo morfema *onde* (164c), as construções genitivas não convergentes incluem falsas relativas (164d) e relativas cortadoras (164e). Relativamente às construções com *cujo*, foram consideradas divergentes aquelas em que este morfema ocorre com um determinante definido (164a) e com um pronome possessivo (relativa resuntiva, 164b).

<sup>17</sup>Como em outras construções consideradas convergentes, considerou-se apenas o processo de construção da oração relativa, desprezando-se, deste modo, os restantes problemas que a frase possa exibir.

(164)

- a. é acto injustificável | cujo | o praticante acha que tem motivos suficientes pela pratica
- b. O avaliado | cujo | seu principal papel é ouvinte
- c. muitos adquirem a esse caminho | onde | o fim é muito doloroso para ambos.
- d. Até que num dia conheci uma moça | que | depois ficamos muito amigas, ela era que nem uma irmã para mim.
- e. De natureza o aborto é uma ação maldosa | que | a ideia central é eliminar uma vítima inocente por atos cometidos por eles

A Tabela 31 ilustra a distribuição dos tipos de entradas não convergentes no *corpus* por nível de escolaridade:

**Tabela 31: Distribuição dos tipos de entradas não convergentes no corpus por Escolaridade**

Escolaridade	Cortadora	Resuntiva	Falsa relativa	Uso de <i>onde</i>	<i>cujo</i> com artigo
<b>A</b>	0	0	0	1	0
<b>B</b>	1	1	1	3	4
<b>C</b>	0	2	0	0	2
<b>D</b>	2	1	2	1	0
<b>Total</b>	3	4	3	5	6

Como se pode verificar, os diversos tipos de relativa genitiva não convergentes distribuem-se pelos três níveis de escolaridade, não parecendo haver diferenças significativas entre eles. Nas secções que se seguem, discute-se os principais subtipos de construções divergentes detetados.

### 6.7.1. As relativas cortadoras genitivas

As orações relativas genitivas que exibem a omissão da preposição são todas as que são introduzidas pelo morfema *que*.

(165)

- a. De natureza o aborto é uma ação maldosa | que | a ideia central é eliminar uma vítima inocente por atos cometidos por eles
- b. Finalmente podemos ou posso considerar a lingua uma coisa ou um instrumento | que | o homem não pode viver dissociada dele

A frase (165b) contém uma oração relativa genitiva que possui as características de oração cortadora, porque não exibe a preposição que deveria ocorrer com o morfema *que*, mas também possui características de oração resuntiva, já que o lugar de onde era suposto partir o movimento do constituinte relativo está preenchido por um pronome oblíquo resuntivo (*dele*). Apesar dessa propriedade, este exemplo inclui-se também na classe das relativas cortadoras. Em (166), retomam-se as frases em (165) e insere-se a preposição cortada.

(166)

- a. De natureza o aborto é [NPuma ação maldosa<sub>i</sub>][CP*de que*<sub>i</sub>[NP a ideia central<sub>t<sub>i</sub></sub>] é eliminar uma vítima inocente ]
- b. a lingua uma coisa ou [NPum instrumento<sub>i</sub>][CP*de que* o homem não pode viver [NPdissociada<sub>t<sub>i</sub></sub>]

Neste corpus, todas as orações relativas genitivas que são introduzidas pelo morfema *que* são relativas cortadoras. Este tipo de relativa ocorre maioritariamente na escrita dos universitários.

### 6.7.2 As relativas de genitivo introduzidas pelo pronome *onde*

As construções relativas introduzidas por *onde* são como as que se apresentam em (167).

(167)

- a. muitos adquirem a esse caminho | onde | o fim é muito doloroso para ambos.
- b. uma gravidez indesejada, | onde | a decisão pode partir dela
- c. o comportamento de uma pessoa | onde | a imitação constitui a base de todo o processo.

Em todos estes exemplos, o pronome *onde* relativiza a posição de complemento determinativo, sendo, assim, passível de ser substituído por uma forma relativa genitiva.

(168)

- a. [NP uma gravidez indesejada]<sub>i</sub>, [CP *da qual*<sub>i</sub> [NP a decisão *t<sub>i</sub>*] pode partir dela, ]
- b. o comportamento de [uma pessoa]<sub>i</sub> [CP *da qual*<sub>i</sub> [ a imitação *t<sub>i</sub>*] constitui a base de todo o processo]
- c. muitos adquirem a [esse caminho]<sub>i</sub> [CP *do qual*<sub>i</sub> [o fim *t<sub>i</sub>*] é muito doloroso para ambos].

Não é do nosso conhecimento que fenómenos semelhantes tenham sido descritos para o PE, pelo que não é de excluir a hipótese de este ser um fenómeno próprio do PM. Com efeito, o morfema *onde*, no nosso corpus, aparece associado a uma variedade de funções sintáticas: sujeito (169) e genitivo.

(169) este trabalho, | onde | fundamentar-se-á no capítulo que se segue,

Em face desta distribuição, pode colocar-se hipótese de, na gramática destes falantes, este morfema ser subespecificado relativamente ao traço categorial, o que explicaria a sua flexibilidade enquanto elemento capaz de pronominalizar sintagmas de diferentes categorias, incluindo complementos genitivos.

### 6.7.3. As relativas genitivas de *cujo*

Dentro das relativas de genitivo com o morfema *cujo* produzidas pelos informantes, é a seguinte a distribuição das produções divergentes por nível de escolaridade:

Tabela 32: Relativas genitivas de *cujo*

Nível de Escolaridade	Relativas de cujo		Total
	Rel. divergentes		
	n	%	
B	5	83%	6
C	3	75%	4
D	1	50%	2

Apesar de os números serem reduzidos, é possível afirmar que, em termos percentuais, há uma diminuição na proporção de produções divergentes à medida que o nível de escolaridade aumenta.

Os problemas verificados com as relativas de *cujo* são de vária ordem. Estas dificuldades

estão intrinsecamente relacionadas com o facto de este tipo de oração relativa não ser adquirido naturalmente, mas aprendido em contexto escolar. Acresce ainda que as línguas bantu, que são a L1 destes informantes, não possuem um único pronome relativo que marque o caso genitivo.

O facto de o morfema *cujo* ser aprendido exclusivamente em contexto escolar não está limitado a Moçambique. Arim, Ramilo e Freitas (2003, p. 286) reportam igualmente que, no PE, este morfema está a desaparecer no discurso oral, e é aprendido na escola. Bagno (2001), citado por Arim, Ramilo e Freitas (2003, p. 286), explica que a tendência para o desaparecimento do pronome *cujo*, no PE, se deve ao facto de esta palavra ter perdido algumas das funções que desempenhou em estádios anteriores da língua, como a de pronome interrogativo:

(170) *Cuja é esta caveira?*

Esta frase tinha um valor equivalente ao atual:

(171) *De quem é esta caveira?*

Deste modo, verifica-se que, em ambas as variedades do português, as relativas de *cujo* pertencem a um registo formal, sendo primordialmente usadas na modalidade escrita, o que explica as dificuldades dos falantes em usar este tipo de construções.

Nesta seção, examinaram-se os diferentes tipos de problemas verificados no emprego do pronome relativo *cujo* neste corpus. Como se poderá notar, alguns desses problemas não são específicos do PM, tendo sido também atestados em PE.

#### **6.7.4. As relativas de *cujo* com determinante artigo**

Nesta subseção, procura-se estudar fenómenos linguísticos relacionados com o facto de a pró-forma *cujo* coocorrer com determinante artigo. Atente-se nas construções em (172).

(172)

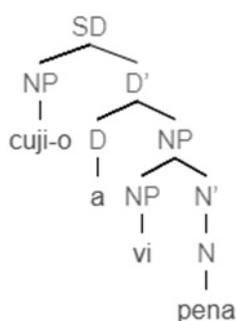
a. *é acto injustificável | cujo | o praticante acha que tem motivos suficientes pela pratica*

- b. Os praticantes do acto | cujo | a pena sobre o acto tinha que ser muito pesada de modo a desencorajar a outros praticantes do mesmo
- c. Directa ou indirectamente o namoro | cuja | a finalidade é obter bens materiais pode influenciar
- d. Moçambique, sendo um dos países | cuja | a governação era da linha política “Marxista-Leninista” não teve outra opção senão abandonar essa

Nas frases em (172), verifica-se que o pronome *cujo* coocorre com o determinante artigo *o*. A par da presença do artigo, verifica-se ainda que, nestes exemplos, o pronome relativo *cujo* não concorda em número com o nome de que depende (172b). Esta constatação de que o morfema *cujo* tende a comportar-se como um morfema sem concordância em número não é nova. O trabalho de Silva (2011), que procura estudar como é que os alunos aprendem as construções relativas no português do Brasil, também constatou a tendência de o morfema *cujo* se despir de marcas de concordância em género e número e de marcação casual, tendo, por isso, chamado esse comportamento do morfema *cujo* de invariável.

No contexto da análise da sintaxe das relativas de *cujo*, uma hipótese de explicação destes dados consiste em propor que a gramática destes falantes não contém a regra de *merger* morfológico que funde o morfema *cuj-* e o artigo. Deste modo, o morfema genitivo e o artigo são realizados como palavras morfológicas independentes. Nesta perspetiva, o facto de o morfema genitivo assumir uma forma invariável não é surpreendente. Para constituir uma palavra independente, o radical *cuj-* tem de receber um índice temático. Este pode assumir uma forma concordante em género e número com o nome (172 c, 172d) ou uma forma atribuída *por defeito*, nomeadamente a vogal *-o* (172b).

(173)



Brito (2001) elaborou uma hipótese explicativa de dados semelhantes aos do presente estudo que parte do pressuposto de que o morfema *cujo* é interpretado como sendo um NP pelos falantes do PM, um verdadeiro pronome, e não como um determinante relativo. Esta proposta é, em tudo, equivalente à que se propôs.

Entretanto, casos similares ocorrem igualmente no PE, tal como documentam os dados de Arim, Ramilo e Freitas (2003, p. 287).

(174)

- a. O processo de formação do Reino de Portugal, plasmou-se num determinado campo matricial, *cujo* o factor marítimo-atlântico, delimitou a expansão na faixa ocidental da Península Ibérica.
- b. Um mercado *cujas* as exigências se colocam em termos de custo, tempo, qualidade e ambiente.

Peres e Mória (1995, p. 335) encontram exemplos do mesmo tipo na imprensa escrita em Portugal:

(175)

Quem fazia o trânsito entre o Rossio e a Praça do Comércio podia, assim, observar umas inomináveis ceroulas de inverno cuja a proveniência era atribuída "a Mário Soares (na clandestinidade)".<sup>18</sup>

(176)

(...) o castelo de Noudar, cujo a designação tem origem num substantivo árabe que significa "avistar", está localizado junto à fronteira de Espanha.<sup>19</sup>

Estes dados revelam que a coocorrência do pronome relativo genitivo com o artigo é um fenómeno generalizado, não limitado ao PM.

---

<sup>18</sup> Público, 01/10/1991, p. 6

<sup>19</sup> Público, 24/05/1994, p. 48

### 6.7.5. As orações genitivas de *cujo* resuntivas

A estratégia resuntiva também tem lugar nas relativas de *cujo*. No presente corpus, os elementos resuntivos das relativas de genitivo são pronomes que recuperam os traços de pessoa, número e género dos NP antecedentes, exibindo igualmente marcas de caso genitivo.

Atente-se nas seguintes construções:

(177)

- a. O avaliado | cujo | seu principal papel é ouvinte
- b. Para as instituições | cujos | seus parceiros nada fazem

Em (177a) e (177b), o pronome possessivo *seu* preenche a posição que deveria ser ocupada pelo vestígio do pronome relativo, i.e., a posição de Especificador do NP.<sup>20</sup> É justamente este facto que faz com que se considere estas orações relativas resuntivas.

Este tipo de construção do PM foi já assinalado por Diniz (1986) e estudado por Brito (2001), com a particular diferença de os informantes destas autoras possuírem um grau baixo de escolarização (4.<sup>a</sup> classe) e estes possuírem alto grau de escolarização. Porém, não é um fenómeno específico do PM. Com efeito, os dados atuais do PE (cf. Arim, Ramilo & Freitas, 2003) mostram que tanto na oralidade, como na escrita, também ocorre o pronome *seu* em construções relativas desta natureza. Os exemplos do PE que se seguem, retirados de páginas da internet por Arim, Ramilo e Freitas (2003, p. 287), ilustram que os fenómenos estudados nesta parte do trabalho ocorrem igualmente no PE.

(178)

- a. O CENELEC é um organismo de normalização europeu *cujo seu* domínio de actividade é dedicado exclusivamente ao sector electrotécnico.<sup>21</sup>
- b. Mas se algumas peças eram tão difíceis de levar para casa, outras há, *cuja sua* chegada se aproxima do cúmulo da facilidade.
- c. Esses servidores Web são desenhados por Web masters cujas *suas* tarefas típicas são construir e manter Web sites orientados para empresas.

---

<sup>20</sup>Grande parte dos estudos sobre as relativas resuntivas em variedades do português assume que o elemento que introduz este tipo de oração relativa deve ser tratado como um complementador (Alexandre, 2000; Gonçalves, 1997; Brito, 1998, 1991; Tarallo, 1983).

<sup>21</sup> A enumeração é nossa.

Peres e Mória (1995, p. 321) citam exemplos semelhantes, retirados dos textos da imprensa.

#### **6.7.6. Relativas de sujeito e de complemento direto introduzidas pelo pronome *cujo***

O morfema *cujo*, como se disse, desempenha apenas a função sintática de genitivo. Porém, no presente corpus, são atestados exemplos em que este morfema pronominaliza o sujeito ou o complemento direto. Atente-se nas construções em (179) e (180).

(179) madrasta | cuja | casa com um homem que já tem seus filhos faz-se de boazinha na presença dele mas quando ele vai ve

(180) é restrito e só lhe tem acesso aqueles | cujo | alguém conhece em determinado sector chave

Em (179), o morfema *cuja* desempenha a função de sujeito da oração relativa e concordam em número e género com o antecedente, *madrasta*. Assim sendo, nesta construção, o morfema *cuja* não tem um valor genitivo e funciona, antes, como um pronome relativo.

Já em (180), o morfema *cujo* foi extraído de um lugar reservado a complemento direto. Este exemplo difere do anterior pelo facto de o morfema *cujo* se despir de marcas de concordância em género e número, o que faz com que se conceba, aqui, este morfema como um simples complementador e não como um pronome propriamente dito.

De novo, verifica-se que o fenómeno em apreço não é peculiar ao PM. Também ocorre em PE, como discutido por Peres e Mória (1995, p. 339). Os autores mencionam exemplos retirados da imprensa nos quais a forma *cujo* é sujeito.

(181)

É o Acordo Ortográfico, que novamente dará que falar, cujo terá que ser ratificado pelos respectivos governos (...).

Diário de Lisboa, 23/10/1990, p. 15

## 6.8. Em síntese

Este capítulo foi reservado para a análise de dados empíricos. Procurou-se primeiramente fazer a análise global dos dados. Constatou-se que no corpus possui uma cifra de 89% de construções relativas convergentes e 11% de relativas divergentes. Notou-se igualmente que no PM as relativas restritivas podem ter antecedente explícito e implícito, sendo que predominam as relativas com antecedente explícito, com uma cifra de 95,5%. Fez-se igualmente uma análise estatística de regressão. As variáveis fixas que foram objeto de análise são 3 nomeadamente, Escolaridade (com 4 fatores, A, B, C e D), Função Sintática do constituinte relativizado (com 6 fatores, como indicado na Tabela 2) e Forma (relativas de *que*, *onde*, *cujo* e *quem*). A análise identificou todas as variáveis como estatisticamente significativas. Na sequência, analisaram-se as relativas cortadoras. Nesta parte, notou-se que das 99 construções frásicas que deveriam ocorrer com preposição, 56 (57%) são não cortadoras e 43 (43%) são cortadoras. De seguida, fez-se uma análise de regressão logística múltipla no programa *RBrul*, tendo em conta o fator Escolaridade e notou-se que nos Níveis A e B ocorre com maior frequência o corte de preposição, sendo que a única preposição que favorece corte é *com*. Relativamente a construções resuntivas, notou-se que no PM o morfema que introduz as orações resuntivas não é apenas o *que*, como ocorre em outras variedades do português. Os relativizadores *onde* e *cujo* também aparecem associados a este tipo de construções. Os elementos resuntivos não são apenas os clíticos pronominais, como também outros materiais lexicais com a capacidade de correferir. Analisaram-se igualmente relativas locativas introduzidas pelo morfema *onde*. Constatou-se que este morfema que desempenha a função sintática de complemento oblíquo ou adjunto adverbial, aparece igualmente associado a funções sintáticas de sujeito, genitivo e complemento direto e adjunto adverbial de tempo. Também pode ocorrer contiguamente com o complementador *que*. Em relação às falsas relativas, verificou-se que, a sua frequência no PM, é fraca. Todos os níveis produzem falsas relativas. Os morfemas que ocorrem em falsas relativas são *que* e *cujo*. E finalmente tratou-se de construções genitivas. Notou-se que os informantes do Nível A não produzem construções relativas genitivas, embora produzam construções paratáticas com a realização do genitivo. O morfema *cujo* ocorre não só em construções genitivas, como também em frases de sujeito, complemento direto. Nesta variedade, como em outras, este relativizador pode ocorrer com determinante artigo e possessivo.

## CONCLUSÃO

Ao conceber-se a presente tese, tinha-se em vista compreender como é que se operacionaliza o processo de relativização em orações relativas restritivas no português escrito em Moçambique. Como se disse ao longo deste trabalho, as construções de relativização sempre constituíram um grande desafio para a GG, o que condicionou que, na sua evolução, a Teoria de P&P fosse adotando diversos modelos de análise deste tipo de frases. A análise baseada no núcleo externo (clássica e matching) e a análise do núcleo interno (raising) são, entre outros, os modelos que mais se destacam na análise de relativas.

Neste trabalho, pela natureza dos objetivos traçados, adotou-se o modelo clássico de relativização proposto por Chomsky (1977). Através deste modelo, foi possível descrever vários fenómenos linguísticos que ocorrem no processo de relativização no PM. As relativas convergentes e as divergentes genitivas, cortadoras, resuntivas, locativas introduzidas pelo morfema *onde* e as falsas relativas fora as principais categorias de relativas analisadas a partir deste modelo.

O presente estudo partiu do pressuposto de que a escola é um fator determinante na aquisição das construções relativas, o que permitiu que a escolha dos informantes fosse condicionada pela variável Escolaridade, a qual foi controlada ao longo de todo o trabalho. A partir desse controlo, foi possível notar que os informantes com baixo nível de escolaridade constroem poucas frases relativas em comparação com os informantes com um grau elevado de escolaridade.

Aliado a isto, um fenómeno inverso ocorre: os informantes com baixo nível de escolaridade produzem mais frases relativas divergentes em relação aos informantes com um grau elevado de escolaridade. Isto mostra claramente que há uma proporção direta entre o nível de escolaridade e a produção de frases relativas: quanto mais aumenta o nível de escolaridade, igualmente aumenta a possibilidade de produção de frases relativas e a possibilidade de produção de construções convergentes com o PE. A única exceção a este padrão é o grupo D, o qual, em relação ao Nível C, regride.

A tese conclui também que, apesar de existirem construções divergentes do PE (11%), há predominância das construções convergentes (89%), o que concorre para a conservação da variante escrita culta do português em Moçambique.

Entretanto, há sinais claros da existência de uma variedade em marcha que se caracteriza por os informantes produzirem construções relativas restritivas divergentes do PE. As

características dessas construções são comuns a diferentes variedades do português. Ocorrem no PM orações cortadoras e resuntivas, as quais são marginalizadas pela gramática culta do português. Os resultados de diversos estudos sobre estas construções nas diferentes variedades do português, por exemplo, mostram a predominância das orações relativas cortadoras em relação às resuntivas e o aumento do leque de elementos resuntivos. Estes factos igualmente foram observados neste trabalho. Os informantes cortam as preposições *a*, *de*, *com*, *em* em construções de relativização que são sobretudo introduzidas pelo complementador *que*. A principal preposição cortada pelos informantes neste tipo de frases, é *em*, facto que já tinha sido atestado no trabalho de Santos (2014).

Registe-se que os dados disponíveis sobre as relativas restritivas resuntivas no PE mostram que estas construções ocorrem, quase sempre, com o morfema *que*. No PM, o leque de morfemas que introduzem estas orações é alargado às pró-formas *cujo* e *onde*. Dada a natureza desse fenómeno, propõe-se que estas pró-formas sejam igualmente tratadas como complementadores, uma proposta não tanto inusitada já que o morfema *que* também recebeu a mesma proposta, em estudos anteriores.

No que tange especificamente às construções genitivas, foram atestadas 21 entradas de relativas genitivas restritivas, das quais apenas 3 (14,2%) foram consideradas convergentes. No estudo, registaram-se orações relativas genitivas em que o morfema *cujo* ocorre com determinante definido e com o pronome possessivo.

Foram registadas igualmente construções genitivas introduzidas pelo morfema *onde*, falsas relativas genitivas e orações cortadoras. Visto que estes fenómenos também são atestados em outras variedades do português, conclui-se que não é possível afirmar que se esteja perante um processo de mudança típico do PM. Trata-se antes de problemas que decorrem do facto de as relativas de *cujo* pertencerem a um registo formal da língua sendo exclusivamente aprendidas em contexto escolar, fortemente associadas à língua escrita. Os problemas detetados decorrem, assim, de processos gerais, que afetam diferentes variedades do português de modo semelhante.

Constatou-se que as orações genitivas, no PM, são introduzidas pelos morfemas *que*, *onde* e *cujo*. Na verdade, no presente corpus, o morfema *onde* não se restringe à função de locativo, como no PE, e aparece associado a diferentes funções sintáticas. Para além de ocorrer como relativizador de constituintes genitivos, associa-se também à função de sujeito em enunciados produzidos por informantes dos Níveis B e D.

Relativamente às construções relativas locativas, pode-se dizer que houve 82 entradas envolvendo o morfema *onde*, das quais 57 frases (70%) foram consideradas convergentes e 25 entradas (30%) consideradas divergentes. Nesta variedade, o morfema *onde* pode relativizar construções em que desempenhe as funções sintáticas de sujeito, de complemento direto e genitivo. Este morfema ocorre igualmente em construções de duplo morfema e em relativas resuntivas, para além de igualmente relativizar constituintes que tenham como antecedente um constituinte temporal.

Como qualquer estudo do género, este trabalho não foi capaz de esgotar todos os aspetos que se possam explorar em construções de relativização, no PM. Assim, sugere-se que os próximos estudos procurem explorar questões relacionadas com como se realiza a relativização restritiva na oralidade, a fim de se explorarem as semelhanças e diferenças relativamente aos resultados obtidos na escrita. Um estudo dessa natureza deveria ter o corpus estratificado em função das variáveis idade e escolaridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, N. (2000). *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- Aoun, J. & Li, A. (2001). *Essays on the representational and derivational nature of grammar: the diversity of wh-constructions*. The MIT Press.  
[http://www.usc.edu/dept/LAS/ealc/chinling/aoun\\_li.htm](http://www.usc.edu/dept/LAS/ealc/chinling/aoun_li.htm).
- Arim, E., Ramilo, M. C., & Freitas, T. (2003). Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. In *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 279–288). Associação Portuguesa de Linguística
- Bagno, M. (2001). *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. Parábola Editorial.
- Barbosa, P. (coord.) (2011–2014). *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*. Universidade do Minho.  
<https://sites.google.com/site/projectofalabracarense/>
- Bhatt, R. (2002). The raising analysis of relative clauses: evidence from adjectival modification. *Natural language semantics*, 10, 43–90.
- Bhatt, R. (1999). *Covert Modality in Non-Finite Contexts*. (PhD Dissertation, University of Pennsylvania).
- Batoréo, H. (2000) *Expressão do espaço no português europeu*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bechara, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa* (37.ª ed.). Lucena.
- Bianchi, V. (1999). *Consequences of Antisymmetry: headed relative clauses*. Mouton de Gruyter.
- Bianchi, V. (2000a). Some issues in the syntax of relative determiners. In A. Alexiadou, P. Law, A. Meinunger & C. Wilder (Eds.), *The syntax of relative clauses* (pp. 53–82). John Benjamins.  
<https://doi.org/10.1075/la.32>
- Bianchi, V. (2000b). The raising analysis of relative clauses: a reply to Borsley. *Linguistic Inquiry*, 31(1), 123–140. <https://doi.org/10.1162/002438900554316>
- Brame, M. K. (1968). *A new analysis of the relative clause: evidence for an interpretive theory*. MIT Press.
- Brito, A. M., Duarte, I., & Matos, G. (2003). Estrutura da frase simples e tipos de frase. In M. H. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed.). Caminho.
- Brito, A. M. (1988). *A sintaxe das orações relativas em português: estruturas, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto).
- Brito, A. M., & Duarte, I. (2003). *As construções relativas e construções aparentadas*. In M. H. Mateus et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed., pp. 665–776). Caminho.
- Brito, A. (1991). *A sintaxe das orações relativas em português*. INIC.
- Brito, A. (2001). As relativas de genitivo no português europeu e no português de Moçambique. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 115–129). APL.

- Cardoso, S. (1988). O genitivo em português: contributo para uma sintaxe e semântica da Preposição de. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 5(1), 19–100.
- Chimbutane, F. (1995). *A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do português de Moçambique* (Dissertação de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo).
- Chomsky, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. MIT Press.
- Chomsky, N. (1970). *Remarks on nominalization*. MIT Press.
- Chomsky, N. (1977). On wh-movement. In P. Culicover, T. Wasow & A. Akmajian (Eds.), *Formal syntax* (pp. 71–132). Academic Press.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on government and binding* (7.<sup>a</sup> ed.). Foris
- Chomsky, N. (1995). *The minimalist program*. MIT Press.
- Chomsky, N. (1999). *O programa minimalista*. Caminho
- Citko, B. (2001). Deletion under identity in relative clauses. *Proceedings of the North East Linguistic Society (NELS)*, 31(1), 131–145.
- Comrie, B. (1981). *Language universals and linguistic typology – syntax and morphology* (2.<sup>a</sup> ed). Blackwell Pub.
- Cunha, C., & Cintra, L. (1999). *Nova gramática do português contemporâneo* (15.<sup>a</sup> ed). João de Sá Costa.
- Diniz, M. J. (1986). *Análise de erros na frase* (Dissertação de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo).
- Gonçalves, P. (1986). O português em Moçambique: análise de erros em construções de subordinação. *Limani*, 1, 11–13.
- Gonçalves, P. (1996). Aspectos da sintaxe do português de Moçambique. In I. Faria, E. Pedro, I. Duarte & C. Gouveia (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 313–322). Caminho.
- Gonçalves, P., & Stroud, C. (Orgs.). (1998). *Panorama do português oral de Maputo - Vol. III: estruturas gramaticais do português problemas e aplicações*. INDE
- Johnson, D. E. (2009). Getting off the GoldVarb Standard: introducing Rbrul for mixed-effects variable rule analysis. *Language and Linguistics Compass*, 3(1), 359–383. <https://doi.org/10.1111/j.1749-818x.2008.00108.X>
- Kato, M. (1993). Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In I. Roberts & M. Kato (Orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica* (pp. 223–261). Editora da Unicamp.
- Kayane, R. (1994). *The antisymmetry of syntax*. MIT Press.
- Kenedy, E. (2007). *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas* (Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

- Kenedy, E. (2008). As orações relativas preposicionadas e a hipótese da antinaturalidade de pied-piping. *Veredas*, 2, 92–111.
- Kenedy, E. (2008). Gerativismo. In M. Martelotta. (Org.), *Manual de linguística* (pp. 127–148). Contexto.
- Kenedy, E. (2002). *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Júnior, S. A. M., & Temponi, C. N. (2016). Relativas locativas com “onde que”, em textos da internet. *Interdisciplinar*, 24, 103–116.
- Lindonde, L. (2002). *Orações relativas e outras construções aparentadas com onde e em que no português de Moçambique* (Tese de mestrado, Universidade do Porto).
- Lindonde, L. (2018). *As relavas obliquas de locativo no português de Moçambique: uma abordagem baseada nos morfemas onde e em que* (1.ª ed.). Educar-UP.
- Mateus, M. H. et al. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed.). Caminho.
- Mateus, M. H. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (7.ª ed.). Caminho.
- Miranda, F. V. C. (2008). *O Custo de processamento de orações relativas: um estudo experimental sobre as relativas com o pronome resumptivo no português brasileiro* (Dissertação de pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- Móia, T. (1992). *A Sintaxe das orações relativas sem antecedente* (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Moreno, A., & Tuzine, A. (1997) Distribuição social de variáveis linguísticas no português oral de Maputo. In P. Gonçalves & C. Stroud (Orgs.), *Panorama do português oral de Maputo - Vol. II: A construção de um banco de “erros”* (pp. 71–91). INDE.
- Munn, A. (1994). *A minimalist account of reconstruction asymmetries. Proceedings of the North East Linguistic Society (NELS)*, 24(2).
- Peres, J., & Móia, T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa* (2.ª ed.). Caminho.
- Pesetsky, D., Barbosa, P., Fox, D., Hagstrom, P., & McGinnis, M. (Eds.) (1998). *Is the best good enough: optimality and competition in syntax*. MIT Press.
- Pesetsky, D. (1997). Optimality theory and syntax: movement and pronunciation. In D. Archangeli & T. Langendoen (Eds.), *Optimality Theory: An Overview* (pp. 134–170). Blackwell.
- Raposo, E. (1992). *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. (s/ed). Caminho.
- Raposo, E. et al. (Orgs.). (2013). *Gramática do português*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rinke, E., & Aßmann, E. (2017). The syntax of relative clauses in European Portuguese. Extending the determiner hypothesis of relativizers to relative que. *Journal of Portuguese Linguistics*, 16(1), 1–26. <https://doi.org/10.5334/jpl.172>
- Safir, K. (1986). Relative clauses in a theory of binding and levels. *Linguistic Inquiry*, 17, 663–689.

- Salzamann, M. (2006). *Resumptive prolepsis: a study in indirect A'-dependencies* (Tese de doutoramento, Universidade de Leiden, Utrecht).
- Santos, C. S. (2014). *Relativas cortadoras no português europeu falado: interação com as variáveis sociais* (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho).
- Sauerland, U. (1998). *The meaning of chains* (Tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology).
- Schachter, P. (1973). Focus and relativization. *Language*, 49, 19–46.
- Souza, C. R. (2007). *Relativa cortadora: movimento ou Apagamento?* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Tarallo, F. (1983). *Relativization strategies in Brazilian Portuguese* (Tese de doutoramento, Universidade de Pennsylvania).
- Tarallo, F. (1985). The filling of the gap: Pro-drop rules in Brazilian Portuguese. In L. King & A. Maley (Eds.), *Selected Papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages* (pp. 355–375). John Benjamins.
- Xavier, M. F. (1989). Gramática Generativa.um projecto de investigação em lingüística. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 3, 77–110.
- Valente, P. (2008). *Produção de frases relativas em alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário* (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Veloso, R. (2007). Orações relativas em contextos apresentativos: dados de um corpus oral. *Comemorações dos 75 anos do CLUL*.
- Veloso, R. (2013). *A subordinação relativa*. In E. Raposo et al. (Orgs). *Gramática do português* (pp. 2063–2107). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vergnaud, J.R (1974). *French relative Clauses*. Cambridge. Doctoral dissertation. MIT.
- Vilela, M. (1999). *Gramática da língua portuguesa* (2.ª ed). Almedina.
- Wache, F. M. (2018). *O português em (de) Moçambique: áreas de ruptura* (1.ª ed.). Desig Real.
- Wache, F. M. (2014). *A subcategorização verbal no português de Moçambique: análise de um corpus* (Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro).
- Wache, F. M. (2015). *A subcategorização verbal no português de Moçambique: análise de um corpus*. In M. Bastos, J. Marques, A. Monteiro & C. Siopa (Orgs.), *Ensinar língua portuguesa em Moçambique: desafios, possibilidades e constrangimentos* (pp. 187–217). Porto Editora.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1: FICHA SOCIOLINGUÍSTICA

#### 1. FICHA DO INFORMANTE

##### 1. O INFORMANTE

1.1. Código: \_\_\_\_\_

##### 1.2. Identificação

1.2.1. Nome:

1.2.2. Sexo: M [ ] F [ ]

1.2.3 – Idade:

1.2.4. Estado civil:

1.2.5. Naturalidade (prov. cid. bairro):

1.2.6. Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_ outros cursos:

1.2.7. Profissão/ocupação:

##### 2. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS PAIS

2.1. Língua(s) falada(s) pela mãe:

2.2. Língua(s) falada(s) pelo pai:

2.3. Profissão da mãe:

2.4. Profissão do pai:

2.5. Em que país/província nasceu a mãe:

2.6. Em que país/província nasceu o pai:

2.7. Habilitações literárias da mãe:

2.8. Habilitações literárias do pai:

##### 3. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS LÍNGUAS FALADAS PELOS INFORMANTES

3.1. Língua materna

3.2. Que outras línguas conhece/fala?

3.3. Com quem/onde aprendeu a falar português:

3.4. Língua(s) falada(s) com a mãe:

com o pai:

com os irmãos:

com os amigos (da escola):

com pessoas fora da escola (familiares, amigos...)

3.5. Língua em que lê:

3.6. Língua em que vê televisão:

3.7. Tem livros em casa? Escritos em que língua?

3.8. Em que língua gosta mais de falar?

3.9. Gosta de aprender português?

3.10. Quando fala em português, faz-se entender?

## APÊNDICE 2: AMOSTRA E DADOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DOS INFORMANTES DE GONÇALVES (2010)

O *corpus* tomado como base desta pesquisa, recolhido em 2005, foi produzido por 141 estudantes do 1.º ano da licenciatura em “Ensino do Português” leccionada na Universidade Pedagógica - delegações da Beira, Nampula e Quelimane. Trata-se de textos semi-espontâneos, produzidos em sala de aula, com base em temas à escolha dos estudantes.<sup>1</sup> O Quadro I apresenta informação quantitativa sobre esta amostra.

*Quadro I - Amostra: províncias, número de alunos e de palavras*

<b>Província</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Número de palavras</b>
Beira	41	9090
Quelimane	50	10051
Nampula	50	9721
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>28862</b>

Todos os informantes preencheram uma Ficha individual, através da qual foram obtidas informações sobre as seguintes variáveis: idade, naturalidade, língua(s) materna(s), língua(s) mais usada(s) na comunicação corrente e local em que aprenderam português. Este conjunto de informações permite traçar o perfil sociolinguístico da população auscultada, e pode ser usada em futuras pesquisas que tomem como base este *corpus*, para estabelecer correlações de diferentes tipos. Por exemplo, pode ser interessante contrastar as composições dos alunos que têm o Português como língua materna e usam esta língua na comunicação corrente, com as dos estudantes que têm uma língua bantu como língua materna e a usam normalmente como língua de comunicação.

No Quadro II apresenta-se uma síntese quantitativa da informação sociolinguística recolhida.

---

<sup>1</sup> Esta recolha foi possível graças ao apoio da Universidade Pedagógica. Os dados foram recolhidos pelos seguintes investigadores: Perpétua Gonçalves (Nampula), Conceição Siopa (Beira) e Carlito Companhia (Quelimane). A transcrição dos dados e o seu armazenamento em formato electrónico foram realizados em 2006, com o apoio do leitorado do Instituto Camões na UEM.

Quadro II - Perfil sociolinguístico da população auscultada

VARIÁVEL		N	%
IDADE	18-24	43	30,5%
	25-40	74	52,5%
	40	21	14,9%
	Sem Informação	3	2,1%
NATURALIDADE	Maputo	6	4,3%
	Maputo-Província	1	0,7%
	Gaza	3	2,1%
	Inhambane	2	1,4%
	Sofala	19	13,5%
	Tete	7	5,0%
	Zambézia	44	31,2%
	Nampula	33	23,4%
	Manica	8	5,7%
	Cabo Delgado	5	3,5%
	Niassa	7	5,0%
	Moçambique (sem local específico)	4	2,8%
	Sem Informação	2	1,4%
LÍNGUA MATERNA	Português	41	29,1%
	Português / Língua Bantu	21	14,9%
	Língua Bantu	79	56,0%
LÍNGUA DE USO CORRENTE	Português	47	33,3%
	Português / Língua Bantu	87	5,0%
	Língua Bantu	7	61,7%
LOCAL DE APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS	Casa	55	39,0%
	Escola	61	43,3%
	Casa/Escola	23	16,3%
	Sem Informação	2	1,4%